

**UNIVERSIDADE SALGADO DE OLIVEIRA  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**JOSÉ ANTONIO M. AMEIJERAS**

***HERMANOS ADMINISTRADORES E SENHORES DE ENGENHO:  
UM ESTUDO COMPARADO ENTRE TRÊS ESCRITOS JESUÍTAS  
DO SÉCULO XVIII.***

Niterói

2020

**JOSÉ ANTONIO M. AMEIJERAS**

***HERMANOS ADMINISTRADORES E SENHORES DE ENGENHO:***  
**UM ESTUDO COMPARADO ENTRE TRÊS ESCRITOS JESUÍTAS DO**  
**SÉCULO XVIII.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em História, sob a orientação da Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Márcia Amantino.

Niterói

2020

### CIP - Catalogação na Publicação

A498 Ameijeiras, José Antonio Monteiro.  
*Hermanos* administradores e senhores de engenho: um estudo comparado entre três escritos jesuítas do século XVIII. / José Antonio Monteiro Ameijeiras. -- Niterói, RJ, 2020.  
122p.  
Referências: p. 111-122.

Orientadora: PhD. Márcia Sueli Amantino.  
Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Salgado de Oliveira, 2020.

1. Jesuítas – História – Séc. XVIII. 2. Jesuítas – Missões. 3. Companhia de Jesus. I. Título.

CDD 271.5309

**JOSÉ ANTONIO MONTEIRO AMEIJERAS**

**“HERMANOS ADMINISTRADORES E SENHORES DE ENGENHO: UM ESTUDO  
COMPARADO ENTRE TRÊS ESCRITOS JESUÍTAS DO SÉCULO XVIII”**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em História, aprovada no dia 26 de maio de 2020 pela banca examinadora, composta pelos professores:



---

**Prof.ª Dr.ª Márcia Sueli Amantino**

Professor do PPG em História da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO)



---

**Prof.ª Dr.ª Maria Cristina Bohn Martins**

Professora da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)



---

**Prof.ª Dr.ª Marieta Pinheiro de Carvalho**

Professor do PPG em História da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO)

## AGRADECIMENTOS

A travessia desta estrada, que por ora se aproxima do final, não seria possível se feita de forma solitária. Por isso, é justo o reconhecimento daqueles que, na medida do possível, contribuíram para esta jornada, “é condição necessária para se ser grato o reconhecimento da existência de coisas boas e agradáveis.”

Agradeço à Universidade Salgado de Oliveira que, através da coordenação e dos professores que participaram do processo seletivo, permitiu o meu ingresso no Programa de Pós-graduação em História.

À professora Márcia Amantino pela paciência, atenção e brilhantismo na orientação desta pesquisa. Muitas vezes, durante o processo de escrita, iluminou o caminho percorrido nestes dois anos.

Às professoras Maria Cristina Bohn Martins e Marieta Pinheiro de Carvalho que aceitaram o convite para participar da minha banca e contribuíram com valiosas sugestões, durante a qualificação, para a composição desta pesquisa.

Ao corpo docente do Programa de Pós-graduação em História, em especial aqueles cujas aulas tive a oportunidade de assistir, professores: Érica Sarmiento, Marieta Pinheiro de Carvalho, Jorge Prata de Sousa, Mary Del Priore e Francisco Falcon. Mesmo quando a temática da disciplina não se relacionava com o tema da pesquisa, pude aproveitar este breve convívio para adquirir leituras, metodologia de pesquisa e aprimoramento da escrita.

Aos meus pais, Fátima e José, pelo incentivo ao estudo, à qualificação e pelos ensinamentos da vida.

Grato a todos.

## RESUMO

Instituída em 1540, a Companhia de Jesus teve como missão expandir a fé cristã ao redor do mundo, em um contexto onde se espalhavam pela Europa as ideias protestantes. Ao desembarcarem nas colônias ibéricas, os jesuítas logo se destacaram pela ação pastoral e o sistema educacional, que teve na população nativa seu ponto de partida, além da produção intelectual, como cartas, manuscritos, livros, etc. É do campo intelectual que vêm as fontes desta pesquisa, mais precisamente três escritos jesuítas produzidos no século XVIII, são eles: *Instrucciones para los hermanos jesuítas administradores de haciendas*, *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas* e *Economia cristã dos senhores no governo dos escravos*. Estas três obras foram espécies de “manuais” que trouxeram recomendações para *hermanos administradores* e senhores de engenho para a condução de *haciendas* e engenhos e a relação com a mão de obra escrava. O fato de a sociedade colonial ter girado em torno de terras e escravos e, a necessidade de gerar receitas para a manutenção das ações missionárias, o que fez com que a Companhia de Jesus também se tornasse possuidora de terras e mão de obra africana, provocou nos jesuítas a necessidade de reflexão sobre a administração de propriedades rurais e o tratamento recebido pelos escravos, dando origem a estas três obras citadas. Esta pesquisa tem como fonte estes três escritos, dois produzidos no Brasil e um no México, de forma a observar se, mesmo atuando em realidades distintas (colônias espanholas e portuguesa), as recomendações, sobretudo na cultura agrária, com destaque para a cultura da cana de açúcar, e no convívio com os escravos, elaboradas por esses jesuítas foram, ou não, semelhantes.

**Palavras chave:** Companhia de Jesus, Século XVIII, História Comparada, Jesuítas, América colonial.

## ABSTRACT

Established in 1540, the Society of Jesus had the mission of expanding the Christian faith around the world, in a context where it spread throughout Europe as Protestant ideas. When disembarking in the Iberian colonies, the Jesuits' logo is highlighted by the pastoral action and educational system, which had its starting point in the native population, in addition to intellectual production, such as letters, manuscripts, books, etc. research, more precisely three Jesuit writings used in the 18th century, they are: *Instrucciones para los hermanos jesuítas administradores de haciendas*, *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas e Economia cristã dos senhores no governo dos escravos*. These three works were species of “manuals” that brought recommendations for brothers administrators and planters for the management of haciendas and engenhos and the relationship with the slave labor. The fact that colonial society revolved around the possession of land and slaves and the need to generate revenue for the maintenance of missionary actions, which made the Society of Jesus also the owner of land and slaves, made the Jesuits to reflect on the administration of rural properties and the treatment received by the slaves, giving rise to these three works cited. This research has as source these three writings, two produced in Brazil and one in Mexico, in order to observe whether, even acting in different realities (Spanish and Portuguese colonies), the recommendations, especially in agrarian culture, with emphasis on culture sugar cane, and living with slaves, elaborated by these Jesuits were, or were not, similar.

**Keywords:** Society of Jesus, 18th century, Comparative History, Jesuits, colonial America.

## SUMÁRIO

<b>Introdução</b> .....	<b>08</b>
<b>Capítulo 1 – O desenvolvimento das letras e os escritos jesuítas na América colonial</b> .....	<b>15</b>
1.1 - A inteligência nas colônias espanholas e portuguesa .....	<b>15</b>
1.2 - Breve apresentação das fontes da pesquisa .....	<b>28</b>
<b>Capítulo 2 - A presença dos escravos como mão de obra nas propriedades e nas orientações dos escritos jesuítas</b> .....	<b>38</b>
2.1 – A escravidão de indígenas e africanos .....	<b>38</b>
2.2 – O “bom governo” dos escravos nas fontes jesuítas .....	<b>47</b>
<b>Capítulo 3 – A participação dos jesuítas na economia colonial</b> .....	<b>74</b>
3.1 – Os inacianos como “empresários rurais”.....	<b>74</b>
3.2 – O envolvimento dos religiosos no mercado de créditos .....	<b>81</b>
<b>Capítulo 4 – Alguns aspectos comparativos entre <i>Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas</i> e as <i>Instrucciones para los hermanos jesuítas administradores de haciendas</i></b> .....	<b>87</b>
4.1 – Questões administrativas e agropecuárias.....	<b>87</b>
4.2 – A questão da mineração .....	<b>98</b>
<b>Considerações Finais</b> .....	<b>105</b>
<b>Referências Bibliográficas</b> .....	<b>111</b>

## Introdução

Século XVI, a Europa vivia um período de embates no campo religioso. Desde 1517 foram disseminadas pelo continente europeu as ideias da Reforma Protestante, concebidas por Martin Lutero e que, dentre outras coisas, questionava a venda de indulgências, por parte da Igreja Católica, além de não reconhecer a autoridade papal. Com o surgimento das religiões protestantes organizou-se um movimento denominado Contrarreforma, cujo objetivo foi atuar contra outras denominações religiosas através da Inquisição, encabeçada pelo Tribunal do Santo Ofício, e promover a expansão da fé católica criando ordens religiosas, entre elas a Companhia de Jesus. Porém, a origem desta ordem religiosa é mais complexa...

Em 1521, na batalha entre espanhóis, súditos de Carlos V, e franceses, fiéis a Francisco I, na cidade de Pamplona, na Espanha, o cavaleiro espanhol Iñigo, que mais tarde adotaria o nome de Inácio, ficou gravemente ferido. Correndo risco de morte, e piorando a cada dia, Iñigo foi aconselhado pelos médicos que o assistiam, já sem esperanças em sua recuperação, que se confessasse no dia de S. João, 24 de junho. “E assim recebendo os sacramentos na véspera de S. Pedro e S. Paulo, (celebrado no dia 29 de junho), os médicos disseram que se até a meia noite não sentisse melhoras, se podia dar por morto.”<sup>1</sup> Para surpresa de todos, Iñigo, que era devoto de S. Pedro, começou naquela mesma meia noite, a apresentar melhoras, levando todos a pensar que não tinha perigo de morte. Durante sua convalescença, Iñigo leu obras como a *Vida dos Santos* e *Vida de Cristo*, de Ludolfo da Saxônia.

Estando recuperado, Iñigo decide peregrinar até a Terra Santa, Jerusalém, com o objetivo de libertá-la dos turcos. Neste período de recuperação e peregrinação foram desenvolvidos por Iñigo os *exercícios espirituais*, conjunto de regras de base moral e religiosa que serviria de preparação dos cristãos para combater as ideias protestantes existentes na Europa. “Tais ensinamentos foram desenvolvidos por Loiola durante sua convalescença e posterior peregrinação que marcou um período de mudança em sua vida: de militar, agora estava desejoso em dedicar-se a viver como religioso.”<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> LOIOLA, Inácio de. *Autobiografia de Santo Inácio de Loiola*. Trad. António José Coelho, S. J. Editorial A. O. Braga – Portugal, 2005, p. 28.

<sup>2</sup> COSTA, Célio Juvenal; BORGES, Felipe Augusto Fernandes. A Companhia de Jesus: fundação e primeiras missões. *Anais da semana de Pedagogia da UEM*, vol. 1, nº 1, Maringá, 2012, p. 02.

Por não ter formação de padre, e mesmo assim aplicar penitências, purgações e fazer pregações através de seus *exercícios espirituais*, Iñigo seria convocado e investigado pelo Tribunal do Santo Ofício. Libertado, Iñigo decidiria, então, estudar as coisas da fé, indo para Paris. Chegando à universidade, o diretor da instituição, Diogo da Gouveia, “o fez prometer que não aplicaria por lá seus exercícios; afinal havia, com eles, transformado jovens estudantes de famílias abastadas em mendicantes.”<sup>3</sup>

Durante seus estudos teológicos em Paris, Iñigo recrutou os primeiros integrantes da ordem religiosa: Francisco Xavier, Diogo Laínez, Pierre Favre, Nicolas Alonso, Afonso Salmeron e Simão Rodrigues de Azevedo. Juntos, em 1534, em Montmartre, Paris, os futuros inicianos fizeram votos de salvar Jerusalém do domínio turco e, ao regressarem, se colocariam sob a autoridade do papa, Paulo III. “No pacto de Montmartre, os companheiros decidiram que partiriam para Jerusalém no dia da conversão de São Paulo, 25 de janeiro de 1537.”<sup>4</sup>

Ainda no ano de 1537, o papa Paulo III reconheceria os índios como “homens racionais”, além de “alvos” do projeto missionário, “chegaram a ter para si muitos daqueles primeiros povoadores, não só idiotas, mas ainda letrados, que os índios da América não eram verdadeiramente homens racionais, nem indivíduos da raça humana.”<sup>5</sup> A escravidão indígena, por parte dos colonos, “passaria” a ser contra a lei e teriam como “fiscais” a Coroa e os padres da Companhia de Jesus.

Após uma tentativa frustrada de peregrinação à Jerusalém, tendo em vista que a cidade santa estava cercada pelos turcos, os inicianos retornariam para Roma. No dia 27 de setembro de 1540, através da bula *Regimini Militantes Ecclesiae*, o papa Paulo III, e o conselho de cardeais, aprovaram a formação e a primeira constituição da Companhia de Jesus, cujo primeiro Padre Superior Geral seria Inácio de Loyola. Uma particularidade dos jesuítas foi a instituição do quarto voto, além dos três comuns às demais ordens religiosas, pobreza, caridade e obediência. O quarto voto proferido pelos inicianos era de total obediência ao Sumo Pontífice.

---

<sup>3</sup> HERNANES, Paulo Romualdo. A Companhia de Jesus no século XVI e o Brasil. *Revista HISTEDBR On-Line*, nº 40, dez. Campinas, 2010, p. 225.

<sup>4</sup> HERNANES, Paulo Romualdo. A Companhia de Jesus no século XVI e o Brasil, p. 226.

<sup>5</sup> VASCONCELOS, Simão de. Crônica da Companhia de Jesus. 3ª edição, Editora Vozes, Petrópolis, 1977, p. 115.

A Companhia de Jesus tornou-se fundamental no processo de reforma católica graças à ação pastoral e ao sistema de educação desenvolvido por seus integrantes. “A Companhia recém criada estava disposta, desde o início, a trabalhar pela evangelização dos povos distantes, dos lugares longínquos, onde a autoridade do Sumo Pontífice lhes designasse.”<sup>6</sup>

Imbuídos no espírito missionário, os jesuítas foram enviados para diversas partes do mundo com o objetivo de conquistar novos fieis, aumentando o número de adeptos da fé cristã. Espalhados pelo mundo, os inicianos desembarcaram na colônia portuguesa em 1549, na mesma expedição que trouxe o primeiro governador geral da colônia, Tomé de Souza. Nas colônias espanholas na América os jesuítas desembarcariam a partir de 1568, e no México em 1572.

Durante o período em que permaneceram na América, os jesuítas se destacaram, entre outras coisas, pela grande quantidade de registros produzidos, entre cartas, livros, manuscritos, etc., sobre sua atuação, seus valores e sua própria história. Pois, são estes registros os objetos de estudo desta pesquisa.

O objetivo desta pesquisa é realizar um estudo comparativo entre as ações dos jesuítas na administração de suas propriedades rurais, bem como os cuidados com o cultivo e a relação com os escravos na América colonial. Para isso, serão usados como fontes três escritos jesuítas publicados no século XVIII, dois produzidos no Brasil e um no México, de maneira a observar as recomendações passadas pelos religiosos. Estes escritos jesuítas são: *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*, escrito por André João Antonil e *Economia Cristã dos senhores no governo dos escravos*, escrito por Jorge Benci, ambos produzidos no Brasil, além de *Instrucciones para los hermanos jesuítas administradores de haciendas* (manuscrito mexicano del siglo XVIII), escrito anônimo produzido no México. Sobre este exercício, lembramos o que escreveu Marc Bloch: “Um documento é uma testemunha; como a maior parte das testemunhas, só fala se interrogado. O difícil é elaborar o questionário. É aí que a comparação proporciona a esse perpétuo juiz de instrução, que é o historiador, um precioso auxílio.”<sup>7</sup>

---

<sup>6</sup> COSTA, Célio Juvenal; BORGES, Felipe Augusto Fernandes. A Companhia de Jesus: fundação e primeiras missões, p. 03.

<sup>7</sup> BLOCH, Marc. *História e Historiadores: textos reunidos por Étienne Bloch*. TRAD. Telma Costa. Editora Teorema, Lisboa, 1998, p. 123.

Tendo como base teórica a História Comparada, a pesquisa está dividida em dois eixos centrais, cada um com dois capítulos. O primeiro tem como tema central os escravos, já o segundo eixo aborda a temática das propriedades rurais.

No primeiro capítulo da pesquisa a abordagem se concentra no contexto e estrutura das fontes. O capítulo se inicia com o desenvolvimento da cultura letrada na América colonial, destacando aspectos importantes entre a colônia portuguesa, onde os letrados de maior destaque foram os jesuítas, e as colônias espanholas onde, além dos jesuítas, existiram, desde o século XVI, as Universidades e a Imprensa. Complementando a ideia inicial de Marc Bloch, José D'Assunção Barros afirma que: “Comparar é um gesto espontâneo, uma prática que o homem exercita nas suas atividades mais corriqueiras, mas que surge com especial intensidade e necessidade quando ele tem diante de si uma situação nova, ou uma realidade estranha.”<sup>8</sup>

Avançando pelo capítulo, se chega ao período entre os meados do século XVII e do século XVIII, período que irá influenciar a construção das fontes desta pesquisa, pois, após casos de fuga e rebeliões, como Palmares e nas Antilhas, os escravos africanos passaram a serem objetos de reflexão. Os escritos jesuítas produzidos a partir de então, e as fontes comprovam isso, começaram a ter sessões dedicadas à escravidão e o trato com os escravos. O primeiro capítulo se encerra com uma breve apresentação das três fontes utilizadas nesta pesquisa, e citadas anteriormente, com a exposição dos temas e capítulos abordados em cada uma delas.

O segundo capítulo traz uma análise da utilização da mão de obra escrava, indígena e africana, por parte dos jesuítas. Prática esta que se mostraria comum no período colonial e, mesmo sendo questionada por alguns padres da Companhia, nunca deixaria de ser usada por parte da ordem religiosa. No caso dos indígenas, estes já eram escravizados no momento em que os jesuítas desembarcaram nas colônias ibéricas fazendo com que os inacianos, na necessidade de se adaptarem à nova realidade e precisarem de mão de obra para produzir em suas propriedades, adotassem a escravidão como recurso.

Com o passar do tempo, a mão de obra indígena foi sendo substituída pelos africanos na América que, além de adaptados ao trabalho na cultura da cana de açúcar,

---

<sup>8</sup> BARROS, José D'Assunção. História comparada – um novo modo de ver e fazer a História. *Revista de História Comparada*, vol. 1, nº 1, jun. 2007, p. 04.

sobretudo nas Ilhas Atlânticas das Canárias, Madeira e Açores, tornaram-se, ao mesmo tempo, “mercadorias” valiosas através do tráfico, inclusive com a participação de padres. Do ponto de vista religioso, os africanos foram interpretados, por muitos jesuítas, como seres condenados à escravidão, tendo como base explicativa a “maldição de Cam”. A Companhia de Jesus, ao longo de sua atuação na América, se transformaria em uma das maiores proprietárias de escravos africanos do período colonial.

Uma característica comum das fontes da pesquisa, mencionada no primeiro capítulo, é que todas apresentam sessões destinadas ao governo dos escravos. O segundo capítulo prossegue com um estudo comparativo entre essas sessões, destacando o que cada escrito jesuíta recomenda em questões como: alimento, vestimenta, enfermidades, doutrina cristã, castigo, trabalho e ócio. “A comparação nos ajuda precisamente a compreender a partir de bases mais conhecidas e seguras aquilo que nos é apresentado como novo, seja identificando semelhanças ou diferenças.”<sup>9</sup>

O segundo capítulo marca o encerramento do primeiro eixo da pesquisa. O segundo eixo tem como foco o ambiente vivido pelos africanos nas colônias ibéricas, o palco das relações sociais entre senhores/escravos e jesuítas/escravos e objeto de observação das fontes utilizadas, ou seja, as propriedades rurais.

O capítulo 3 procura abordar a constituição, por parte dos jesuítas, de *haciendas* e engenhos, sobretudo a partir da permissão concedida pelo Superior Geral da Companhia no final do século XVI. Esta decisão foi importante, pois, para manter a ação missionária e sustentar os colégios, os inicianos precisaram gerar novas receitas e não depender dos recursos enviados pelas Coroas ibéricas, que foram inconstantes e insuficientes. O que nortearia os investimentos jesuítas seriam as adaptações e as condições encontradas pelos religiosos nas diversas colônias que estiveram presentes. O terceiro capítulo segue, desta vez elencando os fatores que foram fundamentais para que a Companhia de Jesus acumulasse, ao longo dos séculos, um vasto patrimônio que contava com imóveis nas áreas urbanas e rurais.

As doações e mercês, vindas de comerciantes, governadores e reis, foram práticas importantes para a composição do patrimônio jesuíta na fase inicial da colonização. O dízimo, imposto cobrado pelas Coroas, possibilitou uma economia de

---

<sup>9</sup> BARROS, José D’Assunção. História comparada: atualidade e origens de um campo disciplinar. *História revista*, vol. 12, nº 2, 2007, p. 06.

recursos para os religiosos, tendo em vista que os inacianos ficaram isentos do pagamento até meados do século XVIII, para investimentos posteriores. Apesar de isentos até o século XVIII, os jesuítas sofreram inúmeras tentativas de cobrança deste imposto, desde o século XVII, por parte dos reis.

Outros recursos obtidos pela Companhia de Jesus vieram através dos censos eclesiásticos, prática comum nas colônias espanholas, e das capelanias, existente em toda América colonial. Estes recursos, aliados à boa administração de suas propriedades, permitiram aos jesuítas acumular reservas de capital suficientes para, sobretudo no século XVIII, adquirir novas terras através da compra.

Se uma parte desses recursos foi utilizada para comprar propriedades, a outra serviu para financiar a produção agrícola colonial. No encerramento do terceiro capítulo será analisada a participação dos religiosos no mercado de créditos nas colônias ibéricas da América. Neste segmento, sem sombra de dúvidas, as instituições religiosas foram as que mais se destacaram.

O quarto, e último capítulo da pesquisa, trará um texto comparativo entre *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas* e *Instrucciones para los hermanos jesuítas administradores de haciendas* em questões referentes à administração, agropecuária e mineração. Para este capítulo, especificamente, não será mencionada a obra *Economia Cristã dos senhores no governo dos escravos* por se tratar de um escrito voltado, integralmente, para as relações senhor/escravo.

Na questão agrária o destaque é para a produção de cana de açúcar, cultura comum nos engenhos do Brasil e nas *haciendas* do México. “Os sistemas agrários resultam da combinação histórica dos elementos que constituem o processo produtivo agrícola: terra, trabalho e técnicas.”<sup>10</sup> O capítulo prossegue com a importância da criação de animais para as propriedades rurais e encerra com a mineração, assunto abordado em *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*, mas sequer mencionado nas *Instrucciones para los hermanos jesuítas administradores de haciendas*.

---

<sup>10</sup> LINHARES, Maria Yedda. História Agrária. In: CARDOS, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Editora Campus, Rio de Janeiro, 1997, p. 146.

*“Parecia a todos uma mercadoria lícita! Os escrúpulos porventura existentes quanto à servidão dos índios, desapareciam com a servidão dos pretos... Nem os jesuítas tinham escrúpulos em possuí-los.” (RUBERT, 1981, p. 290)*

## Capítulo 1 - O desenvolvimento das letras e os escritos jesuítas na América colonial.

### 1.1 – A inteligência nas colônias espanholas e portuguesa.

A expansão comercial e marítima de Portugal e Espanha tivera como importante aliada a Igreja Católica, pois esta legitimava a ocupação de novas terras com o propósito da conversão do gentio pagão ao cristianismo. “É importante frisarmos que na América portuguesa amalgamaram-se os interesses da Igreja Católica e da Coroa, numa união indissolúvel que marcou todo o período colonial.”<sup>11</sup> Nesse sentido, “a igreja torna-se força auxiliar no processo de expansão marítima e implantação das colônias, legitimando as conquistas por meio dos discursos e das propostas missionárias existentes no seu bojo.”<sup>12</sup> No expansionismo luso-espanhol o sustentáculo ideológico utilizado foi o catolicismo, ficando claro como conquistadores e evangelizadores estavam mergulhados em um mundo onde religião e vida política-social conviviam de forma interligada.

Nesta aliança, entre Igreja e Coroa, os inicianos se transformaram em um dos pilares do processo colonizador dos países ibéricos, permanecendo durante séculos no continente americano. Souberam como poucos, embora tenham sofrido resistência em algumas situações, negociar com os nativos, ora avançando, ora recuando no projeto missionário, estabelecendo trocas culturais intensas.

No período em que permaneceram na América colonial, os jesuítas produziram diversas obras: manuscritos, cartas e livros, por exemplo. “O empreendimento político e econômico da colonização teve, no âmbito educacional, o protagonismo dos padres jesuítas, os intelectuais mais ativos no desenvolvimento cultural da sociedade brasileira.”<sup>13</sup>

---

<sup>11</sup> COSTA, Robson Pedrosa. As ordens religiosas e a escravidão negra no Brasil. ANAIS DO II ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL. *Mneme – Revista de Humanidades*. UFRN. Caicó (RN), V. 9. N. 24, set/out. 2008. Disponível em: [www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais](http://www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais), p. 03.

<sup>12</sup> ANDRADE, William César de. Conflito na interpretação historiográfica do Brasil Colônia. *Revista de Estudos da Religião*. N. 1, 2004, p. 92.

<sup>13</sup> PEREIRA, Fábio Inácio; MESQUIRA, Peri. Uma abordagem gramsciana da práxis dos jesuítas como intelectuais no Brasil colonial. *Revista Acta Scientiarum Education*, v. 39, suppl., p. 467-503, Maringá, 2007, p. 468.

Do grupo de jesuítas que produziram escritos associados à província do Brasil, além dos religiosos com identidade portuguesa, havia a presença de um considerável número de estrangeiros, principalmente italianos. O letramento era visto pelos padres como uma forma eficiente de dominação do pensamento coletivo. Através de cartas jesuíticas escritas entre o final do século XVI e início do século XVIII, referentes à província do Rio Grande, Lenin Campos Soares, no texto *O jesuíta: um tradutor de dois mundos* procura analisar o papel dos inicianos como intermediários entre o mundo ibérico e o mundo indígena. Para Soares:

As cartas são normalmente relatórios, porém um relatório diferenciado. Nelas os jesuítas diziam o que estava acontecendo em cada uma das missões, escrevendo para o Padre *General*, o qual recolhia todas as informações de cada capitania e reescrevia uma carta maior que era enviada a Roma. Nestas cartas os jesuítas falavam o que estavam desenvolvendo entre os índios e colonos, os problemas que aconteciam e as impossibilidades de realizar o que a Sé, em Roma, impunha.<sup>14</sup>

No artigo *A Cultura e Opulência no Brasil por suas drogas e minas: qual sua natureza?*, Bruna Rodrigues dos Santos faz um estudo comparado da obra de Antonil com as elaboradas pelos padres jesuítas: João Felipe Bettendorf, Jorge Benci e Antônio Vieira, buscando compreender a natureza de tais obras. Os escritos jesuítas não se restringiram à produção de cartas, de acordo com Santos:

A produção escrita dos inicianos não se resume apenas a isso, pois com o crescimento da Companhia de Jesus nas regiões da América Portuguesa, aumentaram as preocupações com outros assuntos, como os da administração dos bens da ordem e assuntos sociais recorrentes na colônia.<sup>15</sup>

Instalados na América colonial e, contando com a escassez e a péssima preparação dos clérigos seculares, os inicianos rapidamente assumiram privilégios e amplas responsabilidades diante da colonização.<sup>16</sup> Os principais atores intelectuais, sobretudo nos primeiros séculos da colonização foram os membros do clero.

La "conquista espiritual e intelectual" de las poblaciones vencidas a comienzos del siglo XVI recayó exclusivamente sobre las espaldas de los

<sup>14</sup> SOARES, Lenin Campos. O jesuíta: um tradutor de dois mundos. *Mneme – Revista de Humanidades*. UFRN. Caicó (RN), V. 05. N. 10, abr./jun. 2004. Disponível em: [www.cerescaico.ufm.br/mneme](http://www.cerescaico.ufm.br/mneme), p.322. É importante lembrar que existia a troca de cartas entre os missionários espalhados por diversas partes do mundo.

<sup>15</sup> SANTOS, Bruna Rodrigues dos. *A Cultura e Opulência do Brasil por suas drogas e minas: qual sua natureza?* Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh – Rio: Saberes e práticas científicas, 28 de julho a 1 de agosto de 2014, p. 05.

<sup>16</sup> SILVA, Kalina Vanderlei. O padre Manuel de Nóbrega, os jesuítas e o nascimento da cultura barroca na sociedade açucareira (século XVI). *Revista CLIO – Revista de Pesquisa Histórica*. V. 28.2. ISSN 0102-9487, p.08.

miembros del clero católico, y muy en particular sobre las del sector más propiamente letrado de la Iglesia, conformado por las órdenes religiosas.<sup>17</sup>

Acredita-se que os primeiros livros que surgiram na colônia foram trazidos pelos jesuítas que aqui chegaram. Os livros que existiam eram copiados a mão e utilizados para instrução nos colégios religiosos. Os inicianos também pediam remessas de livro à metrópole. A Companhia de Jesus, ao longo das décadas, conseguiu construir uma estrutura de dominação intelectual, étnica e racial, sobretudo entre as populações nativas e, posteriormente, sobre os escravos africanos que foram utilizados como mão de obra na consolidação das *haciendas* e dos engenhos de açúcar.

A grande lavoura, sejam os engenhos de açúcar no Brasil ou as *haciendas* no restante da América Latina, foi o pano de fundo da análise das relações senhor/escravo presentes nos escritos de André João Antonil, Jorge Benci, além do manuscrito mexicano. Os principais escritos coloniais que trataram da escravidão e da relação senhor/escravo, incluindo as obras citadas, tiveram como fonte de inspiração as relações sociais do mundo agrário.

Redigidos por missionários europeus, esses textos apresentaram uma teoria de governo dos escravos que pode ser denominada como cristã não apenas por conta de seus autores, no caso dos jesuítas, mas sobretudo devido às convenções intelectuais que foram empregadas (uma combinação do discurso clássico sobre *oikonomia*<sup>18</sup> e agronomia com o discurso bíblico das obrigações recíprocas) e ao escopo de suas prescrições (busca da normatização do comportamento senhorial com base em preceitos cristãos).<sup>19</sup>

Os padres Antonil e Benci participaram de forma ativa na vida da colônia, ocupando cargos importantes dentro da estrutura eclesiástica, e tiveram enorme destaque pelo refinamento intelectual. “O pequeno inventário das qualidades atribuídas ao padre Benci também inclui a apologia dos seus dotes de erudição, argumentação e os seus conhecimentos de direito, a par da eloquência demonstrada na pregação de sermões.”<sup>20</sup> As mesmas qualidades se aplicaram a Antonil.

<sup>17</sup> MYERS, Jorge. Introducción al volumen - Los intelectuales latinoamericanos desde la colonia hasta el inicio del siglo XX. In: MYERS, Jorge (Org.). *Historia de los intelectuales en América Latina*. Katz Editores, Argentina, 2008, p. 31.

<sup>18</sup> Filósofos da Grécia Antiga, Xenofonte e Aristóteles, usavam este termo para designar um conjunto de preceitos que regem, ou devem reger, a atividade do senhor da casa na obtenção dos recursos necessários à vida da família.

<sup>19</sup> MARQUESE, Rafael de Bivar. *Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p.23.

<sup>20</sup> CURTO, Diogo Ramada. *Cultura letrada no século do Barroco (1580-1720)*, p. 375.

O cenário na América portuguesa não era favorável ao desenvolvimento das letras. Boa parte dos colonos desembarcados no Novo Mundo veio com o intuito de explorar as riquezas da terra e, intelectualmente, não eram os mais favorecidos, careciam de bagagem cultural. Com essas características, não houve incentivos ao surgimento de escritores e de um público literário, soma-se a isso o fato de que, tanto os grupos indígenas quanto os africanos que vieram para cá eram, em sua maioria, iletrados.

Ao lado dos degredados, quais teriam sido os primeiros colonizadores do Brasil? Há os que se sentiram atraídos pela possibilidade de enriquecer, burgueses (artesãos ou comerciantes) e até mesmo nobres empobrecidos que iam atrás da miragem do ouro, vinham “fazer a América”. Ou os que, movidos pelo espírito de aventura, fugiram à severidade da vida em Portugal, ensaiaram-se em novas terras. Há os oficiais reais, capitães, governadores e outros, empossados de uma missão da Coroa, exercendo cargos de funcionários, muitos dos quais ao que parece pertenciam à pequena e média nobreza. Soldados; náufragos; aqueles que aqui apartavam em virtude das atrações forçadas; desertores, estes últimos numerosos.<sup>21</sup>

Na América Hispânica o panorama intelectual foi mais propício ao desenvolvimento das letras. Ao chegarem ao sul do México e à região andina, os conquistadores encontraram civilizações complexas, dotadas de uma avançada estrutura social, econômica e militar, que lhes apresentaram o desafio de uma prolongada batalha cultural. A contribuição das civilizações autóctones foi de extrema importância, e se mostrou presente, no desenvolvimento intelectual da América colonial, inclusive após a conquista territorial por parte dos ibéricos. “Una presencia que en regiones como las de Nueva España/México o el Altiplano peruano ha sido contundente hasta el presente.”<sup>22</sup> Desde o século XVI já se encontravam universidades na América espanhola, as primeiras surgiram na República Dominicana, Peru e México.

As ordens religiosas foram as primeiras a fundar e administrar escolas de primeiras letras no México, confirmando seu pioneirismo na Nova Espanha. Depois dos primeiros projetos de educação organizados pelos frades, o clero secular e a Coroa espanhola também se envolveram com os estudos no vice-reinado.<sup>23</sup>

---

<sup>21</sup> VIOTTI DA COSTA, Emília. Primeiros povoadores do Brasil: o problema dos degredados. *Revista textos de História*, VOL. 6. N. 1 e 2, 1998, p.79.

<sup>22</sup> MYERS, Jorge. Introducción al volumen - Los intelectuales latinoamericanos desde la colonia hasta el inicio del siglo XX, p. 30.

<sup>23</sup> REIS, Anderson Roberti dos. A Companhia de Jesus no México: educação, bom governo e grupos de letrados (séculos XVI – XVII). Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011, p. 159.

Na América, a Coroa portuguesa mostrou pouco interesse pela escola, o ensino superior era dependente da Universidade de Coimbra. “Com o intuito de reforçar os elos com a metrópole, a Coroa incentivou a ida de brasileiros para Coimbra.”<sup>24</sup> Na mesma linha de argumentação segue o texto *Brasil: Literatura e “intelectuales” en el período colonial*, onde Laura de Mello e Souza analisa a relação entre literatura e intelectualidade, levando-se em conta a interferência da política colonial portuguesa. Mello e Souza afirma: “Ao obrigar às elites a estudar em Coimbra, a Coroa buscou moldá-las de acordo com os parâmetros portugueses, evitando assim a circulação de ideias heterodoxas e o desenvolvimento de um pensamento crítico.”<sup>25</sup>

O surgimento das Universidades na América hispânica permitiu a ‘convivência’ entre as esferas civil e eclesiástica no campo das ideias. Abordando a superposição destas esferas e a contribuição dos jesuítas para a formação da ‘cidade letrada’ nas colônias hispânicas, Ángel Rama afirma que:

Ambas as esferas estiveram superpostas por longo tempo, fazendo com que a equipe intelectual contasse durante séculos com importantes setores eclesiásticos entre suas fileiras, antes que a laicização – que começava a agir no século XVIII – passasse a substituí-los por intelectuais civis. Duas datas circunscrevem o período dessa superposição: 1572, quando chegam os jesuítas à Nova Espanha, e 1767, quando são expulsos da América por Carlos III.<sup>26</sup>

Na América portuguesa esta superposição das esferas intelectuais, civil e eclesiástica, se deu com menos intensidade. A partir da segunda metade do século XVIII, com as Reformas Ilustradas, os inicianos, assim como nas colônias espanholas, diminuem sua influência no sistema educacional. Em: *A educação na colônia e os jesuítas: discutindo alguns mitos*, Luiz Carlos Villalta, através de um debate historiográfico, discute a imagem obscurantista deixada pela herança educacional dos jesuítas em relação ao reformismo de Pombal. Nas palavras de Villalta, uma das características da pedagogia escolar jesuítica era, em tese: “Ser prisioneira da orientação religiosa, contrapondo-se, em parte, ao espírito científico nascente.”<sup>27</sup>

<sup>24</sup> VILLALTA, Luis Carlos. O que se fala e o que se lê: Língua, instrução e leitura. In: MELLO E SOUZA, Laura de. (Org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. Vol. 1, Companhia das Letras, São Paulo, 1997, p. 349.

<sup>25</sup> MELLO E SOUZA, Laura de. Brasil: Literatura e “intelectuales” en el período colonial. In: MYERS, Jorge (Org.). *Historia de los intelectuales en América Latina*. Katz Editores, Argentina, 2008, p. 100.

<sup>26</sup> RAMA, Ángel. *A cidade das letras* (trad. Emir Sader). Boitempo Editorial, São Paulo, 2015, p. 32.

<sup>27</sup> VILLALTA, Luis Carlos. A educação na colônia e os jesuítas: discutindo alguns mitos. In: PRADO, Maria Lúcia Coelho; VIDAL, Diana Gonçalves (Orgs.). *A margem dos 500 anos: reflexões irreverentes*. São Paulo: EDUSP, 2002, P. 174.

A educação escolar sofreu com o desprestígio tanto na colônia quanto na metrópole. Nos séculos XVI e XVII, em Portugal, existiram movimentos sociais contrários às escolas jesuítas. Estes movimentos entendiam que: “Os colégios desviavam os moços do trabalho do campo e das oficinas, prejudicando a produção e roubando os homens da guerra.”<sup>28</sup>

Além de aspectos sociais e políticos, fatores técnicos e culturais dificultaram a evolução das letras na colônia portuguesa. Tanto a colônia quanto a própria metrópole apresentaram fortíssimas restrições à escrita, publicação, posse e leitura de livros. A imprensa sofreu com as censuras episcopal, régia e inquisitorial, tanto em Portugal, desde o século XVI, quanto em sua colônia na América. Esta censura “funcionou como um limite estrutural à composição de livros pelos senhores de engenho. Qualquer obra escrita no Brasil só poderia ser impressa em Portugal após passar pelo crivo das censuras.”<sup>29</sup> Mesmo com este intenso controle, as elites cultas conseguiram ter acesso aos chamados ‘livros proibidos’. Porém, mesmo burlando a censura, “não impediu que a má fama da monarquia portuguesa circulasse pela Europa culta que via o país como retrógrado e obscurantista.”<sup>30</sup>

Estas restrições prejudicaram a entrada e circulação de livros na colônia, favoreceu os inicianos que foram partícipes da censura e tiveram amplo controle das obras que entravam na América portuguesa. Yllan de Mattos em sua tese de doutorado, *A Inquisição Contestada: críticos e críticas ao Santo Ofício português (1605-1681)*, busca compreender as tensões entre a Inquisição e os clérigos, literatos e membros do poder real. Mattos afirma que: “Todavia, não convém exagerar num absoluto desentendimento entre as duas instituições, pois os jesuítas continuariam sendo os principais pregadores dos sermões dos autos da fé e um dos principais colaboradores da Inquisição nas colônias”<sup>31</sup> O prejuízo destas restrições para a colônia portuguesa é visível quando comparado à porção espanhola do continente americano.

Por aqueles tempos, 1650, enquanto a porção portuguesa da América era um buraco negro quanto às letras, o lado espanhol do continente fervilhava – há décadas que livros circulavam ali, em paralelo às cartas da

<sup>28</sup> VILLALTA, Luis Carlos. O que se fala e o que se lê: Língua, instrução e leitura, p. 354.

<sup>29</sup> MARQUÊSE, Rafael de Bívar. Feitores do corpo, missionários da mente, p.49. Ou qualquer outro letrado, não necessariamente senhor de engenho.

<sup>30</sup> MELLO E SOUZA, Laura de. Brasil: Literatura e “intelectuales” en el período colonial, p. 102.

<sup>31</sup> MATTOS, Yllan de. *A Inquisição Contestada: críticos e críticas ao Santo Ofício português (1605-1681)*. Tese de Doutorado, PPGH – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013, p. 86.

Coroa, aos relatos militares e de viajantes e aos próprios manuscritos do Clero.<sup>32</sup>

A Nova Espanha, que contou com imprensas, além de sua própria universidade, desde 1551, esteve longe de ser um ‘deserto intelectual’. No livro *Iberoamérica: del descubrimiento a la independência*, Óscar Mazín descreve as transformações sofridas pelo México no período colonial, sobretudo no aspecto cultural. Sobre a circulação de livros Mazín menciona que: “El 12 de Julio de 1605, seis meses después de su aparición, 262 ejemplares del Quijote zarparon de los muelles de Sevilla a bordo del Espíritu Santo para llegar a Veracruz três meses más tarde.”<sup>33</sup>

A ausência de estabelecimentos de impressão na colônia portuguesa só foi modificada com a vinda da família real para o Brasil, em 1808, e a criação da Imprensa Régia no Rio de Janeiro. No texto *Literatura e condição colonial na América portuguesa (século XVIII)*, João Paulo G. Pimenta descreve as condições encontradas na colônia portuguesa para o desenvolvimento da literatura. Segundo Pimenta:

Não dispomos de notícias confiáveis do estabelecimento delas até 1747, quando um conhecido impressor peninsular, Antônio Isidoro da Fonseca, se transferiu para o Rio de Janeiro, onde instalou sua pequena tipografia, da qual chegou a tirar algumas obras. Mas em 6 de Julho do mesmo ano saiu de Lisboa uma ordem ao governo do Rio de Janeiro para o fechamento do estabelecimento de Fonseca.<sup>34</sup>

Traçando um paralelo entre o desenvolvimento intelectual nas colônias espanholas e portuguesa é possível observar alguns aspectos determinantes. Se a Espanha, além das ordens religiosas, fundou universidades e imprensa em suas colônias na América, Portugal, “sólo auspiciaba la presencia de aquellos expertos de la conversión religiosa, negando sistemáticamente a sus súbditos de ultramar tanto imprentas quanto instituciones universitarias locales.”<sup>35</sup> Enquanto a Coroa espanhola criou o ambiente favorável para a ampliação e complexidade das atividades intelectuais nas cidades coloniais, na colônia portuguesa, “de conformación más preponderantemente rural la formación de un primer "sistema literario" habría de verse

<sup>32</sup> PEREIRA, Ariane Carla. FERNANDES, Márcio Ronaldo Santos. *A cultura das letras na América Jesuítica: o papel dos livros na formação de uma sociedade midiática (1580-1780)*. 7º Encontro Nacional de História da Mídia, Fortaleza – CE, 2009, P.02.

<sup>33</sup> MAZÍN, Óscar. *Iberoamérica: del descubrimiento a la independência* (trad. Víctor Gayol Romo de Vivar e Oscar Mazín). 1º Ed., El Colegio de México, México, 2007, p. 55.

<sup>34</sup> PIMENTA, João Paulo G. *Literatura e condição colonial na América portuguesa (século XVIII)*. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). *O Brasil colonial – 1720-1821*, vol. 3, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2017, p. 496.

<sup>35</sup> MYERS, Jorge. *Introducción al volumen - Los intelectuales latinoamericanos desde la colonia hasta el inicio del siglo XX*, p. 32.

diferida hasta casi finalizado el siglo XVIII.”<sup>36</sup> Durante a época Barroca, na América espanhola, houve a tentativa institucional de criar locais para debates intelectuais e literários, uma alternativa de ideias frente ao poder das igrejas. Na América portuguesa, essa tentativa “se postergaría hasta un período muy próximo al traslado de la corte a Rio de Janeiro a principios del siglo XIX.”<sup>37</sup>

Apesar da existência de escritores laicos, geralmente senhores de engenho ou integrantes da burocracia régia, o principal núcleo dos intelectuais da América portuguesa saiu dos quadros da igreja, os religiosos se tornaram os principais escritores da sociedade colonial. “Senhores e burocratas só eventualmente escreviam obras, e quando o faziam, eram levados por motivações utilitárias de ordem pessoal.”<sup>38</sup> Pero de Magalhães Gândavo, por exemplo, após escrever, em 1576, sua *História da província de Santa Cruz*, foi nomeado para a Provedoria da Fazenda. Outro exemplo foi Sebastião da Rocha Pita, ao escrever *História da América Portuguesa*, publicada em 1730, teria sido agraciado com o título de membro da Real Academia de História Portuguesa.<sup>39</sup> Na introdução de *Viagens Ultramarinas: monarcas, vassallos e governo a distância*, Ronald Raminelli destaca a importância que os domínios americanos tiveram para Portugal no século XVIII, principalmente na formação de uma elite ilustrada luso-brasileira. Nas palavras de Raminelli:

Assim como a espada, a escrita tornou-se, então, um importante serviço dedicado ao rei, pois lhe informava sobre acontecimentos, terras distantes, minas, lavouras e a disposição de súditos em obedecer a suas leis. O conhecimento sobre o ultramar rendia aos moradores das conquistas a possibilidade de também alcançar privilégios; como os guerreiros, eles poderiam dispor de terras, títulos de cavaleiros e cargos de prestígio.<sup>40</sup>

Os jesuítas foram responsáveis, durante o período em que permaneceram nas colônias, pelo sistema educacional. “Os colégios jesuítas se afirmaram assim como “laboratório de intelectuais” nas condições possíveis do mundo colonial, comprometidos intimamente com a ideia de missão.”<sup>41</sup> O fato do sistema de educação

<sup>36</sup> MYERS, Jorge. Introducción al volumen - Los intelectuales latinoamericanos desde la colonia hasta el inicio del siglo XX, P. 32.

<sup>37</sup> MYERS, Jorge. Introducción al volumen - Los intelectuales latinoamericanos desde la colonia hasta el inicio del siglo XX, P. 33.

<sup>38</sup> VAINFAS, Ronaldo. *Ideologia e escravidão: os letrados e a sociedade escravista no Brasil colonial*. Petrópolis: Vozes, 1986, p.53.

<sup>39</sup> VAINFAS, Ronaldo. *Ideologia e escravidão: os letrados e a sociedade escravista no Brasil colonial*, p. 54.

<sup>40</sup> RAMINELLI, Ronald. *Viagens Ultramarinas: monarcas, vassallos e governo a distância*. São Paulo: Alameda, 2008, p.08.

<sup>41</sup> VAINFAS, Ronaldo. *Ideologia e escravidão*, p.58.

na América portuguesa ter ficado concentrado nas instituições religiosas representou uma perda para o meio cultural na colônia, pois, “permaneceu mais limitado, isolado e fechado em si mesmo, em contraste notório com o que ocorreu em outras regiões americanas, como o Peru, México e Nova Granada.”<sup>42</sup> No artigo *O padre Manuel da Nóbrega, os jesuítas e o nascimento da cultura barroca na sociedade açucareira (século XVI)*, Kalina Vanderlei Silva, através de escritos jesuítas, pesquisa a relação entre a Companhia de Jesus e a mentalidade barroca espanhola e a difusão desta mentalidade na América portuguesa. Silva afirma que:

Os colégios jesuítas na Bahia e em Pernambuco se tornavam núcleos de formação de intelectuais que, por sua vez, passavam eles também a educar os filhos dos senhores de engenho. Tais instituições funcionavam como centros culturais, crescendo na proporção que as vilas se desenvolviam, e disponibilizando suas bibliotecas para padres, alunos e leigos.<sup>43</sup>

As bibliotecas existentes na colônia eram de dois tipos: privadas ou pertencentes aos colégios religiosos. As bibliotecas privadas eram compostas, em sua grande maioria, por livros de religião e de autores clássicos, como visto neste texto, a censura controlava a circulação de livros, proibindo os de conteúdo considerado inadequado. As bibliotecas pertencentes aos colégios serviam aos clérigos, mas também atendiam ao público geral. “Antes de 1808 não houve bibliotecas públicas na América portuguesa e, as que de algum modo cumpriram este papel foram as bibliotecas dos conventos e mosteiros.”<sup>44</sup> Com a expulsão dos jesuítas, muitas destas bibliotecas foram desmanteladas tendo o acervo destruído. “Embora beneditinos, franciscanos e carmelitas tenham mantido suas coleções, as dos jesuítas eram melhores.”<sup>45</sup> Grande parte destes acervos se encontrava nos centros urbanos, pois, além de maior demanda pela leitura, havia a possibilidade de comercialização dos livros. “Estimativas aproximadas indicam que nos primeiros anos do século XVIII o colégio jesuíta da Bahia contava com um acervo de três mil títulos; em 1760, com cerca de 15 mil volumes ( e um número, portanto, menor de títulos).”<sup>46</sup>

<sup>42</sup> MELLO E SOUZA, Laura de. Brasil: Literatura e “intelectuales” en el período colonial, p. 100.

<sup>43</sup> SILVA, Kalina Vanderlei. O padre Manuel de Nóbrega, p.13.

<sup>44</sup> MELLO E SOUZA, Laura de. Brasil: Literatura e “intelectuales” en el período colonial, p. 101.

<sup>45</sup> PIMENTA, João Paulo G. Literatura e condição colonial na América portuguesa (século XVIII), p. 492.

<sup>46</sup> PIMENTA, João Paulo G. Literatura e condição colonial na América portuguesa (século XVIII), p. 497.

A partir do século XVIII, com a mineração e o desenvolvimento de uma sociedade urbana, o conteúdo dos livros existentes nas bibliotecas começou a mudar. Se as bibliotecas eram compostas de obras religiosas e devocionais, a partir deste momento, e influenciados pela ilustração, se observou maior quantidade de livros de ciências e “saberes profanos”. Esta mudança de temática dos livros se deu, principalmente, nas livrarias cujos responsáveis eram pessoas que tiveram acesso à educação privilegiada.

As livrarias, ademais, foram espaço de obediência a F, L e R, mas também de contestação: desde o século XVI os leitores adquiriram livros proibidos e, a partir do século XVIII, passaram a se interessar por obras afinadas com as modificações científicas, com a ilustração e, ainda, escritas em língua francesa ou inglesa.<sup>47</sup>

Outra ferramenta muito utilizada pelos padres foram os sermões, a oralidade possibilitou a expansão do discurso e dos pensamentos iniciais, sobretudo na sociedade colonial. A oralidade era comum nos templos religiosos, colégios jesuíticos e aulas régias, esta prática permaneceu mesmo com a expulsão dos jesuítas. “Maior até o século XVII e recuando nos setecentos, sem, contudo, perder toda a pujança, a oralidade permeava as formas de comunicação e a vida cotidiana, no público e no privado, inclusive a relação com os livros”.<sup>48</sup>

Os sermões foram úteis em diversos aspectos: transmissão oral da cultura, instrumentos essenciais para a alfabetização e, além do mais, proporcionou prestígio aos que dominavam a arte da oratória. “Gracias a los sermones y pregones, la población iletrada no quedó al margen de la educación.”<sup>49</sup> Resenhando a obra *Sermões*, de Antônio Vieira, João Adolfo Hansen menciona que a importância do sermão, como fonte de conhecimento das escrituras sagradas e cultura se deu porque: “Nos países católicos a posse particular da bíblia e a sua leitura individual foram proibidas. A igreja reconfirmou a necessidade dos ritos visíveis e a espetacularização dos sacramentos, impondo a audição coletiva da pregação.”<sup>50</sup>

Inclusive, a obra de Jorge Benci é um conjunto de quatro sermões proferidos pelo padre italiano na Bahia, no final do século XVII. “Não apenas Benci utilizou o

<sup>47</sup> VILLALTA, Luis Carlos. O que se fala e o que se lê: Língua, instrução e leitura, p. 384.

<sup>48</sup> VILLALTA, Luis Carlos. O que se fala e o que se lê: Língua, instrução e leitura, p. 384.

<sup>49</sup> MAZÍN, Óscar. Gente de saber en los virreinos de hispanoamérica (siglos XVI a XVIII). In: MYERS, Jorge (Org.). Historia de los intelectuales em América Latina. Katz Editores, Argentina, 2008, p. 62.

<sup>50</sup> HANSEN, João Adolfo. Sermões. In: MOTA, Lourenço Dantas. *Introdução ao Brasil: um banquete no trópico*. São Paulo: SENAC, 2004, p. 26.

sermão como meio para um projeto missionário. Na História do Brasil Colonial, a utilização de sermões como instrumento pedagógico foi comum.”<sup>51</sup>

Se os escritos coloniais fossem divididos em períodos, com base em Vainfas<sup>52</sup> e Marquese<sup>53</sup>, o primeiro período iniciaria com a chegada dos colonizadores até meados do século XVII; o segundo período segue de meados do XVII até meados do século seguinte; o terceiro, e último, começaria na segunda metade do século XVIII, quando diminui a influência dos religiosos. Neste texto só nos interessam os dois primeiros períodos, pois, marcam o que Vainfas denominou de “inflexão ideológica”, ou seja, mudança da percepção da escravidão por parte dos religiosos, explicitados em seus escritos.

O primeiro período começou com a chegada dos jesuítas em meados do século XVI e se estendeu até meados do XVII. Nesta fase, a escravidão foi apenas uma constatação, não sendo mencionada nos escritos inicianos. Provavelmente a submissão dos indígenas era assunto de ordem interna, abordada nas cartas trocadas entre os religiosos. A ideia que se tinha era que “o escravo é coisa, associado a animais e demais insumos da plantação, considerado, enfim, o requisito prioritário e essencial ao êxito da empresa colonial.”<sup>54</sup>

Outro ponto intrigante desta fase, e que permaneceu durante o período jesuítico nas colônias, foi o fato de que a Companhia de Jesus, na medida em que era responsável pela conversão do gentio ao catolicismo era, ao mesmo tempo, detentora de terras e escravos. Esse dilema foi justificado com o argumento de que trabalho era coisa de escravos cabendo aos jesuítas o papel missionário.

“Ainda no século XVII, o que mais chamava a atenção dos observadores lusos era o tópico da legitimidade da escravidão indígena.”<sup>55</sup> Este tópico ocasionou uma série de conflitos entre colonos, favoráveis à escravização dos indígenas, e os jesuítas, opositores desta ideia. Esta questão suscitou, inclusive, divergências entre os próprios

---

<sup>51</sup> OLIVEIRA, Natália de Almeida. Jorge Benci e a missão: a reconstrução da trajetória de um jesuíta italiano na América portuguesa. Dissertação de mestrado, PPGH – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017, p. 135.

<sup>52</sup> VAINFAS, Ronaldo. *Ideologia e escravidão: os letrados e a sociedade escravista no Brasil colonial*. Petrópolis: Vozes, 1986.

<sup>53</sup> MARQUESE, Rafael de Bivar. *Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

<sup>54</sup> VAINFAS, Ronaldo. *Ideologia e escravidão*, p.69.

<sup>55</sup> MARQUESE, Rafael de Bivar. *Feitores do corpo, missionários da mente*, p.22.

inacianos, é importante lembrar que esse debate não se restringiu somente à América portuguesa.

A questão da legitimidade da escravidão de nativos não foi, portanto, uma polêmica interna à Companhia de Jesus no Brasil. Constituiu, antes, uma preocupação geral, repleta de nuances e soluções erráticas, que perpassaram o conjunto da história colonial.<sup>56</sup>

O clássico embate entre Juan Ginés de Sepúlveda e Bartolomé de las Casas exemplifica o quanto a questão da escravidão dos índios se espalhou por toda América colonial. Questões de interesses econômicos, sociais, políticos, além da ética cristã, andaram lado a lado, em uma linha tênue, nos debates sobre a questão indígena. Para fechar esta primeira fase, a escravidão negra não era motivo de reflexões por parte dos intelectuais da colônia, pelo menos neste momento.

O segundo período começou em meados do século XVII até meados do XVIII. Foi nesta fase que ocorreu a chamada “inflexão ideológica”, mencionada anteriormente. Se antes a escravidão era apenas uma constatação, a partir de agora passou a ser objeto de reflexão. Uns dos principais motivos para essa mudança de postura dos letrados coloniais diante da escravidão foram as revoltas dos escravos, principalmente Palmares, na América portuguesa, e revoltas nas Antilhas<sup>57</sup>. Se antes os escravos eram vistos como “coisas”, agora percebeu-se que os mesmos constituíam o universo social colonial, suscetíveis às desigualdades e capazes de externar suas insatisfações através de fugas e rebeliões.

As mudanças mais expressivas se deram, porém, no discurso sobre a escravidão africana. Antes de tudo, porque surgiram escritos especificamente ligados ao tema ou dedicando-lhe, ao menos, seções importantes. Tratada com mais frequência e menos parcimônia, a escravidão africana constituiu, então, objeto de preocupações profundas no seio da classe dominante, de onde vinham os letrados.<sup>58</sup>

<sup>56</sup> VAINFAS, Ronaldo. Ideologia e escravidão, p.74.

<sup>57</sup> MARQUESE, Rafael de Bívar. Feitores do corpo, missionários da mente. Na segunda metade do século XVII, nas Antilhas inglesas e francesas, cuja base econômica era a plantação de açúcar com emprego de mão de obra escrava, o número de negros superou, e muito, o de brancos, causando um verdadeiro desequilíbrio demográfico entre brancos e negros escravos. A superioridade demográfica, aliada às más condições de tratamento, foi o estopim para os movimentos de resistência escrava. Entre 1650-60, houve um aumento considerável de notícias sobre fugas de escravos em Barbados, São Cristóvão e Neves. Durante a década de 1670 alguns levantes e revoltas organizadas por escravos foram abortadas nas Antilhas inglesas. Em 1675 um levante planejado por escravos de diversos *plantations* foi descoberto por senhores em Barbados. O objetivo do levante era tomar o poder, assassinar os brancos e instaurar uma monarquia negra na ilha caribenha. Na Jamaica, pouco antes de 1675, ocorreu uma revolta organizada por cerca de duzentos escravos que, após matar os brancos pertencentes ao engenho, invadiram outras propriedades roubando armas e munição. Os rebeldes formaram uma comunidade escrava nas montanhas.

<sup>58</sup> VAINFAS, Ronaldo. Ideologia e escravidão, p.86.

É neste contexto de ‘inflexão ideológica’ que marca a produção de duas das três fontes utilizadas nesta pesquisa: As obras *Cultura e Opulência do Brasil por suas drogas e minas*, escrita por Antonil e *Economia Cristã dos Senhores no governo dos Escravos*, produzida por Benci.

O período compreendido, entre finais do século XVII e início do século XVIII, é um momento de intensa escrita dos padres da Companhia de Jesus na América Portuguesa. Não somente na epistolografia que é uma característica fundamental da escrita da Ordem, mas principalmente no que tange a escrita de obras com o intuito de publicá-las.<sup>59</sup>

A terceira fonte desta pesquisa, *Instrucciones para los hermanos jesuítas administradores de haciendas: manuscrito mexicano del siglo XVIII*, também se insere nos escritos religiosos com seções específicas sobre escravidão, porém, diferentemente das outras duas fontes, que eram livros, com maior publicidade, o manuscrito era um documento de circulação interna, ou seja, escrito exclusivamente para inacianos.

Este tipo de documento com ‘orientações’ para os administradores de suas propriedades parece uma prática comum da Companhia de Jesus, sobretudo nas colônias espanholas. As primeiras instruções foram expedidas entre o final do século XVI e início do século XVII pelo Quinto Superior Geral da Companhia, o jesuíta italiano Claudio Acquaviva<sup>60</sup>. Nelas, o inaciano faz referência ao bom governo das *haciendas*, ao culto, à conduta adequada com os escravos e ao bom uso da terra. Outro exemplo são os vinte e um artigos<sup>61</sup> escritos pelo jesuíta espanhol Andrés de Rada<sup>62</sup> para as

<sup>59</sup> SANTOS, Bruna Rodrigues dos. *A Cultura e Opulência do Brasil por suas drogas e minas: qual sua natureza?*, p. 07.

<sup>60</sup> Foi o jesuíta mais jovem a comandar a Companhia de Jesus, com apenas 37 anos de idade, e que por mais tempo permaneceu no comando, de 1581 a 1615. As primeiras missões jesuíticas na China ocorreram durante seu período como Geral da Companhia. Durante sua gestão o número de inacianos triplicou e foi publicado o *Ratio Studiorum*, obra que descreve o sistema educacional jesuítico.

<sup>61</sup> As *órdenes del padre visitador Andrés de Rada para las estâncias de los colegios* abordam temas como: orientações voltadas para os cuidados com o espírito e a doutrina cristã; os turnos de trabalho e as observâncias aos dias de festa, “pues el aumento de la hacienda pende del buen tratamiento de los esclavos”; quanto aos castigos, estes não deveriam exceder a piedade e a racionalidade e nunca poderiam ser executados, diretamente, pelos próprios jesuítas. No caso das mulheres grávidas, ou com filhos, a recomendação era de que não lhes fossem aplicadas castigos corporais e nem utilizadas palavras ofensivas contra as mesmas; todo ano deveriam ser entregues vestimentas novas para os escravos; aos administradores não eram permitidas obras, compras e vendas sem a comunicação e autorização de seus superiores; na ausência do Cura da estância, o padre substituto, responsável pela realização das missas, só poderia administrar o sacramento do matrimônio, ou do batismo, caso tivesse autorização do próprio Cura, ou do padre Reitor do colégio; ao Cura só era permitido realizar missões em povoados ou chácaras, distantes de sua estância, com autorização do padre Provincial ou do Reitor; a porta da Igreja deveria ficar sempre fechada, com exceção aos dias que fossem realizadas missas ou confissões; o padre da estância é o “superior” dos irmãos que lá vivem, portanto deveria ser respeitado. Logo, se o padre cometesse algum excesso, os irmãos deveriam comunicar o ato para o padre Reitor para que o oriente. Andrés de Rada encerra suas *órdenes* esclarecendo que “para que se guarde, ordeno al padre que estuviere en ellas (estâncias) tenga estas órdenes com obligacón de leerlas a los hacendados cada mês una vez.”

*haciendas* do Paraguai no século XVII. O padre Diego Francisco Altamirano<sup>63</sup>, em 1699, também escreveu algumas orientações para a *hacienda* de Huaua, no Peru. No próprio manuscrito mexicano foram citadas orientações, passadas pelo padre Ambrosio Odón<sup>64</sup>, no final do século XVII, para os engenhos de açúcar do Colégio Máximo.

## 1.2 – Breve apresentação das fontes da pesquisa.

Assim como Jorge Benci, João Antônio Andreoni, ou simplesmente Antonil, chegou à colônia de Portugal na América em 1681, numa expedição comandada pelo jesuíta português Antonio Vieira, que havia sido expulso, anteriormente, e retornava às terras “portuguesas”. Antonil nasceu no dia 8 de Fevereiro de 1649, em Luca, na Toscana; entrou para a Companhia de Jesus em 1667. Chegou à América aos trinta e dois anos de idade, na qualidade de visitador de sua Ordem. Na Bahia, onde faleceu aos sessenta e sete anos, em 1716, exerceu o cargo de Reitor do Colégio dos Jesuítas e o de Provincial do Brasil.

Jorge Benci nasceu em Rimini, em 1650. Ingressou na Companhia de Jesus em Bolonha, em 1665, com quinze anos de idade. Em 1700, quando estava na Bahia, Jorge Benci pediu para sair do Brasil por motivos pessoais, querendo voltar para Veneza ou para ir à Ilha de São Tomé, na África. Foi enviado para Lisboa onde trabalhou com assuntos referentes à Província do Brasil. Faleceu em 1708. Exerceu os cargos de Pregador e Procurador do Colégio da Bahia, Professor de Teologia e Humanidades, Visitador local e Secretário Provincial, durante os anos de 1688 e 1692.

As obras *Economia Cristã dos Senhores no governo dos Escravos*, publicada em 1705 e *Cultura e Opulência do Brasil por suas drogas e minas*, publicada em 1711, possuem conteúdo voltado à moral cristã, exemplificado pelas inúmeras “instruções” de relacionamento entre senhores de engenho e escravos, aliado à, de acordo com Curto:

---

<sup>62</sup> Foi maestro de noviços em Tepozotlán, padre Provincial no México entre 1649 e 1653. Finalizou sua passagem pela América sendo padre Visitador e Provincial no Paraguai entre os anos de 1663 e 1669. Morreu em 1672, em Madrid.

<sup>63</sup> Nascido na Espanha, foi enviado para a província do Paraguai em 1648, onde permaneceu por mais de trinta anos. Formou-se em Teologia e foi professor do Colégio Máximo de Córdoba entre 1661 e 1676. Ocupou cargos de relevância dentro da hierarquia da Companhia como Procurador e Ministro, por exemplo. Foi Provincial do Paraguai entre 1677 e 1681, foi nomeado, em 1697, padre Visitador no Peru, onde faleceu em 1715.

<sup>64</sup> Nasceu na Espanha (Zaragoza), em 1642. Ingressou na Companhia de Jesus com 17 anos. Foi nomeado Provincial no México em 1689, permanecendo até 1693.

“Tentativa de compreender os mecanismos econômicos da exploração colonial brasileira.”<sup>65</sup> A distância de perspectiva, ou seja, o Brasil sendo observado pelos “de fora”, provavelmente, teve influência no fato dos escritos de ambos os padres estarem voltados para o gênero econômico. Permanecendo com as ideias de Curto: “Nesse sentido, os jesuítas estrangeiros pareciam mais habilitados a compreender as especificidades da economia brasileira.”<sup>66</sup> Como dito anteriormente, os escritos de Antonil e Benci estão revestidos de moral cristã, por serem padres e por estarem inseridos numa cultura eclesiástica corrente. André Mansuy Diniz Silva afirma que:

No entanto, a obra de Antonil tem o cunho da religião cristã, nomeadamente da Companhia de Jesus: nota-se que Cultura e Opulência do Brasil contém numerosas advertências que se inspiram diretamente na moral cristã, e que, ao preocupar-se com a catequese dos escravos e com a maneira como os senhores de engenho deveriam tratá-los, Antonil encontra-se exatamente na linha das preocupações de outros jesuítas que escreveram na mesma época: o padre Antonio Vieira e o padre Jorge Benci.<sup>67</sup>

*As Instrucciones para los hermanos jesuítas administradores de haciendas* foi um documento pertencente à Companhia de Jesus que, após a expulsão dos jesuítas das colônias espanholas, foi encaminhado para as mãos do governo central. Produzido na primeira metade do século XVIII, no documento constam regras para um bom funcionamento das propriedades jesuíticas. Não se conhece o autor da obra e tampouco o ano específico em que foi escrito. “El manuscrito es anónimo y carece de fecha. La escritura, cuidada, es la que se encuentra en Nueva España a partir de los fines del siglo XVII y durante casi todo el XVIII.”<sup>68</sup>

Alejandra Borbolla Vázquez, no artigo *Societas Jesu, hacendados en la Nueva España*, descreve a administração que os jesuítas fizeram em suas *haciendas* na Nova Espanha durante os séculos XVII e XVIII. Para a autora: “Su aspiración de obtener los mayores rendimientos llevó a la Compañía a elaborar manuales de instrucciones sobre las cosas del campo, con el objeto de que éstas fueran observadas

<sup>65</sup> CURTO, Diogo Ramada. Cultura letrada no século do Barroco (1580-1720), p. 380.

<sup>66</sup> CURTO, Diogo Ramada. Cultura letrada no século do Barroco (1580-1720), p. 380.

<sup>67</sup> SILVA, André Mansuy Diniz. Introdução In: ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa, 2001, p. 27.

<sup>68</sup> *Instrucciones a los hermanos jesuítas administradores de hacienda: manuscrito mexicano del siglo XVIII*. Prólogos y notas de François Chevalier, México, UNAM/IIH, 1950, p. 10.

por los hermanos administradores en todas las haciendas.”<sup>69</sup> Na mesma linha de pensamento segue Carlos Page, no artigo *Reglamentos para el funcionamiento de las haciendas jesuíticas en la antigua provincia del Paraguay*. Ao analisar as ‘instruções’ para a administração das propriedades rurais jesuíticas na antiga província do Paraguai, afirma que: “En la conformación del sistema económico jesuítico fue muy importante la estructura de gobierno piramidal de donde emanaban instrucciones diversas que se cumplían con regularidad.”<sup>70</sup>

Estes ‘manuais’ versaram sobre todos os aspectos referentes à administração das propriedades agrícolas da Companhia de Jesus, desde o gerenciamento econômico até a utilização racional da terra, passando pelo bom relacionamento com os escravos. No prólogo das *Instrucciones para los hermanos jesuitas administradores de haciendas*, François Chevalier, ao traçar, em linhas gerais, o conteúdo da obra, nos informa que: “Esta ‘instrucción’ no nos da sólo a conocer las actividades económicas de la Compañía de Jesús en el siglo XVIII. Nos trae también preciosos informes sobre la estructura social y los sistemas de trabajo en las grandes haciendas mexicanas de la época”.<sup>71</sup> Page ainda acrescenta: “Las instrucciones llevaron a buen éxito las empresas. Fueron el resultado de la experiencia, del conocimiento de los hombres y resaltan las características particulares de la Compañía de Jesús.”<sup>72</sup>

Quanto à estrutura das fontes desta pesquisa, pode-se afirmar que *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas* e *Instrucciones para los hermanos jesuitas administradores de haciendas* são similares na questão temática. Chevalier corrobora esta afirmação ao escrever que:

En fin, nuestro autor conoció sin duda la obra anterior de un jesuita portugués que trata, entre otros asuntos, de la ganadería y de la fabricación del azúcar en el Brasil. Esta *Cultura e opulência do Brasil* por sus drogas e minas, publicada en 1711 en Lisboa, incluye varios capítulos que no dejan de tener parecido con la presente Instrucción.<sup>73</sup>

---

<sup>69</sup> VÁZQUEZ, Alejandra Borbolla. *Societas Jesu, hacendados en la Nueva España*. XXV Encuentro Nacional de Investigadores de Pensamiento Novohispano. Escuela Nacional de Antropología e Historia – ENAH, Ciudad de México, noviembre/2012, p. 03.

<sup>70</sup> PAGE, Carlos. *Reglamentos para el funcionamiento de las haciendas jesuíticas en la antigua provincia del Paraguay*. *Revista Dieciocho – XVIII*, v. 32.2, FALL, 2008, P. 290.

<sup>71</sup> *Instrucciones a los hermanos jesuitas administradores de haciendas: manuscrito mexicano del siglo XVIII*, p. 23.

<sup>72</sup> PAGE, Carlos. *Reglamentos para el funcionamiento de las haciendas jesuíticas en la antigua provincia del Paraguay*, p. 301.

<sup>73</sup> *Instrucciones a los hermanos jesuitas administradores de haciendas: manuscrito mexicano del siglo XVIII*, p. 16-17.

A obra *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas* está dividida em quatro partes. A primeira parte voltada para a montagem do engenho e a produção do açúcar, a segunda parte destinada ao cultivo do tabaco, a terceira parte traz como tema a descoberta do ouro e a quarta, e última parte, aborda a criação de gado.

A primeira parte da obra é a que apresenta mais desenvoltura, tanto em extensão, número de páginas, quanto na riqueza de detalhes. Esta parte inicial está subdividida em três livros. No “livro primeiro”, Antonil escreve sobre a montagem do engenho e as responsabilidades do senhor na aquisição da propriedade, na escolha dos funcionários que ocuparão os cargos mais importantes do engenho, nas relações sociais entre o senhor e os demais integrantes do sistema de produção, entre eles os escravos, na administração dos gastos da casa e da compra e venda do açúcar. Nos “livros segundo e terceiro” o inaciano reservou para escrever um verdadeiro tratado sobre a produção do açúcar. Antonil descreve todas as etapas da produção açucareira, partindo do tipo de terra que se deve utilizar para o cultivo da cana, passando pela transformação da cana em açúcar no engenho até a última etapa do processo de produção com a precificação e acomodação do produto para ser exportado para a Europa.

As outras três partes são mais curtas, porém não menos importantes. Na segunda parte, destinada ao cultivo do tabaco, destacam-se os seguintes pontos: o início do plantio do produto no Brasil e sua preparação para ser exportado; sua importância para o comércio colonial e, conseqüentemente, para Portugal, que obtinha lucros com o produto; e as penalidades para os que tentavam contrabandear o fumo. Na terceira parte, reservada para a descoberta do ouro, além de descrever os trajetos entre as principais províncias e as áreas de exploração aurífera, destacando o intenso deslocamento populacional, Antonil tece algumas críticas à corrida desenfreada pelo enriquecimento ocasionado pela descoberta de ouro e as conseqüências econômicas, sociais e morais para a sociedade colonial. A última parte, voltada para a criação de gado, uma das atividades desenvolvidas no interior do Brasil, traz algumas considerações sobre a extensão de terras destinadas a esta cultura e a utilidade dos animais para o dia a dia e para a economia da colônia.

Antonil encerra sua obra fazendo um balanço de tudo que era exportado anualmente do Brasil para Portugal destacando a colônia portuguesa como a principal

conquista de Portugal. No livro *Introdução ao Brasil: Um banquete no trópico*, ao resenhar a obra de Antonil, Janice Theodoro da Silva, ao referir-se ao jesuíta, afirma que: “Trata-se de um homem com uma profunda visão não só do presente como do futuro; não apenas das riquezas como do custo para produzi-las; não apenas dos senhores como, principalmente, dos escravos, mãos e pés do senhor.”<sup>74</sup>

Contendo todas estas informações, a obra de Antonil foi confiscada pouco tempo após sua publicação. A Coroa portuguesa, sob o comando de D. João V, estava preocupada com a exposição, dada pela obra, das riquezas da colônia e com possíveis ataques estrangeiros. Pesquisando no Arquivo do Conselho Ultramarino Português, André Mansuy encontrou o documento que continha o verdadeiro motivo para a ordem de confisco. Segue um trecho:

Nesta Corte sahio proxicamente hum livro impreço nella com o nome suposto e com o titullo de Cultura e Opulencia do Brazil, no qual, entre outras couzas que se referem pertencentes às fabricas e provimentos dos engenhos, cultura dos canaviaes e beneficio dos tabacos, se expoem tambem muito destintamente todos os caminhos que há para as minas do ouro descobertas, e se apontão outras que ou estão para descubrir ou por beneficiar. E como estas particularidades e outras muitas de igual importancia que se manifestão no mesmo livro, convem muyto que se não fação publicas nem possam chegar à noticia das nações estranhas pellos graves prejuizos que disso podem rezultar à concervação daquelle estado, da qual depende em grande parte a deste Reyno e a de toda a Monarchia, como bem se deixa conciderar.<sup>75</sup>

A obra *Instrucciones para los hermanos jesuítas administradores de haciendas* está dividida em vinte capítulos. Por se tratar de um documento, o texto é objetivo e existe certo padrão no título dos capítulos. Todos se iniciam com os termos: “De lo que han de guardar los administradores”, presente em dezesseis capítulos; “De lo que han de observar los administradores”, título de dois capítulos; e “Pónense algunas advertências”, que nomeia os outros dois.

Os capítulos I e IV são destinados à estrutura religiosa e a difusão da fé cristã nas *haciendas*. A primeira instrução do livro adverte: “Los Hermanos Administradores

<sup>74</sup> DA SILVA, Janice Theodoro. Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas. In: MOTA, Lourenço Dantas. *Introdução ao Brasil: um banquete no trópico*. São Paulo: SENAC, 2004, p. 73.

<sup>75</sup> SILVA, André Mansuy Diniz. Introdução In: ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*, p. 52.

que viven por obediencia en las haciendas, allí más que en otra parte han de mostrar que son verdaderos religiosos en el fervor de espíritu y observância.”<sup>76</sup>

Os capítulos II, III e IX estão voltados para o bom governo dos trabalhadores das propriedades rurais. Neste grupo de trabalhadores encontram-se os domésticos, cozinheiras, escritvães, etc., os serventes do campo, geralmente indígenas considerados trabalhadores livres, e os escravos, africanos que trabalhavam nos engenhos de açúcar mexicanos sob o regime de cativo. A instrução 27 recomenda aos administradores que: “Pongan todo cuidado en que los sirvientes y gañanes de la hacienda vivan bien, y que no aiga entre ellos borracheras y pleitos, amancebamientos, odios, y escândalos.”<sup>77</sup>

No capítulo V as instruções se concentram na economia doméstica. A instrução 77 lembra aos administradores que: “No han de ser tan campistas los Administradores que por andar todo el día en el campo se olviden de cuidar y disponer bien lo que está a su cargo dentro de la casa.”<sup>78</sup> A criação de animais é o tema dos capítulos VII e VIII. Fundamentais para a agricultura, a utilidade dos animais é mencionada na instrução 97: “A cuatro clases principales se reducen los ganados que sirven de apero en una hacienda, conviene a saber: bueyes para arar la tierra y para el tiro de las carretas, caballos y yeguas de trilla para la era, y cabalgaduras para el uso de la hacienda.”<sup>79</sup>

Nos capítulos VI, X e XI as instruções se voltam para o campo, ou seja, para a prática agrícola. A instrução 86 explica o seguinte:

La primera economía de los Administradores de haciendas tiene por materia todas las cosas del campo, y consiste en el buen gobierno con que se disponen y ordenan todas las cosas tocantes a la agricultura, en orden a conseguir el fin de ella, que es lograr multiplicados los frutos de la tierra.<sup>80</sup>

A organização dos jesuítas na administração das *haciendas* e a estrutura hierárquica da Companhia de Jesus estão presentes no capítulo XII, que trata da

---

<sup>76</sup> Instrucciones a los hermanos jesuítas administradores de haciendas: manuscrito mexicano del siglo XVIII, p. 35.

<sup>77</sup> Instrucciones a los hermanos jesuítas administradores de haciendas: manuscrito mexicano del siglo XVIII, p. 56.

<sup>78</sup> Instrucciones a los hermanos jesuítas administradores de haciendas: manuscrito mexicano del siglo XVIII, p. 93.

<sup>79</sup> Instrucciones a los hermanos jesuítas administradores de haciendas: manuscrito mexicano del siglo XVIII, p. 109.

<sup>80</sup> Instrucciones a los hermanos jesuítas administradores de haciendas: manuscrito mexicano del siglo XVIII, p. 101.

prestação de conta do administrador com a Procuradoria da Companhia. A instrução 176 esclarece:

La gran confianza que hace la Religión con los Hermanos Administradores cometiéndoles el manejo de las haciendas, los debe obligar a ser agradecidos a la Religión, no sólo en procurar con todo esmero el aumento de los bienes temporales de los Colegios, sino también en proceder con cuenta y razón en lo que administran, para crédito de sus personas.<sup>81</sup>

Se Antonil dedicou uma parte considerável de sua obra para escrever sobre a cultura da cana de açúcar, uma das atividades mais importantes da economia colonial, o capítulo XIII do manuscrito mexicano traz, como conteúdo, instruções voltadas para a produção açucareira que, segundo Chevalier: “Constituía una especialidad de los jesuítas mexicanos.”<sup>82</sup> No início do capítulo, instrução 188, o documento reforça a ideia de que: “Los que administran haciendas de azúcar, han de guardar todo lo contenido en esta instrucción, exceptuando sólo lo que se ha dicho de las haciendas de labor que no pertenecen a ingenios.”<sup>83</sup>

Quando se menciona o termo *haciendas*, a referência são as diversas propriedades rurais destinadas a diferentes ramos de atividades. Pois bem, esta diversidade produtiva é o tema do capítulo XIV, cuja instrução 215 determina que: “Porque no todas nuestras haciendas se ciñen a sola labor de los campos, sino que también se extienden a otros ramos de haciendas, como son obrajes de paños, molinos de agua, astilleros de leña y carbón, crías de ganado mayor y pastorías de ganado menor.”<sup>84</sup>

Por se tratar de um documento pertencente à Companhia de Jesus, uma das preocupações expressas no manuscrito mexicano, além da administração de suas propriedades, era o bom relacionamento de seus administradores com as autoridades locais, vizinhança e demais integrantes da Companhia. Os capítulos XV ao XIX trazem orientações para esse bom relacionamento. A instrução 235 recomenda: “En primer lugar se les encarga a los Hermanos Administradores de nuestras haciendas

---

<sup>81</sup> Instrucciones a los hermanos jesuítas administradores de haciendas: manuscrito mexicano del siglo XVIII, p. 171.

<sup>82</sup> Instrucciones a los hermanos jesuítas administradores de haciendas: manuscrito mexicano del siglo XVIII, p. 24.

<sup>83</sup> Instrucciones a los hermanos jesuítas administradores de haciendas: manuscrito mexicano del siglo XVIII, p. 181.

<sup>84</sup> Instrucciones a los hermanos jesuítas administradores de haciendas: manuscrito mexicano del siglo XVIII, p. 197.

que cumplan con los oficios de caridad y cortesanía cristiana y religiosa con las cabezas eclesiásticas y seculares de la jurisdicción donde están las haciendas.”<sup>85</sup>

A transferência do cargo de um administrador para outro é o tema que encerra a obra no capítulo XX. A instrução 289 ressalta que:

Porque en la entrega y recibo de las haciendas concurren los Administradores, uno que sale, y otro que entra, se recogerán aquí algunos avisos convenientes para ambos, para dar cumplimiento a esta instrucción pretendiendo con ellos que la entrega se haga con toda paz, sin pleitos ni disensiones, y con igual crédito de entrambos.<sup>86</sup>

A obra *Economia cristã dos senhores no governo dos escravos* está estruturada em quatro discursos morais, todos com “obrigações dos senhores para com os servos”. No início do livro, em mensagem ao leitor, Jorge Benci destaca a importância da leitura de sua obra ao escrever:

Se és senhor, e tens escravos, lendo-o entenderás quais são as tuas obrigações, e aprenderás a guardá-las; que por ventura até agora não fazias. Se os não tens, ainda com mais segurança o podes ler; e darás a Deus muitas graças por te livrar das pensões, que não são poucas, nem pequenas as que consigo traz o ser senhor.<sup>87</sup>

No discurso I, Benci mostra-se preocupado com o sustento corporal dos servos, chamando a atenção dos senhores para questões como alimentação, vestimentas e cuidados com a saúde. Nas palavras do próprio jesuíta:

Sendo porém, a obrigação que tem os senhores de sustentar os escravos, imposta pela lei natural, e tão autorizada pelo direito humano, e muito mais pelo divino; é contudo, tal a crueldade de alguns senhores, que até o sustento, que tão liberalmente dão aos animais brutos, negam aos cativos.<sup>88</sup>

Se no discurso anterior o objetivo foi o sustento do corpo, no discurso II Benci preza pela ‘alimentação’ da alma dos servos, através da transmissão da doutrina cristã por meio dos sacramentos e exemplos da boa vida. A tarefa de ‘alimentar’ a alma dos servos não cabia somente aos curas e párocos, mas também aos próprios senhores de escravos. Ao iniciar o segundo discurso, o inaciano afirma que: “Como os servos são criaturas racionais, que constam de corpo e alma, não só deve o

<sup>85</sup> Instrucciones a los hermanos jesuítas administradores de haciendas: manuscrito mexicano del siglo XVIII, p. 211.

<sup>86</sup> Instrucciones a los hermanos jesuítas administradores de haciendas: manuscrito mexicano del siglo XVIII, p. 253.

<sup>87</sup> BENCI, J. *Economia cristã dos senhores no governo dos escravos*. São Paulo: Editora Grijalbo, 1977.

<sup>88</sup> BENCI, J. *Economia cristã dos senhores no governo dos escravos*, p. 14.

senhor dar-lhes o sustento corporal, para que não pereçam seus corpos, mas também o espiritual, para que não desfaleçam suas almas.”<sup>89</sup>

O discurso III apresenta uma das bases da teoria cristã do governo dos escravos, a questão dos castigos aplicados aos servos. Jorge Benci recomenda aos senhores que castiguem os servos em caso de merecimento, que utilizem nas punições açoites ou prisões de forma moderada, evitando os casos de maus tratos. O jesuíta ainda alerta que nem todos os casos devem ser punidos com castigo, devendo o senhor relevar algumas faltas. Benci afirma que:

No castigo dos servos sucede haver muitas faltas, é necessário que saibam os senhores, como e quando, se há de castigar, para que não pequem os mesmo senhores, ou por defeito, ou por excesso, pois qualquer destes extremos pode ser gravemente pecaminoso.<sup>90</sup>

A obra se encerra com o discurso IV cujo tema é o trabalho. Neste discurso, Benci destaca a importância do trabalho como ferramenta para se evitar o ócio e, por consequência, o comportamento insolente dos servos para com os senhores e com Deus. Porém, o jesuíta ressalta que o ritmo de trabalho não deveria ser excessivo, além de ser interpolado com o descanso necessário. Quanto ao trabalho, escreve Benci:

Há senhores que nisso pecam por defeito, porém os mais pecam por excesso. Pecam por defeito os que os deixam viver à larga sem ocupação, nem trabalho. Pecam por excesso os que oprimem com trabalhos superiores à suas forças, ou por excessivos, ou por demasiadamente continuados.<sup>91</sup>

A produção intelectual dos inicianos, principalmente as três obras citadas anteriormente, estiveram voltadas para as propriedades rurais da Companhia de Jesus. A questão central entre os administradores destas *haciendas* e engenhos de açúcar, além da propriedade em si, era o relacionamento com a mão de obra escrava, seja indígena ou africana. “Em inícios do século XVIII, a teoria cristã do governo dos escravos recebeu sua formulação mais acabada nos textos dos jesuítas radicados na América portuguesa.”<sup>92</sup> Os escritos de Antonil, Benci e o manuscrito mexicano procuraram dar conta desses embates senhor/escravo. Nas palavras de Vainfas:

(...) sendo mais factível supor que os letrados coloniais, tendo à frente os jesuítas, construíram outra versão ideológica da escravidão, outro

<sup>89</sup> BENCI, J. Economia cristã dos senhores no governo dos escravos, p. 55.

<sup>90</sup> BENCI, J. Economia cristã dos senhores no governo dos escravos, p. 122.

<sup>91</sup> BENCI, J. Economia cristã dos senhores no governo dos escravos, p. 196.

<sup>92</sup> MARQUESE, Rafael de Bívar. Feitores do corpo, missionários da mente, p.68.

discurso que, em certo momento, propôs-se alternativo ao “discurso pragmático” do mundo senhorial sem, contudo, deixar de ser escravista.<sup>93</sup>

Nenhuma das fontes utilizadas nessa pesquisa defende o fim da escravidão, mas um ‘melhor tratamento’ dos escravos por parte dos senhores, diminuindo as possibilidades de fuga e rebeliões. Esta postura dos religiosos era perfeitamente compreensível levando-se em conta que a Companhia possuiu inúmeras propriedades rurais nas Américas, sendo dependente da mão de obra escrava, indígena e africana.

---

<sup>93</sup> VAINFAS, Ronaldo. Ideologia e escravidão, p.17.

## Capítulo 2 - A presença dos escravos como mão de obra nas propriedades e nas orientações dos escritos jesuítas.

### 2.1 – A escravidão de indígenas e africanos.

O poder estabelecido no período colonial possibilitou um modelo de catolicismo onde a Igreja era uma instituição subordinada ao Estado e a religião oficial funcionava como instrumento de dominação social, política e cultural. As coroas ibéricas controlavam a Igreja através da Lei do Padroado, que submetia o clero à autoridade estatal, bem como permitiu que o rei criasse bispados, nomeasse seus bispos e arrecadasse o dízimo. A subordinação da igreja às coroas ibéricas, pelo menos na fase inicial da colonização, se deu porque “a premente necessidade de evangelização das novas terras descobertas compeliu a igreja a recorrer ao poder dos monarcas dos Estados nacionais emergentes com o fito de viabilizar tal projeto, que demandava largos recursos materiais.”<sup>94</sup> Assim, ao unir a religião com os interesses das coroas ibéricas,

o projeto colonial é apresentado como uma obra divina que visa a conversão dos gentios pela ação missionária da igreja, apoiada pelo estado (...) o eixo ao redor do qual girava todo o processo de implantação da cristandade era a atividade comercial.<sup>95</sup>

A chegada dos jesuítas na América espanhola se deu a partir da segunda metade do século XVI. Neste momento as estruturas mais importantes da sociedade colonial já estavam consolidadas. Na América portuguesa o quadro era muito parecido, inclusive com a utilização de mão de obra escrava já entranhada no tecido social. Segundo o padre jesuíta Serafim Leite, aos missionários foi dada a tarefa de defender a liberdade nas Américas, tarefa que não se estenderia à África, pois os africanos já não eram livres; não cabia, então, aos missionários a defesa de uma liberdade inexistente. Na colônia portuguesa na América, para Serafim Leite, só existiam dois caminhos a serem seguidos pelos padres: declararem-se contra a escravidão e serem expulsos da colônia ou aceitarem o fato da escravidão e tentarem combater, pelo exercício da caridade, os excessos de violência sofridos pelos negros.

Foi o que aconteceu com os padres Gonçalo Leite e Miguel Garcia que, contrários ao regime escravocrata, foram enviados de volta para Portugal. Ambos os

<sup>94</sup> NAVARRO, Eduardo de Almeida. O reino deste Mundo: o Padroado e seus reflexos nas cartas de José de Anchieta. *Teresa – Revista de Literatura brasileira*, (8/9), São Paulo, p. 238 – 250, 2008, p. 241.

<sup>95</sup> MATOS, Henrique Cristiano José. *Nossa história – 500 anos de presença da igreja católica no Brasil*. 3ª Ed. São Paulo: Paulinas, 2011, p. 47.

jesuítas acreditavam que nenhum escravo poderia se tornar ‘justamente’ um cativo. No México, o padre Antonio Torres enviou uma carta ao prepósito geral da Companhia, Claudio Aquaviva, em 1582, relatando a preocupação de alguns jesuítas com a utilização de mão de obra escrava em propriedades da Companhia. Segue trecho da carta:

Entiendo que convendría mucho deshazernos de esclavos y esclavas; porque no nazcan esclavillos de quien no querríamos. Y no sé como están saneadas consciências de algunos superiores, poniendo sus súbditos en tan fuertes ocasiones como yo las he visto. Demás desto, no sé quán decente cosa es la piedad que la Compañía professa, traher los esclavos cargados de hyerro, como los seglares.<sup>96</sup>

Inserida no projeto de colonização, a igreja adaptou-se as realidades coloniais relativizando a moral cristã em nome dos interesses das Coroas ibéricas. “A igreja como instituição investiu frontalmente para adequar sua moralidade cristã à realidade social europeia e por via das consequências aos domínios do império.”<sup>97</sup> Reforçando esta linha argumentativa, Márcia Amantino afirma que a necessidade de adaptação dos jesuítas às realidades da América colonial se deu, pois “precisavam prestar contas e agir de acordo com os interesses destas duas coroas e isto fazia com que algumas de suas práticas cotidianas precisassem ser adaptadas localmente.”<sup>98</sup>

O controle da força de trabalho indígena, e posteriormente africana, para os inacianos, tornou-se uma necessidade, ao mesmo tempo, econômica e religiosa. Quanto mais controle os jesuítas tivessem do trabalho e da produção colonial, de uma forma geral, maior seriam as chances de converter índios e negros ao cristianismo. Para as monarquias católicas, também interessadas neste controle, a doutrinação dos escravos, através da fé cristã, era uma forma de legitimar a escravidão e evitar que convivessem no mesmo espaço, cristãos e pagãos. A necessidade de gerar os próprios recursos para o sustento do projeto missionário fez com que a escravidão fizesse parte do cotidiano dos religiosos, até por que

---

<sup>96</sup> TARDIEU, Jean-Pierre. La esclavitud de los negros y el plan de Dios: la dialéctica de los jesuitas del virreinato del Perú. In: NEGRO, Sandra; MARZAL, Manuel M. (orgs.). *Esclavitud, economía y evangelización: las haciendas jesuitas en la América virreinal*. PUC – Peru, Peru, 2015, p. 70.

<sup>97</sup> COUTO, Ronaldo Teixeira do. Os jesuítas e suas relações com o cotidiano escravo: soberania doméstica e família escrava em Benci. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Paulo, julho/2011, p.04.

<sup>98</sup> AMANTINO, Márcia. Fazendas, engenhos e haciendas: os bens materiais e os escravos dos jesuítas na Capitania do Rio de Janeiro e na Província jesuítica do Paraguai, século XVIII. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Paulo, julho/2011, p.03-04.

difícilmente as obras jesuíticas poderiam subsistir, já que era vão esperar apoio governamental, apesar dos compromissos do Padroado. Muitas, senão todas as instituições eclesiásticas, por motivos análogos ao indicado, seguiram pelo mesmo caminho e aceitavam a escravidão.<sup>99</sup>

Embora índios e africanos tenham sido utilizados como mão de obra escrava, a discriminação e o fardo da escravidão caíram com mais intensidade sobre as costas dos negros da África. Se existiram decretos e leis imperiais que protegeram os nativos, o mesmo não existiu com os africanos. “Essa discriminação entre as duas raças de cor levou quase naturalmente a uma visão de que os negros haviam nascido para serem escravos e eram inerentemente inferiores tanto aos índios, quanto aos brancos.”

<sup>100</sup> Outro ponto favorável aos indígenas foi que a base para o sucesso do projeto de catequese, desenvolvido no continente americano pelos jesuítas, tinha como foco os nativos, que na condição de livres, poderiam ser mantidos nos aldeamentos e reduções. Por isso, a questão da legitimidade ou não da escravização dos índios se tornou central na luta dos inácianos em defesa de sua liberdade.<sup>101</sup> Sobre as políticas indigenistas e as ações missionárias desenvolvidas nas colônias espanholas e portuguesa, Fernanda Sposito traça um quadro comparativo quando afirma que:

As leis sobre os índios no Brasil referiam-se sobre o seu cativo, deixando poucas palavras sobre as formas como deveriam ser tratados, diferentemente das leis espanholas, como as *Ordenanças de Alfaro*. Este documento continha 120 itens a respeito de liberdade, circulação, moradias, trabalhos, tributos, direitos e deveres dos moradores e dos índios. Em contraste, as leis sobre os índios na América portuguesa não tinham esse grau de complexidade.<sup>102</sup>

Com o tempo, passou-se a substituir os índios pelos africanos como mão de obra cativa. Porém, este processo se deu de forma lenta e não representou, de fato, o fim da escravidão indígena, pelo menos até o século XIX no Brasil.<sup>103</sup> Na América

<sup>99</sup> LIMA, Maurício César de. *Breve história da igreja no Brasil*. Rio de Janeiro: Restauro – Edições Loyola, 2001, p. 41.

<sup>100</sup> DAVIS, David Brion. *O problema da escravidão na cultura ocidental*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 199.

<sup>101</sup> JÚNIOR, José Alves de Souza. A Companhia de Jesus e a questão da escravidão de índios e negros. *Histórica – Revista Eletrônica do arquivo público de São Paulo*, n. 55, agosto, 2012.

<sup>102</sup> SPOSITO, Fernanda. *Santos, Heróis ou Demônios? Sobre as relações entre índios, jesuítas e colonizadores na América meridional (São Paulo e Paraguai/Rio da Prata, séculos XVI – XVII)*. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, PPGH – USP, São Paulo, 2012, p. 117-118

<sup>103</sup> Através da carta régia de 13 de maio de 1808, assinada por D. João VI, deflagrou-se a chamada “guerra justa” contra os índios Botocudos no Rio Doce, entre as capitanias de Minas Gerais e Espírito Santo. O documento permitia o cativo dos indígenas por dez anos ou enquanto os índios fossem agressivos e antropófagos. Em outra carta, esta do dia 2 de dezembro do mesmo ano, os territórios conquistados na “guerra justa” foram classificados como devolutos, reforçando a intenção de ocupar a região e distribuir os “espaços disponíveis” aos novos colonos. MOREIRA, Vânia Maria Losada. 1808: a

portuguesa, por exemplo, a utilização dos indígenas ficou relegada às áreas interioranas, afastadas do circuito escravista africano.

A escravidão dos aborígenes definiu devido às percepções e limitações culturais de índios e europeus à suscetibilidade dos nativos às doenças do Velho Mundo e ao curso dos eventos históricos. Na Bahia os indígenas constituíram-se na principal fonte de braços durante quase um século, e mesmo após sua substituição por africanos, ainda podiam ser encontrados nos engenhos ou em suas proximidades, na condição de trabalhadores forçados, assalariados ou camponeses.<sup>104</sup>

A inserção da mão de obra africana na Nova Espanha foi similar ao da colônia portuguesa, tendo como fatores principais a diminuição da população nativa e o tráfico negreiro que proporcionou a chegada de milhares de africanos nas colônias espanholas. “Nueva España (México) fue una de las colonias hispánicas a las que llegaron más esclavos negros, como por lo general se nombraba a esta población en los primeros años de colonización.”<sup>105</sup> O desembarque de africanos nas colônias ibéricas, além de resolver o problema da força de trabalho, mostrou-se, desde o início, muito vantajoso tendo em vista que criou um novo negócio gerador de riquezas, o tráfico negreiro.<sup>106</sup>

Do ponto de vista da religião, pairava sobre os africanos a ‘maldição de Cam’, justificativa utilizada para legitimar a escravidão, ou seja, os negros da África seriam descendentes de Cam, filho de Noé, que foi amaldiçoado pelo pai por ter zombado de sua nudez, ao avistá-lo dormindo embriagado.<sup>107</sup> Até o tom de pele escuro era visto como punição, “se a brancura da pele era símbolo de pureza e virtude, o negro era sinônimo de corrupção e de pecado.”<sup>108</sup>

---

guerra contra os Botocudos e a recomposição do império português nos trópicos. In: CARDOSO, José Luis; MONTEIRO, Nuno Gonçalo; SERRÃO, José Vicente (orgs.). *Portugal, Brasil e a Europa napoleônica*. Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa, 2010, p. 391.

<sup>104</sup> SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: Engenhos e escravos na sociedade colonial (1550 – 1835)*. Companhia das Letras, São Paulo, 1988, p. 40.

<sup>105</sup> ALILLO, Julieta Piñera. Los esclavos de los jesuítas en Nueva España: La vida de población cautiva de la Compañía de Jesus em la colonia. *Revista Relatos e Historias em México*. Ano II, nº. 116, México, 2018.

<sup>106</sup> PEREIRA, Túlio Augusto de Paiva. A igreja católica e a escravidão negra no Brasil a partir do século XVI. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*. Ano. 03, edição 05, vol. 05, PP. 14 – 31, maio/2018, p. 29.

<sup>107</sup> AZZI, Riolando. *A igreja católica na formação da sociedade brasileira*. Aparecida, SP. Santuário, 2008, p. 29.

<sup>108</sup> PIMENTEL, Maria do Rosário. Sob o signo do pecado: Jorge Benci e a normas de convivência entre senhores e escravos na sociedade colonial brasileira. *Cadernos de História*, vol. 07, nº. 08, p. 29-48, Belo Horizonte, 2º sem. 2008, p. 31.

Vivendo nesse ambiente, responsáveis pela cristianização e necessitados em gerar receitas para a manutenção das missões, a maioria dos jesuítas acabou não questionando a legitimidade da escravização do negro. Ao chegarem à América, os africanos teriam contato com a fé cristã e valores civilizatórios europeus. “Segundo teóricos da igreja, a justiça e equidade são empregadas no sentido de que a escravidão deve ser benéfica para o próprio escravo.”<sup>109</sup>

Alonso de Sandoval, jesuíta espanhol, que passou boa parte de sua vida, entre os séculos XVI e XVII, no Peru e em Cartagena de índias, defendia a ideia de que a escravidão na América seria uma ‘oportunidade’ do negro evangelizar-se, libertando-se dos pecados oriundos de sua terra originária. “Tal ideia, pois, aplicada aos negros, tornava a servidão um meio efetivo para o conhecimento da verdadeira fé e de uma melhora nas suas condições de vida.”<sup>110</sup> Sandoval recomendava aos responsáveis pela catequese dos africanos que fizessem uma leitura religiosa da escravidão, mostrando-lhes o ‘lado bom’ deste processo, apesar do regime de cativo:

Deles a entender la merced grande del Señor, en haberles traído a tierras de cristianos, donde vale más ser cautivos que en su tierra libres; pues acá, aunque el cuerpo está en trabajo por el cautiverio, el ánima está en descanso, por la libertad que ha de alcanzar por el santo bautismo.<sup>111</sup>

Antonio Vieira, jesuíta português que viveu na América durante o século XVII, também usou argumentos religiosos como justificativa para a vinda de africanos para a colônia portuguesa. O inaciano argumentou que o deslocamento dos negros para a colônia, além da possibilidade de cristianização, os livravam, em caso de permanência na África, do paganismo e do destino final de todo pagão, o inferno. Nas palavras de Eduardo Hoornaert: “O Brasil era uma espécie de transição entre a terra da escravidão (do pecado, é claro), que é a África, e o céu, que é lugar de definitiva libertação.”<sup>112</sup>

Antonil considerou a escravidão algo natural e necessário para a economia colonial, pois “os escravos são as mãos e os pés do senhor de engenho, porque, sem

<sup>109</sup> DIAS, Mariza de Araújo. *Os jesuítas e a escravidão africana no Brasil colonial: um estudo sobre os escritos de Antonio Vieira, André João Antonil e Jorge Benci (sécs. XVII – XVIII)*. Dissertação de Mestrado. FCL – UNESP, São Paulo, 2012, p. 48.

<sup>110</sup> SOUZA, Juliana Beatriz Almeida de. Las Casas, Alonso de Sandoval e a defesa da escravidão negra. *Revista Topoi*, vol. 07, nº. 12, jan/jun. 2006, p. 43.

<sup>111</sup> SANDOVAL, Alonso de. Um tratado sobre la esclavitud. Introducción, transcripción y traducción de Enriqueta Vila Vilar. Alianza Editorial, Madrid, p. 415.

<sup>112</sup> HOORNAERT, Eduardo. A igreja no Brasil colônia (1550 – 1800). *Coleção Tudo é História*. Brasiliense, São Paulo, 1984, p. 76.

eles, não é possível fazer, conservar e aumentar fazenda, nem ter engenho corrente.”<sup>113</sup> Esta postura do jesuíta diante da escravidão foi interpretada por Alfredo Bosi como natural, tendo em vista o lugar de 'fala' do inaciano. “Antonil fala a partir do mesmo sistema colonial, onde os jesuítas possuíam engenhos; e, entre eles, o famoso engenho Sergipe do Conde, em Santo Amaro, que serviu de campo de observação ao Anônimo Toscano.”<sup>114</sup>

Jorge Benci, por exemplo, não questionou, como a maioria dos jesuítas, o uso de mão de obra escrava africana, porém, diferentemente de Antonil, buscou explicar a origem da escravidão, tendo como referência a teoria do pecado original. “É certo que se Adão perseverasse no estado de inocência, em que Deus o criou, não haveria no mundo cativo, nem senhorio.”<sup>115</sup> Ambos os padres jesuítas criticaram o tratamento dado pelos senhores aos escravos, em alguns casos “excessivo e desnecessário, mas a legitimidade da condição jurídica do ser escravo, essa não poderia ser, de forma alguma, questionada.”<sup>116</sup>

Em sua obra, Antonil considera a relação senhor/escravo uma das etapas do processo de administração dos engenhos. No caso de Benci, seu escrito está voltado somente para a relação senhor/escravo, sem o viés econômico. Se Antonil vê o senhor de engenho como homem de negócios, Benci o enxerga como homem cristão.

Enquanto Antonil compreendia a relação entre senhor e escravo no interior da produção de riquezas, Benci a compreendia como uma relação que envolvia uma mútua obrigação. Tanto os senhores tinham suas obrigações para com seus escravos, como estes as tinham para com seu senhor.<sup>117</sup>

Dois pontos merecem destaque ao se analisar o não questionamento, por grande parte dos religiosos, da escravidão africana. O primeiro está baseado no fato de que a riqueza das colônias, espanholas ou portuguesas, vinha da agricultura, setor onde os escravos foram fundamentais e os jesuítas estiveram envolvidos. “Reconhecida a necessidade do trabalho dos africanos para a sobrevivência da própria colônia, os

<sup>113</sup> ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. Typ. Imp e Const. de J. Villeneuve e Comp. Rio de Janeiro, 1837, p. 31.

<sup>114</sup> BOSI, Alfredo. Antonil ou as lágrimas da mercadoria. *Revista Novos Estudos*, nº. 33, julho, 1992, p. 54.

<sup>115</sup> BENCI, J. *Economia cristã dos senhores no governo dos escravos*. São Paulo: Editora Grijalbo, 1977, p. 02.

<sup>116</sup> CRESSONI, Fábio Eduardo. Missão, ensino e escravidão: pedagogia jesuítica nas obras de Jorge Benci e Antonil. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, julho, 2011, p. 12.

<sup>117</sup> MENDES, Claudinei Magno Magre. Religião em Antonil e Benci. In: OLIVEIRA, Terezinha (Org.). *Religiosidade e educação na História*. EDUEM, Maringá, 2010, p. 79.

inacianos, para se adaptarem a essas regiões, utilizaram-se do trabalho dos mesmos africanos.”<sup>118</sup> O segundo ponto era que as questões relativas à mão de obra escrava, no caso dos negros, deveriam ser resolvidas pelos senhores, ou seja, ficariam restritas ao âmbito privado. “O papel da metrópole era de garantir o abastecimento de escravos e reprimir fugas e rebeliões por meio de leis.”<sup>119</sup> Para Rafael de Bívar Marquese: “O princípio da soberania doméstica no governo dos escravos foi um elemento central na manutenção da ordem escravista nas diversas colônias europeias do Novo Mundo até fins do século XVIII.”<sup>120</sup>

A Companhia de Jesus não se diferenciou dos demais colonizadores do seu tempo no que diz respeito à aceitação e utilização dos negros como mão de obra escrava. Foi muito comum a presença dos africanos nos engenhos e *haciendas* espalhadas pelo continente americano. Essa questão do negro vai mais além, a Companhia “declarará al esclavo, en un documento oficial<sup>121</sup>, mueble no precioso, objeto de compra – venta.”<sup>122</sup> Os membros da igreja se envolveram com a escravidão, através de iniciativas individuais ou através das ordens religiosas, nas várias etapas deste processo. Das expedições de apresamento e deslocamento dos negros para as colônias até o tráfico e a exploração do trabalho escravo.<sup>123</sup> Em 1739, o padre Luís da Rocha havia informado ao seu superior, o padre Gaspar Esteves, que tinha mandado vir, para o engenho Sergipe do Conde, alguns escravos da Angola, por serem mais “baratos”, em troca de alguns litros de aguardente.<sup>124</sup>

Embora o envolvimento dos padres nas transações escravocratas causasse mal estar nas altas esferas da Companhia, “o clero não tinha qualquer escrúpulo em servir-se

<sup>118</sup> DIAS, Mariza de Araújo. Os jesuítas e a escravidão africana no Brasil colonial: um estudo sobre os escritos de Antonio Vieira, André João Antonil e Jorge Benci (sécs. XVII – XVIII), p. 64.

<sup>119</sup> DIAS, Mariza de Araújo. Os jesuítas e a escravidão africana no Brasil colonial: um estudo sobre os escritos de Antonio Vieira, André João Antonil e Jorge Benci (sécs. XVII – XVIII), p. 61.

<sup>120</sup> MARQUESE, Rafael de Bívar. Governo dos escravos e ordem nacional: Brasil e Estados Unidos, 1820 – 1860. *Revista Penélope*, n.º. 27, PP. 59-73, 2002, p. 60.

<sup>121</sup> Sobre este documento, trata-se de um compêndio editado pelo padre geral da Companhia de Jesus, Cláudio Aquaviva, em 1584. Neste documento, havia uma série de atribuições aos padres superiores, entre elas a alienação de bens preciosos e não preciosos.

<sup>122</sup> MEDINA, Francisco de Borja, SJ. El esclavo: ¿bién mueble o persona? Algunas observaciones sobre la evangelización Del negro em las haciendas jesuíticas. In: NEGRO, Sandra; MARZAL, Manuel M. (Orgs.). *Esclavitud, economía y evangelización: las haciendas jesuíticas en la América virreinal*. Pontificia Universidad Católica de Perú. Fondo Editorial, 2008, p. 44.

<sup>123</sup> ZERON, Carlos Alberto de Moura Ribeiro; DIAS, Camila Loureiro. A igreja e a escravidão no mundo Atlântico: notas historiográficas sobre a doutrina católica no mundo moderno e contemporâneo. *Portuguese Studies Review*, 25 (2), 2017, PP. 85-106.

<sup>124</sup> ASSUNÇÃO, Paulo de. *Negócios jesuíticos: O cotidiano da Administração dos bens divinos*. Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004, p. 327.

de escravos, explorando as suas fazendas com mão de obra negra, por vezes traficada pelos seus próprios membros.”<sup>125</sup> Desta forma, grande parte da riqueza dos jesuítas nas colônias ibéricas, durante o período colonial, foi composta por escravos. “Los esclavos constituían un factor esencial del sistema jesuíta. El verdadero ‘oro de los jesuitas’ estaba constituido por su inmenso capital en esclavos africanos.”<sup>126</sup>

Em uma sociedade escravista, onde a economia dependia deste tipo de mão de obra, o bom governo dos escravos era muito importante. Caberia aos senhores e missionários, por exemplo, ter a consciência de que, para o bom funcionamento do todo, em certas situações, deveriam ceder aos interesses dos cativos. Esta consciência se mostrou importante na medida em que os escravos, em muitos casos, não se mostraram alheios à realidade e a vida no cativeiro que os cercavam. No caso dos cativos, “a percepção da realidade escravista impunha-lhes a difícil tarefa de reconhecer a escravidão; contudo os estimulavam, igualmente, a definir a partir dos seus próprios referenciais os limites do poder dos seus senhores e dos maus tratos aos quais estavam sujeitos.”<sup>127</sup> Do ponto de vista dos senhores, “o bom governo dos escravos era importante para os fins da colonização e da evangelização dos negros, mas não o deixava de ser para os próprios senhores cristãos, pois era de muito valor, diante dos olhos de Deus.”<sup>128</sup>

Em teoria, o que diferenciou a Companhia de Jesus dos outros senhores de escravos foi a maneira como foram tratados os negros nas propriedades pertencentes aos religiosos, ou seja, o ‘bom governo dos escravos’. O discurso religioso era de inquietação com a forma com que os escravos eram aprisionados e tratados o que poderia se transformar em uma ameaça a legitimidade do cativeiro na América. O pensamento era de que “se había de utilizar sus capacidades en cuanto apareciesen de la mejor manera, pero de un modo racional, es decir, de acuerdo con sus aptitudes.”<sup>129</sup> As políticas escravistas adotadas pela Companhia de Jesus seguiram as mesmas regras,

<sup>125</sup> PIMENTEL, Maria do Rosário. Sob o signo do pecado. Jorge Benci e as normas de convivência entre senhores e escravos na sociedade colonial brasileira, p. 31.

<sup>126</sup> MELEAN, Jorge Troisi. *El oro de los jesuitas. La Compañía de Jesús y sus esclavos en la Argentina colonial*. Editorial Académica Española, 2012, p. 06.

<sup>127</sup> SILVA, Mairton Celestino da. “Não convém negros sem amo:” Escravos, índios e jesuítas nas fazendas da Companhia de Jesus na capitania de São José do Piauí, 1750 – 1800. *Revista África(s)*, vol. 04, nº. 08, p. 32-45, jul./dez. 2017, p. 39.

<sup>128</sup> SOUZA, Juliana Beatriz Almeida de. Las Casas, Alonso de Sandoval e a defesa da escravidão negra, p. 43.

<sup>129</sup> TARDIEU, Jean-Pierre. *Los esclavos de los jesuitas del Río de la Plata (Paraguay), 1767: historia de una dramática regresión*. Editorial Académica Española, 2012, p. 17.

fossem no Brasil, Nova Espanha ou Rio da Prata. O que diferenciava um local do outro eram questões econômicas, sociais e geográficas. “Los jesuitas fueron sumamente hábiles en asimilar en adecuadas proporciones espiritualidad y materialidad para acabar siendo exitosos en ambos campos. Ningún beneficio se contradecía con los ideales de la moral Cristiana.”<sup>130</sup>

Porém, houve casos em que o tratamento e as condições de trabalhos oferecidos pelos jesuítas resultaram em fugas e rebeliões por parte dos escravos. Um levante escravista ocorrido no engenho Sergipe do Conde foi relatado pelo caixeiro Manoel João Viana ao padre superior Francisco da Guerra, em carta do dia 25 de abril de 1742. O movimento foi controlado e os cativos envolvidos foram presos, parte no próprio engenho e parte na cidade da Bahia. Na lida diária, nem todos os religiosos adotaram o discurso de “bom tratamento” dos escravos. “A prática demonstrou que muitos assumiram de fato o papel de senhores de engenho, com vistas a resultados positivos e boa produção, empregavam por vezes mecanismos de convencimento pouco brandos.”<sup>131</sup>

As fontes trazem a imagem de que o escravo “é um ser humano cujas necessidades básicas devem ser respeitadas e cuja evangelização e incorporação ao cristianismo devem ser promovidas pelo seu senhor.”<sup>132</sup> Pois, “é do modo com que se há com eles, depende tê-los bons ou maus para o serviço.”<sup>133</sup> Neste processo de humanização o ‘alimento espiritual’ foi uma das estratégias usadas no trato com os cativos. “Num mundo onde todos os direitos pertenciam aos senhores e onde os escravos só podiam reagir pela força, o recurso ao espiritual tornou-se uma arma privilegiada para demarcar atitudes e limites.”<sup>134</sup>

Mas, afinal, o que dizem as fontes sobre o ‘bom governo’ dos escravos? Quais as orientações passadas para os administradores, de engenhos ou *haciendas*, quanto à lida diária com a mão de obra escrava? É o que se abordará a seguir:

---

<sup>130</sup> MELEAN, Jorge Troisi. El oro de los jesuitas: La Compañía de Jesús y sus esclavos em la Argentina colonial, p. 146.

<sup>131</sup> ASSUNÇÃO, Paulo de. Negócios jesuíticos: O cotidiano da Administração dos bens divinos, p. 333.

<sup>132</sup> SOUZA, Ricardo Luis de. Antonil e a escravidão sem mistérios. *História e perspectiva* (29 e 30), jul./dez. 2003 – jan./jun. 2004, Uberlândia, p. 246.

<sup>133</sup> ANTONIL, André João. Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas, p. 31.

<sup>134</sup> PIMENTEL, Maria do Rosário. Sob o signo do pecado. Jorge Benci e as normas de convivência entre senhores e escravos na sociedade colonial brasileira, p. 44.

## 2.2 – O “bom governo” dos escravos nas fontes jesuítas.

As fontes jesuítas desta pesquisa recomendavam que não só os direitos cercavam os senhores, mas também os deveres, principalmente no que diz respeito à utilização de escravos em suas propriedades. Sob a ótica jesuíta, o trato com os escravos deveriam ter como pontos cruciais o bom tratamento e a evangelização. Afinal, “no se puede negar que producía más un esclavo bien alimentado, bien vestido y bien cuidado en caso de enfermedad.”<sup>135</sup>

### Alimento

Para Jorge Benci, o pão seria a primeira obrigação do senhor para com os servos, o alimento corporal responsável pelo sustento da força de trabalho. O pão, neste sentido, se relaciona com a preservação da vida humana, sendo pedido à Deus, pelos cristãos, na Oração do Pai Nosso quando se pede o pão nosso de cada dia. “Nem só concorre para declarar a força desta obrigação o direito humano, mas também o divino.”<sup>136</sup> O jesuíta adverte os senhores para que ofereçam alimentos em quantidades proporcionais às tarefas, de modo que os servos não desfaleçam de fome.

Traçando paralelos com textos bíblicos, Benci cita São Ambrósio que argumentou que quem negasse esmola a um pobre necessitado, deixando-o perecer por isso, seria considerado réu em caso de morte deste moribundo. O mesmo exemplo serviria para os senhores que negavam o alimento aos seus escravos.

Se o servo perde a vida consumido pela fome, é o senhor homicida do mesmo servo. Pois é direito expresso que não só comete homicídio quem mata pela espada ou com qualquer outro instrumento ofensivo tira a vida, mas também quem nega os alimentos devidos.<sup>137</sup>

Antonil, assim como seu conterrâneo Benci, defendia a obrigatoriedade dos senhores alimentarem os servos, “porque a quem o serve deve o senhor de justiça dar suficiente alimento.”<sup>138</sup> Para o anônimo toscano, pseudônimo utilizado por Antonil, “a mesma mão que designava o trabalho e a correção pelas faltas deveria dispor o

---

<sup>135</sup> TARDIEU, Jean-Pierre. La esclavitud de los negros y el plan de Dios: La dialéctica de los jesuitas del virreinato del Perú. In: NEGRO, Sandra; MARZAL, Manuel M. (orgs.). Esclavitud, Economía y Evangelización: Las haciendas jesuitas em La América virreinal. Pontificia Universidad Católica del Perú. Fondo Editorial, 2008, p. 72.

<sup>136</sup> BENCI, J. Economía cristã dos senhores no governo dos escravos, p. 12.

<sup>137</sup> BENCI, J. Economía cristã dos senhores no governo dos escravos, p. 20.

<sup>138</sup> ANTONIL, André João. Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas, p. 34.

alimento, com alguma variedade e em porções que fossem minimamente proporcionais à lida nas lavouras de cana.”<sup>139</sup>

Ambos os jesuítas, Benci e Antonil, foram críticos dos senhores que, além de não fornecer alimento, impediam que os servos o produzissem. Antonil alertou para o fato dos senhores “não lhes dar farinha, nem dia para plantarem, e querer que sirvam de sol a sol no partido, de dia e de noite, com pouco descanso no engenho.”<sup>140</sup> Enquanto para Benci: “há de ser uma das duas se quereis cumprir com a obrigação que tendes como senhores: ou lhes haveis de dar o sustento, ou lhes haveis de dar tempo suficiente (e esse distinto dos domingos e dias santos) em que o possam granjear.”<sup>141</sup>

No manuscrito mexicano as orientações sobre a alimentação dos escravos são mais detalhadas, mantendo a máxima de que escravo bem alimentado produzia mais. “Proveerán cada semana a los esclavos del sustento necesario, dándoles ración de maíz, carne, sal, chile y tabaco, y una poça de miel cuando la hay.”<sup>142</sup>

Na distribuição dos alimentos, critérios como a idade do escravo e se o mesmo era solteiro ou casado eram levados em consideração, a quantidade deveria ser a necessária para cada caso, sem aumento ou diminuição do produto. As sextas e sábados, nas vigílias e quaresmas, a carne deveria ser trocada por peixe, feijão ou favas (espécie de semente). Para auxiliar os administradores no controle e distribuição dos alimentos, tinham os ‘mordomos’ e alguns escravos que repartiam da seguinte forma:

El sábado en la tarde la carne, el domingo por la mañana el maíz, el jueves las raciones de viernes, y por la tabla que tendrán escrita para esto los irán llamando por el orden de las familias, y haciendo que se les den a cada una la ración que le cabe según el número de personas que hay en ella, entre chicos y grandes.<sup>143</sup>

Os jesuítas, enquanto empresários rurais, tiveram com seus escravos uma postura paternal, demonstrando preocupação com a alimentação e a saúde dos seus servos. “Los principios religiosos y éticos de los padres de la Compañía de Jesús les

<sup>139</sup> VIOTTI, Ana Carolina de Carvalho. Da obrigação de alimentar os escravos no Brasil colonial. *Revista Estudos Históricos*, vol. 32, nº 66, Rio de Janeiro, jan./abr. 2019, p. 14.

<sup>140</sup> ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*, p. 35.

<sup>141</sup> BENCI, J. *Economia cristã dos senhores no governo dos escravos*, p. 19.

<sup>142</sup> Instrucciones a los hermanos jesuítas administradores de haciendas: manuscrito mexicano del siglo XVIII, p. 71.

<sup>143</sup> Instrucciones a los hermanos jesuítas administradores de haciendas: manuscrito mexicano del siglo XVIII, p. 71-72.

conducían a ello, así como su conocimiento de que para tener una buena producción era indispensable una población esclava saludable.”<sup>144</sup>

### **Vestimenta**

Depois do pão, tem-se o pano. Benci inicia sua explanação sobre o tema afirmando que, embora seja uma obrigação dos senhores fornecer as vestes para os escravos, estes deveriam andar despidos tendo em vista que a servidão e o cativo tiveram sua origem no ocorrido entre Cam e seu pai Noé, visto anteriormente.

A importância da vestimenta foi exemplificada por Benci em duas passagens: a primeira com Jacó, que só reconheceria Deus como seu senhor, caso Deus, além do alimento para o sustento, lhe provesse as vestes para a cobertura. A segunda passagem foram os casos de Adão e Eva, “pelo pecado ficou Adão, de senhor que era, escravo e bem escravo. Deu-lhe Deus o sustento e para mostrar senhor verdadeiro, e perfeito, deu-lhe também, assim a ele, como a sua mulher, o vestido.”<sup>145</sup> A mesma postura deveriam ter os senhores com seus escravos, pois “o principal fim do vestido foi para ocultar o que não era decente que andasse exposto aos olhos de todos.”<sup>146</sup>

No Brasil, segundo Jorge Benci, os senhores, principalmente os mais ricos, usavam algumas justificativas para o não fornecimento das vestimentas para os escravos. Uma delas era a alegação de que não possuíam posses suficientes para vestir todos os escravos, prontamente contestado por Benci com o argumento de que “se não tem posses para os vestir, não tenha posses para os ter.”<sup>147</sup> Outra justificativa era a de que os escravos, sobretudo as escravas, não se contentavam com qualquer tipo de tecido, preferindo sedas e galas de alto custo, impossibilitando os senhores de vesti-las e satisfazer esta ‘ vaidade’. Benci contra-argumenta citando um “conhecido senhor da Bahia”. Este senhor fornecia todo o necessário para os seus escravos se vestirem. Caso algum escravo ou escrava aparecesse vestido com alguma libré não fornecida pelo senhor, ele a queimava na frente do escravo e o castigava. Os senhores no Brasil eram

---

<sup>144</sup> SAMUDIO, Edda O. La cotidianidad esclava em las haciendas del Colegio San Francisco Javier de Mérida. *Procesos Históricos*, nº 001, año I, Mérida, enero/2002, p. 44.

<sup>145</sup> BENCI, J. Economía cristã dos senhores no governo dos escravos, p. 30.

<sup>146</sup> BENCI, J. Economía cristã dos senhores no governo dos escravos, p. 34.

<sup>147</sup> BENCI, J. Economía cristã dos senhores no governo dos escravos, p. 38.

devedores das vestes aos seus escravos, “pois igualmente com o sustento se compreende o vestido na palavra pão, sem o qual perecerá o servo.”<sup>148</sup>

Mais sucinto que Benci sobre as vestes, Antonil também acreditava ser dever do senhor por justiça, dar àqueles que o servia, o pano “com que decentemente se cubram e vistam como pede o estado de servo, e não aparecendo quase nus pelas ruas.”<sup>149</sup>

A questão indumentária também foi abordada no manuscrito mexicano. O documento recomenda que fossem distribuídos, uma vez por ano, vestidos novos, chapéus e cobertores para todos os escravos. Os administradores deveriam solicitar, com antecedência, à Procuradoria, os panos necessários, além de providenciar a ida de um alfaiate para a *hacienda* para cortar e costurar os vestidos. O manuscrito também adverte que:

En estando acabados los repartirán por el orden de las familias en el dia señalado, pero antes de repartirlos, les amenazarán con el castigo a los que entre año no trajeren puesto el vestido nuevo, principalmente en los dias de fiesta, para cerrar con esto la puerta al desorden de muchos que venden luego sus vestidos nuevos y se quedan todo el año con sus andrajos.<sup>150</sup>

Para a Companhia de Jesus a vestimenta dos escravos foi um aspecto de suma importância levando-se em consideração a decência e as questões diárias tais como a satisfação dos escravos no trabalho e a respectiva frequência na igreja, pelo fato de não estarem despidos.<sup>151</sup>

## Enfermidades

Quanto às enfermidades Benci afirma que, de todos os bens naturais, o único que o escravo era capaz de gozar era a sua própria saúde. Das riquezas, nada lhe pertencia, pois todo o lucro advindo do seu trabalho pertencia aos senhores. O mesmo servia para os prazeres da vida, não usufruídos pelo escravo porque viviam entre o

<sup>148</sup> BENCI, J. Economia cristã dos senhores no governo dos escravos, p. 41.

<sup>149</sup> ANTONIL, André João. Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas, p. 34.

<sup>150</sup> Instrucciones a los hermanos jesuítas administradores de haciendas: manuscrito mexicano del siglo XVIII, p. 70.

<sup>151</sup> MELEAN, Jorge Troisi. Los esclavos de los jesuítas en los memoriales de la provincia del Paraguay (siglo XVIII). *Anuario del CEH*, N° 4, año IV, 2004.

trabalho e os castigos no cativeiro. No bem da honra, o escravo também estaria ausente porque, pelo direito, o servo estava entre os infames.

O jesuíta foi crítico feroz dos senhores no Brasil que negavam auxílio aos servos nos casos de doença, abandonando-os à própria sorte. Para Benci, os senhores que não amparavam seus escravos nas enfermidades não seriam dignos do poder e domínio que possuíam sobre os servos e não mereceriam ser considerados cristãos, mas gentios. Como Deus poderia ser misericordioso com aqueles que não tinham qualquer misericórdia com os escravos enfermos? Como esperar a salvação se os senhores tratavam, com tanta crueldade, seus servos? Benci explica que os senhores deveriam ser julgados sem misericórdia, já que não a tiveram com seus cativos na doença. Outro ponto importante era que Deus não deveria esperar pela outra vida, mas castigar os senhores pecadores, que não acudiam os africanos, na vida terrena, ou seja, aqui se faz, aqui se paga.

Benci finaliza este assunto descrevendo a invasão holandesa no Brasil, no século XVII, como sendo uma espécie de punição divina sofrida pela colônia devido aos pecados cometidos pelos senhores de escravo.

Olhai bem, Senhores, para a vossa obrigação, e vede o que fazeis; porque faltando com o remédio, e medicina ao vosso servo no tempo da enfermidade, provocais contra vós, e contra todos os vossos a espada, e vingança eterna. E talvez que esta seria a causa, e razão total, pela qual experimentou o Brasil tantos, e tão notáveis destroços das armas holandesas trazidas por Deus da Europa para a ruína, e destruição da América. Ainda o chora Olinda, feita cadáver, e sepulcro de si mesma; a quem pode acompanhar a Bahia, pois também viu cair por terra, destruídas à violência do fogo, as mais ricas, e opulentas fábricas dos seus açucares.<sup>152</sup>

Para Antonil, a assistência aos enfermos estava entre as obrigações dos senhores com os escravos, pois “não convém que sejam só reconhecidos por escravos na repartição do trabalho e esquecidos na doença.”<sup>153</sup> A saúde, de maneira geral, foi encarada com muita seriedade pela Cia de Jesus a tal ponto de existirem, nos Colégios jesuítas espalhados pela América colonial, as boticas, espécies de ‘farmácias’ onde eram produzidos e vendidos medicamentos. Na América portuguesa, as principais boticas estavam nos colégios da Bahia e do Rio de Janeiro. A partir dessas boticas, os

<sup>152</sup> BENCI, J. Economia cristã dos senhores no governo dos escravos, p. 54.

<sup>153</sup> ANTONIL, André João. Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas, p. 34.

medicamentos eram distribuídos para outros colégios jesuítas e vendidos para as outras colônias portuguesas.<sup>154</sup> No Brasil,

os medicamentos que supriam sua boticas vinham do Reino, mas a pouca frequência de chegada dos navios, as eventuais perdas por deterioração nas embarcações e nos portos e os altos preços obrigaram-nos, ao longo do tempo, a se voltarem para os recursos naturais oferecidos pela nova terra, ajudados pelos conhecimentos dos indígenas na decifração desta natureza estranha. Os jesuítas foram exímios observadores da fauna e da flora brasileira, identificando variadas espécies e cultivando as de efeitos curativos.<sup>155</sup>

Possíveis problemas com a saúde dos escravos representariam dificuldades na produção das propriedades jesuítas. No engenho Sergipe do Conde, em 1634, o administrador Manoel de Oliveira registrou os problemas no dia a dia do engenho devido ao sarampo e outras doenças que mataram um grande número de escravos. Os casos de epidemias prejudicavam o funcionamento das propriedades tendo em vista que, além de reduzir a mão de obra empregada na produção, os administradores jesuítas tinham que dividir suas atenções entre as etapas da produção e os cuidados com os enfermos, inclusive com altos gastos na compra das mezinhas. Nas propriedades da Companhia de Jesus, “a mão de obra escrava era fundamental; sem ela o modelo produtivo não vingaria, nem auferiria a lucratividade desejada.”<sup>156</sup>

O manuscrito mexicano orientava aos administradores que tivessem cuidado e caridade com os enfermos. Seria destinado um espaço que funcionaria como enfermaria, de modo a acompanhar de perto os enfermos e evitar que os escravos simulassem doenças. “Aquí han de venir todos los que enfermaren a curarse, y el que una vez entrare no ha de salir para el real, ni para outra parte, hasta que salga a trabajar, solo saldrán para oír misas los que no estuvieren en cama y luego se volverán a la enfermaria.”<sup>157</sup>

Para o cargo de enfermeira seria designada a escrava mais velha, experiente em curas, que, entre suas atribuições estaria o ensino das outras escravas, mais novas, do ofício da enfermagem, com o objetivo de substituí-la, quando necessário, e ajudá-la

---

<sup>154</sup> FLECK, Eliane C. Deckmann; AMANTINO, Márcia. Uma só ordem religiosa, duas coroas: os colégios da Companhia de Jesus do Rio de Janeiro e de Córdoba (séculos XVI – XVIII). *Antíteses*, vol. 7, nº 14, jul./dez. Londrina – Paraná, 2014, p. 457.

<sup>155</sup> CALAINHO, Daniela Buono. Jesuítas e medicinas no Brasil colonial. *Revista Tempo*, nº 19, Rio de Janeiro, 2005, p. 66.

<sup>156</sup> ASSUNÇÃO, Paulo de. Negócios jesuítos: O cotidiano da Administração dos bens divinos, p. 324.

<sup>157</sup> Instrucciones a los hermanos jesuítas administradores de haciendas: manuscrito mexicano del siglo XVIII, p. 74.

nos casos de aumento do número de enfermos. Os procedimentos na enfermaria, além da experiência da ‘escrava enfermeira’, deveriam ter como fonte de consulta o *Florilégio Medicinal del Hermano Stainefer*.<sup>158</sup> A consulta seria feita por uma servente que soubesse ler, passando para as ‘enfermeiras’ os métodos a serem adotados em cada tipo de doença.

As *haciendas* deveriam contar também como uma ‘escrava parteira’ que, assim como a enfermeira, teria entre suas atribuições o ensino do ofício para outras escravas.

A una y otra esclava, partera y enfermera, encargarán mucho que avisen con tiempo cuando hay enfermos de cuidado o mujeres de parto para que les llamen confesor, y les provean de asistencia y remedio, y que no aguarden para esto a cuando ya no pueden confesarse.<sup>159</sup>

Nas colônias espanholas, a botica do colégio São Paulo, no Peru, tornou-se um centro de referência na América sendo responsável pelo envio de medicamentos para as propriedades da Companhia no Chile, Paraguai, Argentina, Equador, Panamá e até para a Europa.<sup>160</sup> De maneira geral, nas propriedades jesuítas na América colonial, “encontramos boticas abastecidas com unguentos, óleos, purgas e vomitórios originários de regiões dos impérios e da Europa, ingredientes que eram empregados em receitas indicadas para um grande número de doenças.”<sup>161</sup>

## Doutrina Cristã

Depois dos cuidados com o corpo dos escravos, seguir-se-á para o alimento da alma, ou seja, a doutrina cristã. Houve, por parte dos padres jesuítas, o esforço em se fazer compreender o processo de escravidão inserido em um contexto religioso, ou seja, em troca do seu trabalho o escravo receberia a possibilidade de aprender os valores

<sup>158</sup> Juan de Steineffer foi um jesuíta alemão que serviu como médico no México auxiliando missionários velhos e doentes. Sua obra, o *Florilégio*, era uma combinação da tradição médica europeia com as descobertas do Novo Mundo. Era composta por três livros: o primeiro sobre doenças, o segundo sobre cirurgias e o terceiro sobre medicamentos. Foi publicada pela primeira vez em 1712, no México.

<sup>159</sup> Instrucciones a los hermanos jesuítas administradores de haciendas: manuscrito mexicano del siglo XVIII, p. 76.

<sup>160</sup> FLECK, Eliane C. Deckmann; AMANTINO, Márcia. Uma só ordem religiosa, duas coroas: os colégios da Companhia de Jesus do Rio de Janeiro e de Córdoba (séculos XVI – XVIII), p. 460.

<sup>161</sup> FLECK, Eliane C. Deckmann; AMANTINO, Márcia. Uma só ordem religiosa, duas coroas: os colégios da Companhia de Jesus do Rio de Janeiro e de Córdoba (séculos XVI – XVIII), p. 460.

católicos. A disponibilização de tempo para esta aprendizagem seria uma das obrigações do senhor.<sup>162</sup>

Os negros vindos da África eram tratados como gentios, rudes nos mistérios da fé e nos mandamentos da lei de Deus. O único sinal de cristianismo existente, em alguns negros, era o batismo, realizado antes do embarque ou durante o trajeto para a América. “Batizar os grupos, assim como novos indivíduos, equivalia, ao menos num sentido legalista, a submetê-los à autoridade eclesiástica. Por isso, era necessário instruí-los nos saberes fundamentais do catolicismo para que pudessem corresponder às expectativas.”<sup>163</sup>

Para Benci, estaria entre as obrigações dos senhores o ensinamento da doutrina cristã para seus servos, com auxílio de Párocos, Curas e Pastores. “Peca mortalmente o senhor, que tendo algum servo convertido de novo à fé, não trata de lhe ensinar, ou por si, ou por outrem, a doutrina cristã, e o que deve, e é obrigado saber, e obrar qualquer cristão.”<sup>164</sup>

O inaciano lembrou que o processo de catequese dos escravos requer tempo e paciência e, caso os senhores não quisessem catequizá-los pessoalmente, deveriam levar os escravos para os Colégios e Casas da Companhia, ou aos conventos das demais ordens religiosas que contavam com missionários que doutrinavam os africanos em seu próprio idioma. “Deixai, pois, a discrição do missionário gastar o tempo que julgar conveniente na instrução do escravo; e daí graças a Deus de haver quem vos alivie da obrigação que tendes de dar o pão da doutrina cristã ao vosso servo.”<sup>165</sup> Os ensinamentos religiosos não poderiam ser esporádicos, uma ou outra vez, mas durante todo o ano, aos domingos e dias santos. A repetição e a continuidade quebrariam a ‘dureza’ dos escravos transformando-os em bons e verdadeiros cristãos.

Benci destacou que alguns sacramentos eram impedidos pelos senhores do Brasil aos escravos como o direito de confissão antes da morte e o matrimônio. Sob o

---

<sup>162</sup> ENGEMANN, Carlos. Em busca de outro olhar: sacramento e soteriologia dos escravos na visão dos jesuítas das Américas portuguesa e espanhola (séculos XVII e XVIII). In: PIMENTEL, Maria do Rosário; MONTEIRO, Maria do Rosário (Coord.). *Senhores e escravos nas sociedades ibero-atlânticas*. Estudos e Documentos 26. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2019, p. 80.

<sup>163</sup> ENGEMANN, Carlos. Em busca de outro olhar: sacramento e soteriologia dos escravos na visão dos jesuítas das Américas portuguesa e espanhola (séculos XVII e XVIII), p. 84.

<sup>164</sup> BENCI, J. Economia cristã dos senhores no governo dos escravos, p. 58.

<sup>165</sup> BENCI, J. Economia cristã dos senhores no governo dos escravos, p. 67-68.

aspecto religioso, o matrimônio é visto como forma de reprodução do gênero humano, além de ser um ‘remédio’ contra a concupiscência e a vida cheia de pecados, embora nem sempre eficaz. Ainda sim, recomendava Benci: “Casai-os vós, querendo eles; que desta maneira satisfareis a vossa obrigação. E se depois de vinculados com o santo matrimônio, forem viciosos, a eles tocará, e não a vós, dar conta a Deus dos pecados que cometerem.”<sup>166</sup>

Para o sucesso da doutrinação, ensinava Benci, mais importante do que as palavras, são as obras, as atitudes dos senhores no dia a dia. De pouco adiantava pregar a palavra de Deus aos escravos se na vida pessoal os mesmos senhores tivessem uma conduta oposta ao que pregavam.

O melhor modo de doutrinar não é com palavras, é com as obras. As obras veem-se, as palavras ouvem-se: e o que se ouve talvez entre por um ouvido e sai por outro; e o que se vê, entra pelos olhos e como não tem porta para sair, penetra até o coração.<sup>167</sup>

O maior erro cometido pelo senhor com os seus escravos, maior até que a morte, seria induzi-los ao pecado “porque matando-os, tiram-lhes a vida do corpo; e induzindo-os a pecar tiram-lhes a da alma.”<sup>168</sup>

Quanto à doutrina cristã, Antonil enxergou o interior dos engenhos como o melhor local para converter os escravos ao cristianismo.

Na sua visão religiosa, esses lugares não hospedavam apenas o processo de produção e purgação do açúcar, mas, também, o processo, frente ao paganismo dos escravos de purgação dos velhos pecados, conversão cristã e produção de novas almas.<sup>169</sup>

O cargo de capelão, na concepção de Antonil, era um dos mais importantes no engenho, ao lado do feitor mor e do mestre do açúcar, e exigia do senhor uma responsabilidade muito grande para a sua escolha. “É o capelão, a quem se a de encomendar o ensino de tudo o que pertence à vida cristã, para, desta sorte, satisfazer a maior das obrigações que tem, a qual é doutrinar, ou mandar doutrina a família e escravos.”<sup>170</sup> Assim como no escrito de Jorge Benci, Antonil recomendava ao capelão que as missas e as explicações sobre a doutrina cristã fossem feitas aos domingos e dias

<sup>166</sup> BENCI, J. Economia cristã dos senhores no governo dos escravos, p. 88.

<sup>167</sup> BENCI, J. Economia cristã dos senhores no governo dos escravos, p. 91-92.

<sup>168</sup> BENCI, J. Economia cristã dos senhores no governo dos escravos, p. 105.

<sup>169</sup> GIULI, Mateo. A Doutrina da “econômica” na concepção escravista de Antonil: uma leitura de Cultura e Opulência do Brasil. *História, Histórias*, vol. 4, nº 8, Brasília, 2019, p. 17.

<sup>170</sup> ANTONIL, André João. Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas, p. 17.

santos. Outra atribuição do capelão era manter o ambiente, no interior do engenho, leve e harmônico, e “procurar que na capela em que existe, seja Deus honrado e a Virgem Senhora Nossa, cantando-lhes nos sábados as ladainhas, e nos meses em que o engenho não mói, o terço do Rosário.”<sup>171</sup> Sobre o comportamento do capelão dentro da propriedade, Antonil esclareceu que o religioso deveria morar fora da casa do senhor, pois, o capelão, era um familiar de Deus, não de outro homem; não deveria ter, para os seus serviços domésticos, uma escrava jovem; e nem poderia ser um mercador, já que contradiz os valores cristãos que professa.

Como havia diagnosticado Benci, Antonil também chamou a atenção para o fato de alguns senhores serem contrários ao casamento entre os servos, “e não somente fazem caso dos seus amancebamentos, mas quase claramente os consentem.”<sup>172</sup> Outros senhores se preocupavam mais com os afazeres diários dos escravos, no canavial ou no engenho, do que com a transmissão dos valores cristãos. Sob o argumento de que eram incapazes de aprender, muitos cativos sequer eram batizados ou conheciam as práticas cristãs, “tudo por falta de ensino, e por não considerarem a conta grande, que de tudo isto não dão a Deus; pois (como diz S. Paulo) sendo cristãos, e descuidando-se dos seus escravos, se não são com eles pior do que se fossem infiéis.”<sup>173</sup>

Apesar de Benci e Antonil, como jesuítas, terem sido críticos dos senhores que não incentivavam o matrimônio entre os escravos em suas propriedades, a mesma falta de incentivo ocorreria, também, em alguns engenhos da Companhia de Jesus no Brasil.

Como exemplo tem o engenho de Santana dos Ilhéus que sob a administração do padre Manoel Figueiredo, na primeira metade do século XVIII, não incentivou o casamento entre escravos. Como consequência deste ato, observou-se no engenho uma quantidade elevada de escravos solteiros, facilitando os amancebamentos, além dos baixos índices de nascimentos, já que os escravos não constituíam família, e de crescimento da mão de obra escrava no engenho. Os administradores posteriores ao padre Manoel, os padres Pedro Teixeira, João Cortes e Jerônimo da Gama “elaboraram relatórios defendendo a conveniência de formar famílias com base no matrimônio. O Pe.

---

<sup>171</sup> ANTONIL, André João. Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas, p. 19.

<sup>172</sup> ANTONIL, André João. Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas, p. 33.

<sup>173</sup> ANTONIL, André João. Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas, p. 33-34.

Pedro Teixeira, em 1731, registrara um cenário inadmissível para uma propriedade da Companhia.”<sup>174</sup>

No manuscrito mexicano, o cultivo das almas e o cultivo da terra andavam lado a lado “porque Dios ha prometido abundantes cosechas de frutos temporales a los que guardan su Santa Ley.”<sup>175</sup> Pensamento semelhante se observou na obra de Antonil, quando o jesuíta orientou que, no período do fabrico do açúcar, o capelão benzesse o engenho para abençoar a produção e livrar os trabalhadores de qualquer imprevisto.

Na questão da doutrina cristã, a fonte mexicana traz algumas orientações para os chamados *servientes*, índios que viviam nas áreas próximas às propriedades jesuítas sob o regime de trabalho livre, e os escravos, que viviam no interior das *haciendas* sob o regime de cativo. Da mesma forma que entendeu Benci, no manuscrito mexicano a responsabilidade de transmitir os valores cristãos, os mistérios da fé e os mandamentos da lei de Cristo, estava dividida entre os administradores, senhores de engenho, Párcos, Curas e Capelães. O documento associa aos administradores a imagem de um ‘pai de família’ das *haciendas*, devendo cuidar de todos ao seu redor, sem se omitir das responsabilidades ou transferi-las para os religiosos. “Uno porque de ordinario los curas poco o nada cuidan de los que viven en las haciendas; lo otro, porque las obligaciones de un padre de familia son distintas e independientes de las obligaciones parroquiales, y más inmediatas que ellas.”<sup>176</sup> O corpo eclesiástico seria responsável pelas confissões, missas e outras formalidades da doutrina.

As missas eram realizadas aos domingos e dias santos, assim como nas fontes anteriores (Benci e Antonil). Meia hora antes do início da missa, o sino soaria três vezes para que os *servientes* e domésticos se dirigissem à capela e não atrasasse a cerimônia. Os *servientes* índios da *hacienda* tinham seus nomes, o próprio e de toda a família, anotados em uma lista. Após o término da missa, seria feita uma espécie de ‘chamada’, onde os presentes, ao terem o nome pronunciado, responderiam: “Ave Maria Santíssima”. O assistente do cura, ou do capelão, responsável pela ‘chamada’, marcava o nome dos faltosos de maneira a questionar-lhes, no domingo seguinte, o motivo da

<sup>174</sup> ASSUNÇÃO, Paulo de. *Negócios jesuíticos: O cotidiano da Administração dos bens divinos*. Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004, p. 331.

<sup>175</sup> Instrucciones a los hermanos jesuítas administradores de haciendas: manuscrito mexicano del siglo XVIII, p. 49.

<sup>176</sup> Instrucciones a los hermanos jesuítas administradores de haciendas: manuscrito mexicano del siglo XVIII, p. 51.

falta. Caso os faltosos não apresentassem ‘justificativas racionais’, eram punidos pelo assistente com seis ou oito açoites. Para os escravos a situação era a mesma, incluindo a punição.

Aos domingos, meia hora antes ou após as missas, a depender da disponibilidade de espaço, seria ensinada aos índios a doutrina cristã, toda ela em língua nativa. Para isso, selecionariam um índio, que em troca de esmolas, se responsabilizaria pelo ensino. Já na parte da tarde, a partir das três horas, ao soar do sino, os índios se juntariam aos demais trabalhadores da casa e se dirigiriam à capela para “rezar a coros la Corona de María Santísima, y al fin de sus Letanías rezarán en castellano la Doctrina Cristiana.”<sup>177</sup> No caso dos escravos, esse ritual seria realizado à noite, trocando a Oração do Rosário pela Coroa de Maria Santíssima.

Os administradores deveriam ficar atentos aos índios forasteiros que apareciam para viver nas *haciendas* com suas mulheres, alguns eram casados, outros amancebados. Cabia aos administradores comunicar o caso dos amancebados à Cura da propriedade para que este realizasse o matrimônio. Se o ‘casal’ não aceitasse o casamento, deveria ser separado.

A cada três meses o administrador informaria ao Reitor, e este ao Provincial, a necessidade do envio de dois padres para realizar missões nas *haciendas* jesuíticas. Estas ações missionárias eram necessárias nas propriedades rurais que não possuíam religiosos durante todo o ano. Como o cuidado com a alma andava em paralelo com o cuidado do campo, estas ações não poderiam prejudicar a produção da *hacienda*, por isso “se puede disponer de modo que de noche desde la oración en adelante se hagan las pláticas, exhortaciones, y otros devotos ejercicios de la misión en la capilla, y que de día asistan los padres en ella, para oír confesiones.”<sup>178</sup>

Quanto aos escravos mais jovens, uma escrava mais idosa, já impossibilitada de trabalhar, os levaria para a missa todos os dias pela manhã. Antes da missa, a responsável iria para o cemitério da igreja onde rezariam a doutrina cristã, posicionados

---

<sup>177</sup> Instrucciones a los hermanos jesuítas administradores de haciendas: manuscrito mexicano del siglo XVIII, p. 55.

<sup>178</sup> Instrucciones a los hermanos jesuítas administradores de haciendas: manuscrito mexicano del siglo XVIII, p. 58-59.

meninos de um lado e meninas do outro. Após as obrigações religiosas, os jovens voltariam para as suas tarefas.<sup>179</sup>

Por fim, era função dos administradores disseminar a devoção a fé cristã, a frequência nas missas e novenas em todos que vivam nas *haciendas*. Nas propriedades que não tivessem um capelão, a leitura de obras de devoção à Virgem Maria suprimiria a falta do religioso. “Hagan buenos cristianos a los esclavos y los harán buenos sirvientes, y Dios les echará en todo su bendición.”<sup>180</sup>

## Castigos

O castigo era visto como um instrumento de dominação e, ao mesmo tempo, uma forma de controlar a mão de obra escrava e evitar atos de rebeldia. Era também uma demonstração de imposição social e realce das desigualdades sociais tendo em vista que os punidos, os escravos, eram mantidos em sua posição de inferioridade na escala social da colônia. Por serem tratados como mercadorias, uma forma de investimento, os escravos deveriam ser castigados de forma moderada, de maneira a não maltratá-los e muito menos matá-los. Neste sentido, o castigo tinha o objetivo de ser corretivo, de cunho “educacional”. A partir do momento que fosse usada força excessiva, o castigo deixaria de ser eficaz e perderia o caráter educativo.<sup>181</sup> Em linhas gerais, esse é o ponto de vista das fontes jesuítas consultadas quanto ao entendimento dos castigos.

Para o sucesso econômico das propriedades rurais jesuíticas, a dedicação, por parte dos escravos, era fundamental. Os desvios deveriam ser evitados e as medidas punitivas foram utilizadas como forma de coibir qualquer tipo de indisciplina, corrigir a alma e determinar maior aplicação dos escravos ao trabalho.

Quando seguisse certa concepção de justiça que esses jesuítas tanto se preocuparam em formular, o castigo seria uma condição tanto para a justificação do cativo como para a prosperidade dos negócios coloniais,

<sup>179</sup> Os escravos trabalhavam a partir dos oito anos de idade em atividades proporcionais às suas forças.

<sup>180</sup> Instrucciones a los hermanos jesuítas administradores de haciendas: manuscrito mexicano del siglo XVIII, p. 83.

<sup>181</sup> LARA, Silvia Hunold. *Campos da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro (1750-1808)*. Coleção Oficinas da História. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1988, p. 54-61.

constituindo, dessa forma, importante elemento na correta gestão da mão de obra escrava.<sup>182</sup>

O castigo, para Jorge Benci, significava disciplina. O senhor deveria castigar seu escravo “para que não se acostume a errar, vendo que seus erros passam sem castigo.”<sup>183</sup> Mas, ponderou o jesuíta italiano, teria que existir um ‘bom senso’, pois, erravam também os senhores que, em excesso, castigavam os servos. Do ponto de vista de um padre jesuíta, defensor dos escravos contra a crueldade dos senhores, Benci era contrário a qualquer tipo de castigo, mas, pensando na administração das propriedades rurais, entendeu que a falta do castigo se tornaria um ‘combustível’ para atrevimentos e ousadias para delinquência por parte dos escravos. “Mais que uma reforma humanitária da relação senhor-escravo, Benci pretendia orientar o sentido de preservar, com segurança, a continuidade do domínio senhorial.”<sup>184</sup> Fazendo referência a textos bíblicos, Benci cita São Bernardo que afirmava ser “a impunidade ou falta de castigo filha da injúria, mãe da indolência, raiz da audácia, e alimentadora das transgressões e quebras das leis.”<sup>185</sup>

Os casos passíveis de punição deveriam ser averiguados pelo senhor. Porém, ao averiguar os delitos, o senhor não poderia, apenas, decidir-se baseado nos testemunhos, mas também ‘ouvir’ sua voz interior, seu senso de justiça. “Se o castigo é merecido, anima-se qualquer a sofrê-lo com paciência e igualdade de ânimo; ver-se, porém, castigado (e talvez rigorosamente) sem culpa, terrível gênero de dor é este e por, todos os princípios, intolerável.”<sup>186</sup>

Outro ponto advertido por Benci sobre os castigos era que nem todos os erros deveriam ser punidos. O castigo seria mais eficaz quando temido do que quando experimentado em demasia. “O escravo calejado com o castigo já não o teme, e porque não o teme, não lhe aproveita.”<sup>187</sup> Se todos os erros fossem castigados, em pouco tempo o senhor não teria mais servos para trabalhar e, além do mais, fugiriam na primeira

---

<sup>182</sup> NETTO, Rodrigo de Sá. A punição do escravo negro segundo os escritos jesuíticos. *XIV Encontro Regional da ANPUH – RIO*. 19 a 23 de julho, Rio de Janeiro, 2010, p. 03-04.

<sup>183</sup> BENCI, J. Economia cristã dos senhores no governo dos escravos, p. 122.

<sup>184</sup> LARA, Sílvia Hunold. Campos da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro (1750-1808), p. 50.

<sup>185</sup> BENCI, J. Economia cristã dos senhores no governo dos escravos, p. 125.

<sup>186</sup> BENCI, J. Economia cristã dos senhores no governo dos escravos, p. 129.

<sup>187</sup> BENCI, J. Economia cristã dos senhores no governo dos escravos, p. 143.

oportunidade que encontrassem. “Onde não há erro voluntário, não deve haver castigo porque este só é devido àquele que erra, para que não erre.”<sup>188</sup>

No ambiente das senzalas era comum ocorrer brigas entre escravos, situação indesejável, mas que requeriam, por parte dos religiosos, que penas mais duras fossem aplicadas aos envolvidos. “Entretanto, a produção era o foco de interesse comum que poderia relevar os pequenos delitos em favor da garantia da mão de obra para o engenho.”<sup>189</sup>

Sobre as formas de castigo, Benci esclareceu que alguns senhores, e senhoras principalmente, utilizavam palavras ofensivas contra os servos. Há senhores/as que “só então cuidam que ficaram bem vingados dos desatinos do escravo, ou da escrava, quando desabafam o coração com palavras injuriosas, pragas e maldições horrendas, dando-os suas almas ao demônio e imprecando sobre eles o inferno todo.”<sup>190</sup> Ao proferir palavras injuriosas e pragas aos escravos, teriam os senhores, mesmo com o posterior arrependimento, cometido pecado. E, como mencionou Benci, as palavras, por mais agressivas que podiam ser, não serviam para ensinar os escravos.

Deixai os nomes, as maldições e as pragas, e dai ao servo o merecido castigo; porque com aquelas os injuriais e pecais não só contra a caridade, mas também contra a justiça; e com este, além de fazerdes uma obra de misericórdia, alcançareis a emenda do escravo, que é o fim, pelo qual se lhe dá o castigo.<sup>191</sup>

Apesar de ter sido defensor dos castigos, Benci recomendava aos senhores que as punições deveriam ser moderadas evitando a sevícia e a crueldade. O castigo teria que “ser moderado pela razão, e não governado pela paixão.”<sup>192</sup> O jesuíta ainda advertiu que os castigos não deveriam ser dados no calor dos acontecimentos, pois, “quem dá o castigo apaixonado e colérico, dá como cego; quem dá como cego, não vê por onde dá; e por isso não repara em castigar bárbara e cruelmente.”<sup>193</sup>

Outras formas de punição relatadas por Benci foram os físicos, mais especificamente os açoites e as prisões que, para o jesuíta, seriam os castigos apropriados para os escravos e aplicados por senhores de diversas regiões.

<sup>188</sup> BENCI, J. Economia cristã dos senhores no governo dos escravos, p. 173.

<sup>189</sup> ASSUNÇÃO, Paulo de. Negócios jesuíticos: O cotidiano da Administração dos bens divinos, p. 329.

<sup>190</sup> BENCI, J. Economia cristã dos senhores no governo dos escravos, p. 154.

<sup>191</sup> BENCI, J. Economia cristã dos senhores no governo dos escravos, p. 166-167.

<sup>192</sup> BENCI, J. Economia cristã dos senhores no governo dos escravos, p. 173.

<sup>193</sup> BENCI, J. Economia cristã dos senhores no governo dos escravos, p. 180.

Primeiramente, obrando o servo contra o que deve, deveis usar dos açoites; não sejam, porém, estes tais e tantos que cheguem a rasgá-lo e feri-lo, de sorte que corra em fio de sangue, como barbaramente costumam alguns senhores.<sup>194</sup>

O número de açoites não foi especificado por Benci, mas o jesuíta orientou para que não fossem em quantidade excessiva. Nos casos de crimes punidos com uma grande quantidade de açoites, a recomendação era de que as açoitadas fossem divididas em vários dias, de modo que, em um curto espaço de tempo, o escravo tenha recebido toda a punição. O raciocínio de Benci foi de que se os escravos “recebessem por junto em um dia, chegariam ao ponto de desfalecer dessangrados, ou de acabar a vida.”<sup>195</sup>

Se os açoites não fossem suficientes para disciplinar o escravo, utilizar-se-iam as prisões, com correntes ou grilhões, “porque nenhum castigo conduz mais para a doutrina, e bom ensino dos servos (ainda com vantagem aos açoites) do que as prisões.”<sup>196</sup> Tanto os açoites, quanto as prisões, sempre de forma moderada, em pouco tempo, seriam suficientes para domar a rebeldia dos escravos “porque as prisões e açoites, mais que qualquer outro gênero de castigos, lhes abatem o orgulho e quebram os brios.”<sup>197</sup>

Mas, ainda sim, para os casos extremos, onde o delito cometido pelo escravo era tão grave que o desejo do senhor era puni-lo com a pena de morte, Benci, a princípio, argumenta que o senhor deveria “entregá-lo à justiça para que, conhecendo da causa, o castigue conforme o merecimento de suas culpas.”<sup>198</sup> Apesar de ter entendido, inicialmente, que a justiça deveria resolver os casos que fugissem da alçada dos senhores, inclusive a própria justiça poderia decidir pela morte do escravo, Benci reviu esta posição. Como religioso, a visão de Benci foi de que a entrega do servo à justiça, para que esta decidisse sua punição, seria um a ofensa às Leis de Deus, e uma das maiores virtudes da fidalguia era seguir os preceitos de Deus. Então, o que faria o senhor que, pessoalmente, não penalizaria o servo com a morte e nem o levaria à justiça para receber tal pena nos casos mais graves? Benci respondeu da seguinte maneira:

<sup>194</sup> BENCI, J. Economia cristã dos senhores no governo dos escravos, p. 183.

<sup>195</sup> BENCI, J. Economia cristã dos senhores no governo dos escravos, p. 186.

<sup>196</sup> BENCI, J. Economia cristã dos senhores no governo dos escravos, p. 187.

<sup>197</sup> BENCI, J. Economia cristã dos senhores no governo dos escravos, p. 188.

<sup>198</sup> BENCI, J. Economia cristã dos senhores no governo dos escravos, p. 190.

Se o castigardes com prisões contínuas por longo tempo, e com açoites interpolados, até que julgeis prudentemente que está satisfeito o delicto. Ou também o degradando vendido para outra parte, mas atendendo sempre às condições acima ditas se for casado.<sup>199</sup> E desta sorte, sem ofender à Lei de Deus, podereis emendar o vosso escravo, dando-lhe o castigo moderado e só a fim de que se corrija e não erre.<sup>200</sup>

Outro jesuíta que entendeu os castigos como ações necessárias, no trato com o s escravos, foi Antonil. “As punições eram adotadas no sentido de penitenciar individualmente o sujeito que abandonava a ordem pré-estabelecida.”<sup>201</sup>

O tratamento dado aos escravos no Brasil estava reduzido a três pês: pano, pau e pão. Se os senhores forneciam a vestimenta e o alimento, de forma abundante, o mesmo acontecia com o castigo, “dado por qualquer coisa pouco provada, ou levantada; e com instrumentos de muito rigor, ainda quando os crimes são certos, de que se não usa nem com os brutos animais.”<sup>202</sup> Compartilhando o mesmo ponto de vista de Jorge Benci, Antonil entendia que o castigo, apesar de necessário, deveria ser moderado. Aos escravos, se “o castigo for frequente, e excessivo, ou se iriam embora, fugindo para o mato, ou se matariam por si, como costumam, tomando a respiração, ou enforcando-se, ou procurariam tirar a vida aos que lhe dão tão má, recorrendo a artes diabólicas.”<sup>203</sup>

No momento de decidir possíveis culpados e suas respectivas punições, Antonil orientou os senhores a ouvirem os envolvidos e averiguarem os acontecimentos para que não castigassem inocentes. Convencidos, aí sim, da culpabilidade do escravo, este deveria ser punido com açoites, de forma moderada, com prisões ou no tronco. “Castigar com ímpeto, com ânimo vingativo, por mão própria, e com instrumentos terríveis (...) não seria para sofrer entre bárbaros, muito menos entre cristãos católicos.”<sup>204</sup> Para Antonil, se os senhores tivessem uma postura paternal com os escravos, fornecendo-lhes vestimenta, alimento e descanso no trabalho, poderiam, posteriormente, cobrar-lhes como senhor. Este comportamento do senhor diante dos escravos, para o caso das punições, faria com que os servos, desde que comprovada a

<sup>199</sup> No caso dos escravos casados e punidos com o degredo, se o homem fosse punido, era perguntado à esposa se queria ou não acompanhá-lo. Se a resposta fosse positiva os dois eram vendidos, caso contrário, só o marido era vendido. O procedimento era o mesmo caso a mulher fosse punida com o degredo.

<sup>200</sup> BENCI, J. Economia cristã dos senhores no governo dos escravos, p. 195-196.

<sup>201</sup> CRESSONI, Fábio Eduardo. Missão, ensino e escravidão: pedagogia jesuítica nas obras de Jorge Benci e Antonil. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. Julho/2011, São Paulo, p. 09.

<sup>202</sup> ANTONIL, André João. Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas, p. 34.

<sup>203</sup> ANTONIL, André João. Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas, p. 35.

<sup>204</sup> ANTONIL, André João. Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas, p. 36.

culpabilidade, não contestassem o devido castigo recebido. Na ótica do inaciano, “era preciso emendar e ensinar o escravo sem o perigo da perda do investimento.”<sup>205</sup>

Nas orientações sobre as medidas punitivas aplicadas nas *haciendas* da Nova Espanha e expressas no manuscrito mexicano, o administrador era a figura central na determinação dos castigos. Feitores e trabalhadores livres não teriam o poder de, livremente, castigarem os escravos. Açoites e prisões só poderiam ser aplicados com a autorização e na presença do administrador.

Da mesma forma que Benci e Antonil, a fonte mexicana também orientava os administradores para que tivessem postura paternal com os escravos e os punissem de maneira moderada. “No quieran llevarlo todo por el rigor, que no harán nada, y ellos vivirán descontentos y servirán forzados, y su servicio será violento y mal hecho.”<sup>206</sup> Outro ponto em comum entre as fontes desta pesquisa era que as prisões, caso fossem usadas, deveriam durar pouco tempo.

Quanto à culpabilidade ou não dos escravos nos delitos causados, como Jorge Benci e Antonil, as instruções mexicanas orientaram que os administradores não se deixassem levar pelas acusações feitas de um escravo contra o outro e averiguasse, com cuidado, a situação. Além disso, não deveriam os administradores tomar a decisão sobre o castigo a ser aplicado no calor do momento, movidos pela cólera.

O manuscrito mexicano ainda alerta para que, durante a punição, não fossem utilizadas palavras injuriosas contra o servo e nem que se determinassem prisões, por longo período de tempo, ou açoites em quantidades excessivas, mesmo que divididos em vários dias. “Adviertan que en esto pueden pecar gravemente contra la caridad, y para no errar tomarán parecer y consejo del padre Rector, y del Procurador del Colegio, y también del padre Capellán donde lo hubiere.”<sup>207</sup>

Os pequenos delitos, como havia escrito Benci, não deveriam ser todos eles punidos pelos administradores das *haciendas* “porque esto está expuesto a fugas o a

<sup>205</sup> LARA, Silvia Hunold. Campos da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro (1750-1808), p. 51.

<sup>206</sup> Instrucciones a los hermanos jesuítas administradores de haciendas: manuscrito mexicano del siglo XVIII, p. 65.

<sup>207</sup> Instrucciones a los hermanos jesuítas administradores de haciendas: manuscrito mexicano del siglo XVIII, p. 68.

tumultos.”<sup>208</sup> Nestes casos, o administrador faria ‘vista grossa’ ou, caso resolvesse punir, castigaria apenas os ‘líderes’ do grupo “perdonando a los demás, y dándoles a todos en común conveniente reprensión.”<sup>209</sup> Como última instrução, o manuscrito recomendou que os administradores nunca fizessem ameaça de castigar um escravo porque, ao sentir-se ameaçado, o escravo fugiria. As repreensões e castigos deveriam ser dados sem ameaças, assim, o escravo não teria motivo para fugir.

Se o castigo não foi contestado pelos diversos componentes da sociedade colonial no Brasil, no entanto, cada um o interpretou de forma distinta. A Coroa, preocupada com o controle político da colônia, impôs limites e tentou impedir os abusos na aplicação dos castigos. A igreja, defensora dos ideais humanitários e cristãos, entendeu o castigo dentro de seus ideais e com uma concepção de dominação. O senhor de engenho, que enxergava no escravo um investimento feito, o aplicou no sentido de evitar fugas e revoltas. Os escravos, a parte mais frágil desta pirâmide colonial, em alguns casos, aceitou o castigo de forma passiva por entender que fazia parte da “educação”.<sup>210</sup>

## **Trabalho e ócio**

“Cabeça vazia, oficina do Diabo”, talvez esse provérbio simbolize o perigo do ócio, não só para escravos, mas também para os próprios religiosos que conviviam diariamente nas propriedades rurais.

Para Benci, o ócio poderia levar os servos a tornarem-se insolentes. A solução para manter os escravos sujeitos, obedientes e humildes seria o trabalho, porém, o inaciano destaca que deveria existir um equilíbrio na proporcionalidade do trabalho, “porque ser o trabalho demasiadamente pouco, ou demasiadamente muito, tudo é mal e danoso para o servo.”<sup>211</sup>

<sup>208</sup> Instrucciones a los hermanos jesuítas administradores de haciendas: manuscrito mexicano del siglo XVIII, p. 69.

<sup>209</sup> Instrucciones a los hermanos jesuítas administradores de haciendas: manuscrito mexicano del siglo XVIII, p. 69.

<sup>210</sup> LARA, Silvia Hunold. Campos da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro (1750-1808), p. 72.

<sup>211</sup> BENCI, J. Economia cristã dos senhores no governo dos escravos, p. 196.

Se anteriormente Benci afirmara que uma das obrigações do senhor era dar o alimento para o escravo, agora, para que os servos merecessem o alimento que consumiam, não poderiam deixar de faltar ao senhor o serviço, em uma troca mútua de obrigações. “Suposto que quem trabalhar há de comer para poder resistir ao trabalho, também quem comer há de trabalhar para merecer o que come.”<sup>212</sup>

A responsabilidade por manter os servos ocupados, evitando a ociosidade, seria dos senhores. Benci cita o exemplo das escravas rendeiras que, na opinião do inaciano, só “renderiam” ociosidades e questiona porque os senhores não mandam essas escravas para a lavoura para grangear o sustento, tanto do senhor quanto o próprio. Se a lógica era trabalhar para comer e comer para trabalhar, todos os escravos e escravas deveriam trabalhar, pois “se os escravos e escravas não hão de servir ao menos para ajudar a seus senhores a sustentar a vida, não sei para que se comprem com tão grande gasto.”<sup>213</sup> Para que um senhor manteria um número elevado de escravos em suas propriedades? Por vaidade? Para que tivessem muitos servos para dar ordens? Não fazia sentido para o jesuíta um número elevado de escravos “sem função” ou ociosos em uma propriedade. “Enquanto o senhor traz o servo ocupado, não cuida este em outra coisa mais que seu descanso, porém se lhe larga a mão, logo aspira à liberdade e busca traças para se livrar da sujeição.”<sup>214</sup>

Se os senhores eram “vítimas” dos escravos devido ao ócio no trabalho, o mesmo poderia acontecer contra Deus. Já dizia S. Bernardo: “É o ócio mãe de todas as leviandades e ainda das piores que são os vícios, e madrasta de todas as virtudes.”<sup>215</sup> O ócio seria um “convite” ao pecado, não só para os cativos e negros, mas também para livres e brancos. No entanto “para os escravos é péssimo, por ser o único mestre de suas maldades.”<sup>216</sup> Logo, os negros seriam mais hábeis que os brancos nos gêneros de maldade, sendo um erro cabal do senhor permitir o ócio nos engenhos. “A razão desta grande propensão dos pretos à impudicícia não se lhes vêm do clima quente em que nascem, mas muito mais do pouco temor de Deus e pejo dos homens que neles há.”<sup>217</sup> Para se evitar as insolências contra Deus, dever-se-ia seguir as mesmas recomendações

<sup>212</sup> BENCI, J. Economia cristã dos senhores no governo dos escravos, p. 198.

<sup>213</sup> BENCI, J. Economia cristã dos senhores no governo dos escravos, p. 202.

<sup>214</sup> BENCI, J. Economia cristã dos senhores no governo dos escravos, p. 203.

<sup>215</sup> BENCI, J. Economia cristã dos senhores no governo dos escravos, p. 206.

<sup>216</sup> BENCI, J. Economia cristã dos senhores no governo dos escravos, p. 206-207.

<sup>217</sup> BENCI, J. Economia cristã dos senhores no governo dos escravos, p. 211.

das insolências contra os senhores, manter os escravos ocupados e trabalhando, “pois só desta sorte se pode evitar que se façam insolentes contra Deus.”<sup>218</sup>

Se o escravo deveria ser mantido ocupado para evitar o ócio e, conseqüentemente, as desobediências, essa ocupação não deveria ser exagerada, “porque se é mal permitir que esteja ocioso o servo, quando é tempo de trabalho; também o é ocupá-lo no trabalho no tempo em que não devia trabalhar.”<sup>219</sup> O tempo que os escravos não deveriam trabalhar seriam aos domingos e dias santos, vistos anteriormente como os dias destinados aos ensinamentos da doutrina cristã.

Benci destaca que no Brasil, boa parte dos senhores concediam estes dias citados para o descanso somente para os livres e forros, não para os escravos. No caso da mão de obra escrava todos os dias seriam iguais, ou seja, dias de trabalho. Porém, como explica o inaciano, ao “instituir” os domingos e dias santos como períodos livres dos trabalhos servis e mecânicos, Deus não fez distinção entre senhores e servos, valendo esta “regra” para todos. Da mesma forma que os senhores não trabalhavam, nem mandavam seus filhos para o trabalho nestes dias, os escravos e escravas também não poderiam ser mandados para os afazeres diários, tendo respeitados o seu direito ao descanso.

O inaciano explica os motivos que levaram Deus a determinar que aos domingos e dias santos não houvesse obra servil. O primeiro motivo seria para sua própria glória. Desocupados, os homens poderiam obrar, servir e dar o culto devido ao nosso senhor Deus. O segundo motivo está relacionado diretamente ao descanso dos corpos fatigados com o trabalho. Estes motivos encontram mais força nos escravos, tendo em vista que os senhores, por não trabalharem, não necessitariam de descanso, ou quando trabalhavam, o faziam quando queriam. “Deve desocupá-los nestes dias para que possam descansar e dar-se a Deus; e deve ocupá-los naqueles, para que nem contra seu senhor, nem contra o mesmo Deus se façam insolentes.”<sup>220</sup>

No entanto, Benci abre uma exceção para o caso dos escravos trabalharem nos dias destinados ao descanso e a doutrina cristã. O jesuíta destaca que tal era a miséria dos escravos no Brasil, que mesmo nos casos de “bom tratamento”, ainda sim,

---

<sup>218</sup> BENCI, J. Economia cristã dos senhores no governo dos escravos, p. 217.

<sup>219</sup> BENCI, J. Economia cristã dos senhores no governo dos escravos, p. 218.

<sup>220</sup> BENCI, J. Economia cristã dos senhores no governo dos escravos, p. 228.

lhes faltavam muitas coisas. Por isso, Benci não criticou os senhores que, após os escravos ouvirem a missa, permitiam que a mão de obra trabalhasse para si, desde que não fosse trabalho forçado. “Porque uma coisa é ser lícito ao servo o trabalho nos dias festivos; e outra coisa é querê-lo obrigar a isso seu senhor.”<sup>221</sup>

Além do respeito pelos dias de festa, o ritmo dos serviços nos outros dias da semana deveria ser interpolado com períodos de descanso. “Não há de ser o serviço tão continuado que a um trabalho suceda outro, de maneira que não possa o escravo respirar e tomar algum alento depois de cansado no serviço de seu senhor.”<sup>222</sup> A própria terra onde eram cultivados os alimentos precisava de descanso ente um cultivo e outro, imagina o escravo. Por mais “leve” que fosse o trabalho, este não poderia ser executado de forma contínua e demasiada, “porque não há ocupação, por leve que seja, a qual sendo demasiadamente continuada não traga consigo excessiva pena e intolerável moléstia.”<sup>223</sup>

Benci demonstra certa perplexidade pelo fato de existirem senhores sem nenhum senso de humanidade, principalmente no Brasil onde esteve o inaciano, e que não se compadeciam dos escravos que trabalhavam dia e noite sem parar nos engenhos. “Que trabalhem de dia, bem está, mas que hajam de trabalhar também de noite, e toda a noite, quem o poderá sofrer?”<sup>224</sup> O jesuíta esclarece que os senhores deveriam deixar os servos descansarem durante a noite, sem interrupção, e não os fazer trabalhar durante a noite, principalmente após terem trabalhado exaustivamente durante o dia. “Criou Deus o dia e a noite: o dia para o trabalho e a noite para o descanso. E há de haver senhores tão bárbaros que troquem esta ordem e queiram que a noite seja dia, mandando trabalhar os escravos igualmente de dia e de noite?”<sup>225</sup> Para que os escravos não se fizessem insolentes, bastava que trabalhassem, apenas, durante o dia.

Seria virtuoso o senhor que obrigasse o servo a trabalhar de forma moderada. “Há de dar o trabalho aos servos como os medicamentos aos enfermos, isto é, em sua medida.”<sup>226</sup> A comparação entre as medicinas e o trabalho foi feita levando-se em consideração que os remédios utilizados na medida certa curariam doenças, se usados

<sup>221</sup> BENCI, J. Economia cristã dos senhores no governo dos escravos, p. 239.

<sup>222</sup> BENCI, J. Economia cristã dos senhores no governo dos escravos, p. 241.

<sup>223</sup> BENCI, J. Economia cristã dos senhores no governo dos escravos, p. 245.

<sup>224</sup> BENCI, J. Economia cristã dos senhores no governo dos escravos, p. 246.

<sup>225</sup> BENCI, J. Economia cristã dos senhores no governo dos escravos, p. 248.

<sup>226</sup> BENCI, J. Economia cristã dos senhores no governo dos escravos, p. 251.

exageradamente poderiam ser perniciosos e causadores de danos graves. O mesmo serviria para o trabalho, que se aplicado de forma moderada livraria os servos dos vícios, rebeldia e insolência contra o senhor, mas em excesso, além de debilitar, enfraqueceria e poderia matar os servos.

Para que os escravos tivessem a moderação necessária no trabalho, deveria o senhor observar dois quesitos de extrema importância para tal: a força do escravo e o tempo de execução do trabalho. Nem todos os escravos poderiam desempenhar as mesmas tarefas, pois “em uns há forças e talento para resistir a muito; outros a pouco trabalho se rendem.”<sup>227</sup> Em uma passagem bíblica, teria mandado Deus aos hebreus que não colocassem para realizar o mesmo tipo de trabalho, o arado, o boi e o jumento. Por quê? Porque o boi tem mais força que o jumento, logo, se os dois animais tivessem que desempenhar o trabalho na mesma proporção, o jumento, por ser mais débil, teria que arar mais do que seria justo, trabalhar mais do que suas forças aguentariam. O mesmo exemplo serviria para os escravos, cada um deveria realizar o trabalho proporcional às suas forças.

Quanto à duração do trabalho, Benci afirma que o escravo não poderia ter uma tarefa que durasse mais que o tempo destinado ao trabalho normalmente. “Porque querer que o servo faça, em um dia, o serviço que ao menos requeria dois, é tirania própria de senhores cruéis e bárbaros.”<sup>228</sup> Em uma passagem histórica, Benci cita o caso dos egípcios que exigiam dos hebreus, no tempo de cativo, que fizessem em um dia de trabalho o suficiente para dois dias.

Benci alerta para que os senhores, rapidamente, encontrassem o justo equilíbrio entre a força e o tempo do trabalho exigido dos escravos. Pois, “dariam os tristes escravos tais clamores ao céu que, penetrando os ouvidos e o coração de Deus, o obrigariam a descarregar sobre o Brasil os mais rigorosos castigos.”<sup>229</sup> O jesuíta atribuiu a estes castigos a “praga das Bexigas” que assolou o Brasil e levou a morte inúmeros brancos e negros. Para abrandar a ira divina, deveriam os senhores moderar o trabalho dos escravos porque o objetivo do trabalho não é maltratar ou acabar com a vida dos servos, mas reprimir e refrear a insolência.

---

<sup>227</sup> BENCI, J. Economia cristã dos senhores no governo dos escravos, p. 254.

<sup>228</sup> BENCI, J. Economia cristã dos senhores no governo dos escravos, p. 256.

<sup>229</sup> BENCI, J. Economia cristã dos senhores no governo dos escravos, p. 259.

Senhores, eu não pretendo que deis a liberdade aos vossos servos, que quando o fizésseis, faríeis o que fizeram os verdadeiros cristãos. O que pretendo de vós, é que os trates como a próximos e como a miseráveis; que lhes deis o sustento para o corpo e para a alma; que lhes deis somente aquele castigo que pede a razão; e que lhes deis o trabalho tal que possam com ele e os não oprima. Isto só vos pouco, isto só espero e isto só quero de vós.<sup>230</sup>

Sobre o ócio Antonil foi muito breve, mencionando o termo raríssimas vezes em sua obra, mas, assim como Benci, relacionou o ócio às ações viciosas. A primeira referência ao termo vem no capítulo destinado à hospitalidade que os senhores de engenho deveriam dar aos religiosos e seculares que, por ventura, buscassem moradia nos engenhos.

A hospitalidade era vista como uma cortesia e uma virtude cristã, louvada e muito praticada no Brasil. “Porque faltando fora da cidade estalagens, vão necessariamente os passageiros dar consigo nos engenhos, e todos ordinariamente acham de graça o que em outras terras custa dinheiro.”<sup>231</sup>

O jesuíta recomendava que no caso dos “vadios” fossem distribuídas enxadas e foices para, caso quisessem permanecer no engenho, trabalhassem e recebessem sua jornada, caso contrário, deveriam seguir seu caminho. Antonil também alertou para que o mestre do açúcar, os caixeiros e os feitores não mantivessem, em suas respectivas casas, pessoas vindas de outras cidades, ou de outro lugar qualquer, por muito tempo e de maneira ociosa, principalmente se os “forasteiros” forem solteiros e novos. “Porque estes não servem senão para estorvar aos mesmos oficiais, que hão de atender ao que lhe pertence; e para desinquietar as escravas no engenho, que facilmente se deixam levar de seu pouco moderado apetite a obrar mal.”<sup>232</sup> A outra menção feita por Antonil ao ócio aparece no capítulo voltado para o uso do tabaco. Segundo o religioso, entre os afeiçoados ao tabaco estariam os trabalhadores, forros e escravos, soldados, eclesiásticos e “muitas pessoas nobres e ociosas”.

No manuscrito mexicano o ócio é abordado em diferentes aspectos. O primeiro caso traz o perigo da ociosidade para os administradores jesuítas nas *haciendas* no que diz respeito às suas obrigações religiosas. De maneira geral, além do administrador, existia uma série de cargos e funções na hierarquia da Companhia de

<sup>230</sup> BENCI, J. Economia cristã dos senhores no governo dos escravos, p. 282.

<sup>231</sup> ANTONIL, André João. Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas, p. 40.

<sup>232</sup> ANTONIL, André João. Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas, p. 41.

Jesus que prestavam auxílio e fiscalizavam o administrador na condução das propriedades rurais. Porém, existiam casos em que não se teve um corpo burocrático dando suporte ao “*hermano administrador*”, e é aí que o manuscrito mostra a virtude e o vício no excesso de liberdade vivida pelo administrador.

Quando o administrador era fervoroso e um exímio observador, em uma *hacienda* onde não se tinha Superiores, Visitadores e Censores para auxiliá-lo, mostrava, na verdade, a essência de um religioso, que levava a virtude e os valores cristãos no coração, “que hace sus obras por Dios a quien tiene presente en todo lugar.”<sup>233</sup> Por outro lado, o excesso de liberdade vivida pelo administrador, e neste caso entra o problema da ociosidade, poderia levar o religioso, entre outras coisas, a ceder às tentações da carne. “Van insensiblemente entibiando el fervor, distrayendo el ánimo, disminuyendo el temor de Dios, y relajando la conciencia.”<sup>234</sup>

Outra abordagem feita pelo documento mexicano ao termo ócio tem o sentido similar ao trabalhado por Benci, ao fazer referência aos escravos. No caso do manuscrito, o ócio deveria ser evitado aos escravos, incluindo os mais jovens. “No tengan ociosos a los muchachos esclavos, háganlos trabajar desde niños de ocho años para arriba, ocupándolos en el trabajo proporcionado a sus fuerzas.”<sup>235</sup>

Reforçando o caráter negativo da palavra ócio, nas festividades do santo padroeiro da capela da *hacienda*, por exemplo, deveria ter somente missa solene para os habitantes da propriedade com confissões e comunhão. O documento ainda recomendava que, além de não convidar pessoas de fora, não seria prudente realizar exposições, bailes e jogos, pois seriam atrações que atraíam pessoas ociosas e, por conseguinte, poderiam causar grandes inconvenientes.

A última abordagem, existente no manuscrito, ao ócio se refere a uma recomendação feita para os administradores de *haciendas* para que não recrutassem, de forma excessiva, *sirvientes* para os serviços domésticos para não existir trabalhadores ociosos, visto que o salário recebido era proporcional ao trabalho desempenhado por cada um.

---

<sup>233</sup> Instrucciones a los hermanos jesuítas administradores de haciendas: manuscrito mexicano del siglo XVIII, p. 36.

<sup>234</sup> Instrucciones a los hermanos jesuítas administradores de haciendas: manuscrito mexicano del siglo XVIII, p. 36.

<sup>235</sup> Instrucciones a los hermanos jesuítas administradores de haciendas: manuscrito mexicano del siglo XVIII, p. 76-77.

Observa-se que os três escritos jesuítas abordaram o termo ócio como algo negativo, como motivador de ações viciosas e prejudiciais tanto aos escravos, quanto para os senhores e religiosos, afastando-os de Deus.

*“O surgimento das viagens transatlânticas contínuas nas décadas após 1492 rompeu fronteiras ecológicas que haviam dividido a vida na Terra.” (BREEN, 2017, p. 245)*

## Capítulo 3 – A participação dos jesuítas na economia colonial.

### 3.1 – Os inacianos como “empresários rurais”.

Desde a chegada dos padres à colônia portuguesa, na América espanhola e, especificamente, no México, a Companhia de Jesus construiu as bases para a manutenção do projeto missionário através da construção de grandes colégios, compra de terras e aumento de poder político.

Pero toda esta actividad no podia sustentarse, por sí sola, a base de Fe y pasión. La base material que impulsaba toda la labor del espíritu terminó por ser fundamental en la vida religiosa. De ahí que los colégios no fueron meros centros educativos, sino que formaron el eje de todo un complejo económico.<sup>236</sup>

Para uma instituição religiosa como a Companhia de Jesus, as possibilidades de investimentos no período colonial não eram tão diversificadas. A mineração e o comércio, dois ramos de atividades econômicas bem rentáveis, eram vistos, pelos inacianos, respectivamente, como um negócio arriscado e uma atividade tida, em alguns casos, como ilícita.

A oposição à entrada dos jesuítas no comércio vinha, sobretudo, dos Superiores da Companhia, que enxergavam no comércio uma atividade contrária às normas religiosas, tendo em vista que os jesuítas faziam o voto de pobreza. A agricultura, por exemplo, deveria estar voltada para as necessidades diárias dos próprios colégios, sem gerar lucros, embora, em carta do dia 10 de janeiro de 1566, do Superior Geral da Companhia, Francisco de Borja<sup>237</sup>, ao padre Luis da Grã<sup>238</sup>, que estava no Brasil, o Superior tenha reconhecido que “no es esa tierra para vivir de limosnas.”<sup>239</sup> A política de abertura da Companhia, ao comércio, viria a partir de 1594, durante o comando do Geral Claudio Acquaviva ao dar “permiso a determinados colegios,

---

<sup>236</sup> PINZÓN, Hermes Tovar. Elementos constitutivos de la empresa agrária jesuita en la segunda mitad del siglo XVIII en México. In: FLORESCANO, Enrique (org.). *Haciendas, latifúndios y plantaciones en América latina*. Simposio de Roma – CLACSO, Siglo XXI Editores, 1975, p. 137.

<sup>237</sup> Espanhol nascido em 1510. Ingressou na Companhia em 1546, após a morte de sua esposa Leonor de Castro. Tornou-se Superior Geral da ordem em 1568, faleceu em 1572.

<sup>238</sup> Jesuíta português nascido em 1523. Foi reitor do colégio da Companhia de Jesus em Coimbra. Veio para o Brasil em 1553, acompanhando o segundo governador geral Duarte da Costa. Permaneceu no Brasil até a sua morte, em Pernambuco, em 1609.

<sup>239</sup> LEITE, Serafim S. J. *Monumenta Brasiliae*, vol. IV (1563 – 1568). Roma, 1960, p. 293.

primero en la Nueva España y luego en Brasil, para sembrar caña con finalidad comercial.”<sup>240</sup>

Na Nova Espanha a autorização para a manutenção das propriedades rurais já adquiridas e outras por adquirir viria no final do século XVI. “A partir de este momento la adquisición y administración de haciendas se convirtió en el principal campo de inversión de los jesuítas.”<sup>241</sup> Na colônia portuguesa, o colégio da Bahia recebeu, no início do século XVII, autorização para cultivar cana-de-açúcar. “Foi o início de um processo para a independência financeira.”<sup>242</sup>

A entrada dos jesuítas nas atividades econômicas se deveu ao fato dos recursos enviados pelas Coroas ibéricas serem insuficientes e irregulares, tornando os colégios instituições devedoras, e desejarem autonomia financeira. Como precisavam manter suas atividades missionárias, os inicianos tiveram que produzir novas receitas e administrá-las diretamente. “No Brasil, os primeiros jesuítas contavam apenas com as esmolas dadas pelos colonos e as pensões régias para comida e vestimenta.”<sup>243</sup> Na busca por novas receitas, a Companhia de Jesus “no se redujo a gozar de una renta constituída inicialmente merced a la generosidad y la piedad de los vecinos de un lugar sino que asumió un papel activo en su acrecentamiento.”<sup>244</sup>

A economia colonial girou em torno da produção agrícola, transformando o campo no melhor lugar para investir. Neste sentido, a Companhia desempenhou um papel fundamental para o desenvolvimento da agricultura, pois “estas inversiones les permitieron sostener sus instituciones y aumentar su riqueza de una manera notable. Es bien sabido que, a fines de la época colonial, una parte considerable del suelo y de las propiedades agrícolas estaban en sus manos.”<sup>245</sup> Cada colégio possuía seu patrimônio específico e, apesar da forte regulação que a Companhia exercia sobre suas entidades, a

<sup>240</sup> CODES, Rosa María Martínez de. Los jesuítas brasileños y la agricultura de la caña entre la economía profana y la finalidad misional. *Revista Complutense de Historia de América*, nº 24, Madrid, 1998, p. 70.

<sup>241</sup> VON WOBESER, Gisela. Las haciendas como fuentes de ingreso para el sostenimiento de los colegios en la Compañía de Jesus en la época colonial. *Revista Históricas*, nº 22, UNAM, agosto, 1987, p.31.

<sup>242</sup> AMANTINO, Márcia; CARVALHO, Marieta Pinheiro de. La famosa riqueza de los jesuítas: algunos aspectos. *Revista IHS*, vol. 4, nº 1, enero/junio, 2016; p. 13.

<sup>243</sup> SANTOS, Fabricio Lyrio dos. A expulsão dos jesuítas da Bahia: aspectos econômicos. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 28, n.55, jan-jun, 2008, p.173.

<sup>244</sup> COLMENARES, Germán. Los jesuitas: modelo de empresarios coloniales. *Boletín Cultural y Bibliográfico*, vol. 21, n. 2, Colômbia, 1984, p. 46.

<sup>245</sup> VON WOBESER, Gisela. *La formación de la hacienda en la época colonial*. El uso de la tierra y el agua. México, Universidad Nacional Autónoma de México, Instituto de Investigaciones Históricas, 1989, p. 65.

administração econômica de cada colégio era descentralizada. Logo, cabia ao Reitor encontrar recursos suficientes para o bom funcionamento de sua instituição e, portanto, “si un colégio no era capaz de autosostenerse en un momento dado, se cerraba.”<sup>246</sup>

Muitos investimentos realizados pelos jesuítas foram feitos em virtude da adaptação às condições e oportunidades encontradas nos locais onde estiveram presentes. Com esta mentalidade empreendedora, os inicianos construíram “uma extensa e complexa estrutura que começava com a posse de terras, seguia na direção ao controle da mão de obra e terminava com o envio de produtos e riquezas para outros colégios e capitánias.”<sup>247</sup>

As formas de aquisição das propriedades jesuíticas, urbanas ou rurais, foram muito parecidas em toda a América colonial. Geralmente a posse vinha através de mercês, concedidas por reis ou governadores, doações testamentárias, hipotecas ou compras. Estes mecanismos, ao longo dos séculos XVI e XVII, permitiram que a ordem consolidasse um amplo patrimônio com propriedades diversas.<sup>248</sup> Boa parte das doações recebidas pela Companhia vinha de comerciantes e agricultores, além de obter recursos através dos dízimos, censos eclesiásticos e capelanias. Esta prática de doações, heranças e esmolos não era recente, esteve presente desde o início das atividades da ordem, na Europa, na América ou em qualquer outra parte onde os religiosos estiveram presentes.

El espíritu eminentemente religioso que existió en los siglos XVI, XVII y XVIII favoreció el acrecentamiento del capital en manos del clero. Las personas, bien por deseo de hacer perdurar su nombre, o tal vez por temor de no salvarse, hacían grandes donaciones de bienes inmuebles y muebles a la iglesia, emulando las que hacían reyes y príncipes.<sup>249</sup>

As doações constituíram as principais fontes de aquisição de terras, por parte da Companhia de Jesus, sobretudo no início de sua atuação na América colonial. De maneira geral, os próprios doadores também adquiriam suas terras através de doações, mercês, compra ou, literalmente, “tomando” a terra dos indígenas. Por norma, as terras recebidas através das mercês reais não poderiam ser doadas ou vendidas para a

---

<sup>246</sup> VON WOBESER, Gisela. Las haciendas como fuentes de ingreso para el sostenimiento de los colegios en la Compañía de Jesus en la época colonial, p. 31.

<sup>247</sup> AMANTINO, Márcia; CARVALHO, Marieta Pinheiro de. La famosa riqueza de los jesuítas: algunos aspectos, p. 11-12.

<sup>248</sup> CILIBERTO, María Valeria. Los bienes rurales de los jesuitas expulsos y los gobiernos post revolucionários: políticas, costumbres y derechos (Buenos Aires, primera mitad del siglo XIX). *Revista brasileira de História das religiões*, Enero, 2013.

<sup>249</sup> SCHAFFER, Víctor Manzanilla. El drama de La tierra em México – del siglo XVI al siglo XXI. *Colección Conocer para Decidir*. H. Cámara de Diputados – LIX Legislatura, UNAM, 2004, p. 236-237.

Companhia, mas no México, por exemplo, isso não aconteceu. No caso mexicano, muitas terras recebidas por via das mercês foram doadas e, inclusive, a própria Coroa espanhola repassava diretamente a posse da terra para a instituição religiosa.<sup>250</sup>

Quanto aos dízimos, impostos cobrados pela Coroa sobre a produção colonial, esta cobrança não se estendia à igreja. No caso específico da Companhia de Jesus, detentora de muitas propriedades e uma vasta produção, esta isenção representou menos despesas e, conseqüentemente, produtos mais baratos no mercado. Naturalmente, por gerar desequilíbrio nos preços dos produtos, esta isenção sempre foi motivo de contestação dos demais colonos. Os jesuítas foram resistentes às tentativas da Coroa de cobrar-lhes o imposto. A partir de 1624 começou um intenso debate a respeito da cobrança, ou não, do dízimo aos religiosos. Somente em 1750, mais de um século depois, a Coroa determinou que os religiosos deveriam pagar algo em torno de 1/30 de contribuição, em vez do 1/10 habitual. Esta decisão seria revista e em dezembro de 1766, através de um Decreto Real, os religiosos passaram a pagar a mesma tarifa dos demais produtores, ou seja, 1/10.<sup>251</sup>

O censo eclesiástico, utilizado nas colônias espanholas, foi um meio de obter recursos financeiros e, muitas vezes, adquirir propriedades por parte dos jesuítas. O censo era uma espécie de contrato em que a instituição religiosa fazia empréstimos aos agricultores, que pagavam por meio de pensões ou parte da renda da propriedade. Esta prática foi oriunda do período Medieval e se expandiu nas colônias espanholas devido à falta de moeda circulante nas mãos de vários proprietários. Existiram três tipos de censo: os redimíveis, quando ao quitar a dívida o contrato era extinto; o perpétuo, quando a validade do contrato era por tempo indeterminado, independente da troca de dono da propriedade. A dívida estava atrelada à propriedade, não ao indivíduo; e vitalício ou por tempo limitado, quando o contrato só teria efeito durante a existência da concedente ou durante um período acordado pelas partes.<sup>252</sup> A intensa utilização do censo fez com que os proprietários se endividassem de tal maneira, que grande parte da

---

<sup>250</sup> SCHWALLER, John F. La iglesia en la América colonial española. In: CALVO, Alfredo Castillero. *Historia General de América Latina*, volumen III, Tomo 2. Ediciones UNESCO/ Editorial Trotta, España, 2001, p. 564.

<sup>251</sup> MÖRNER, Magnus. Los motivos de la expulsión de los jesuítas del império español. *Revista Historia Mexicana*, Centro de Estudios Históricos, vol. 16, n° 1, Julio, 1966, p. 06.

<sup>252</sup> MENA GARCIA, María Del Carmen. Censos eclesiásticos y propiedad urbana: una relación conflictiva. *Caravelle*, n° 66, Toulouse, 1996.

receita vinda da produção era utilizada para pagar os empréstimos feitos junto às instituições religiosas.

Como reconocían las autoridades civiles y eclesiásticas, los hacendados y rancheros se habían convertido en meros administradores de sus propiedades, dejando a las instituciones religiosas como verdaderas propietarias y beneficiarias efectivas de los ingresos rurales.<sup>253</sup>

Outra fonte de recursos, e esta muito comum em toda a América colonial, foi a capelania. O objetivo da capelania era dar assistência aos civis, geralmente o doador ou fundador de uma capelania solicitava os serviços do capelão para a realização de missas póstumas. A função do capelão era contribuir para a saúde espiritual e emocional do ser humano.

La capellanía era pues una donación de capital que se invertía en forma de pensión o ‘censo’ sobre bienes raíces, con una tasa de interés fija (7% hasta 1622, 5% después). Se aceptaban también otras formas de donación, en particular bienes raíces y gravámenes voluntarios sobre propiedades anteriormente libres de carga.<sup>254</sup>

Se as primeiras propriedades jesuítas, no século XVI, foram adquiridas através de doações e mercês, o século XVIII seria caracterizado por outra forma de aquisição, a compra. “Con posteridad, tras decenios de prosperidad y prudente administración, la orden pudo disponer de reservas de capital que le permitieron efectuar inversiones en tierras.”<sup>255</sup> Uma das estratégias mais comuns da Companhia na aquisição de terrenos era comprar propriedades pouco produtivas ou abandonadas que, por si só, possuíam preços baixos. Depois da compra, os jesuítas investiam na infraestrutura do local, valorizando o terreno e tornando-o altamente produtivo.

Durante o período em que permaneceram na América, os jesuítas se ‘equilibraram’ em uma linha tênue simbolizada pela religiosidade, através da catequese, e pelo fator econômico, representado pelas propriedades cuja dona era a Companhia de Jesus e onde, inclusive, se utilizava mão de obra escrava. “En el ámbito del mundo espiritual imperaban la caridad, el amor al prójimo, la asistencia a los enfermos y

<sup>253</sup> FLORESCANO, Enrique. Formación y estructura económica de la hacienda en Nueva España. In: BETHELL, Leslie (org.). *Historia de América Latina*, vol. 3, Editora Crítica, Barcelona, 1990, p. 118.

<sup>254</sup> SCHWALLER, John F. La iglesia en la América colonial española, p. 565.

<sup>255</sup> SCHWALLER, John F. La iglesia en la América colonial española, p. 565.

necesitados y la ayuda a los menesterosos, mientras en el mundo temporal gobernaba el espíritu de negocio.”<sup>256</sup>

Na província do Rio de Janeiro, a Companhia de Jesus possuía diversas propriedades, rurais e urbanas. Em meados do século XVII os jesuítas construíram um vasto complexo agrário “formado por nove engenhos e ou fazendas, por quatro aldeamentos e inúmeras pequenas propriedades.”<sup>257</sup> No caso dos imóveis localizados na área urbana, a maioria se encontrava no centro da cidade.

Além do Rio de Janeiro, existiram outros quatro colégios jesuítas na América portuguesa: Espírito Santo, São Paulo, Pernambuco e Bahia. “O colégio da Bahia, por exemplo, possuía bens na cidade, no Recôncavo, em Ilhéus, Porto Seguro e Sergipe e ainda no Piauí.”<sup>258</sup> A quantidade de imóveis, localizados na área urbana, que pertenceram aos jesuítas era considerável, ocupavam quarteirões e ruas inteiras. Porém, apesar deste vasto imobiliário urbano, “os engenhos eram os principais e mais valiosos bens dos jesuítas na Bahia. A Companhia os tinha construído a partir do início do século XVII, após os Superiores deliberarem não se tratar de algo contrário às Constituições da Companhia.”<sup>259</sup> Dos engenhos pertencentes aos inacianos na Bahia, três se destacaram: o engenho Pitanga, adquirido pelo colégio da Bahia em 1643 e os engenhos Sergipe do Conde e Santana de Ilhéus, propriedades que pertenceram ao colégio português Santo Antônio.

No México, a Companhia de Jesus possuiu bens em todas as regiões, “a mediados del siglo XVIII, los jesuítas de Nueva España poseían más de 130 haciendas, ranchos, ingenios azucareros y otros centros agrícolas de diversas clases.”<sup>260</sup> Dentre seu vasto patrimônio, a *hacienda* de Santa Lucía, pertencente ao colégio máximo de São Pedro e São Paulo, foi o que mais se destacou. “En el siglo XVIII, Santa Lucía tuvo fama de ser una de las mejores haciendas de la meseta central.”<sup>261</sup> Cerca da metade das receitas do colégio máximo vieram dela.

<sup>256</sup> VON WOBESER, Gisela. Las haciendas como fuentes de ingreso para el sostenimiento de los colegios en la Compañía de Jesus en la época colonial, p. 32.

<sup>257</sup> AMANTINO, Márcia. As origens da terra jesuítica na capitania do Rio de Janeiro e a implantação do Engenho Velho no século XVII. *Revista Am. Lat. Hist. Econ.*, año 23, nº 23, set./dez. 2016, p. 22.

<sup>258</sup> SANTOS, Fabricio Lyrio dos. A expulsão dos jesuítas da Bahia: aspectos econômicos, p. 178.

<sup>259</sup> SANTOS, Fabricio Lyrio dos. A expulsão dos jesuítas da Bahia: aspectos econômicos, p. 188.

<sup>260</sup> SCHWALLER, John F. La iglesia en la América colonial española, p. 568.

<sup>261</sup> RILEY, James Denson. Santa Lucía: desarrollo y administración de una hacienda jesuítica en el siglo XVIII. *Revista Historia Mexicana*, vol. 23, nº 2, Octubre/Diciembre, 1973, p. 240.

Os jesuítas, durante os séculos XVI e XVII, fizeram diversas aquisições, com receitas recebidas através de doações, no entorno da *hacienda*, transformando Santa Lucía em uma grande extensão de terras.

En total, para 1620, el Colegio Máximo había hecho 16 compras para Santa Lucía, se le habían concedido 14 mercedes y había recibido 6 donaciones. Las propiedades de tierra adscritas a la administración de Santa Lucía sumaban 49 sitios de ganado menor y 85 caballerías. Casi todas estas tierras, por ser pastizales poco desarrollados, costaron muy poco al colegio.<sup>262</sup>

A estratégia adotada pelos inacianos, para o exemplo de Santa Lucía, foi a de anexar as terras próximas a esta *hacienda*, de modo a não permitir que áreas vitais para o funcionamento da propriedade ficassem nas mãos de estranhos. “Hay tres factores que influyeron en el desarrollo de las haciendas jesuítas: el deseo de adquirir recursos especiales, proteger las propiedades ya obtenidas y finalmente unificar y completar las propiedades.”<sup>263</sup>

O sucesso da *hacienda* de Santa Lucía se deveu às exigências dos jesuítas de que suas propriedades, e isso valeu para todas as outras, tivessem os maiores rendimentos possíveis para que a estrutura de seus colégios fosse mantida. “Por lo tanto, la organización administrativa de la hacienda también refleja las habilidades y propósitos tan peculiares de la Compañía.”<sup>264</sup>

Na América colonial, a riqueza acumulada pelos jesuítas permitiu poder político e econômico aos membros da Companhia de Jesus. Outro fator determinante para tamanho poder, só comparável ao da própria Coroa, foi que “había agentes de la iglesia en prácticamente toda ciudad o aldea importante del reino, mientras que los de la Corona estaban muy concentrados en las ciudades y burgos españoles.”<sup>265</sup> Este quadro permaneceu inalterado até a expulsão dos inacianos das colônias portuguesa e espanholas, respectivamente em 1759 e 1767.

La prosperidad económica y la excelente organización financiera y administrativa de la gran mayoría de los establecimientos de los jesuítas, tanto en Europa como en los territorios ultramarinos, era causa de envidia,

<sup>262</sup> RILEY, James Denson. Santa Lucía: desarrollo y administración de una hacienda jesuíta en el siglo XVIII, p. 242.

<sup>263</sup> RILEY, James Denson. Santa Lucía: desarrollo y administración de una hacienda jesuíta en el siglo XVIII, p. 243-244.

<sup>264</sup> RILEY, James Denson. Santa Lucía: desarrollo y administración de una hacienda jesuíta en el siglo XVIII, p. 248.

<sup>265</sup> SCHWALLER, John F. La iglesia en la América colonial española, p. 543.

de carácter materialista, no sólo por parte de otras órdenes o categorías eclesiásticas, sino también por parte de los intereses seculares.<sup>266</sup>

O conjunto de mecanismos utilizados pela Companhia: doações, mercês, dízimos, censos e capelarias, aliados à própria produção agrícola, proporcionaram aos jesuítas o acúmulo de consideráveis excedentes financeiros, comparáveis aos dos grandes comerciantes, que foram importantes, não só para a compra de imóveis, mas também para o financiamento da produção colonial em forma de créditos.

### 3.2 – O envolvimento dos religiosos no mercado de créditos.

O conjunto patrimonial e as diversas atividades econômicas desenvolvidas pelos inicianos possibilitaram que a Companhia de Jesus tivesse uma atuação considerável no fornecimento de créditos para a produção colonial. Para a América portuguesa, “no século XVI, a soma de tudo que os jesuítas produziam, dos alugueis que recebiam, dos arrendamentos de terras e das vendas de medicamentos, carne, hortaliças e outras receitas, superava amplamente a dotação real.”<sup>267</sup> O rendimento das propriedades jesuítas foi considerável, também, nas colônias espanholas. O colégio de Assunção, por exemplo, propiciou, através de suas receitas, não só a manutenção estrutural, “pero también operaba, como era habitual en el ámbito colonial, como caja de depósito y préstamo a distintas personas y actividades del Paraguay.”<sup>268</sup>

Para o funcionamento do sistema produtivo colonial, foi necessário que os produtores tivessem acesso à capital para investimento. “Os créditos eram obtidos em diferentes fontes, sendo os conventos, irmandades caritativas as principais fontes de dinheiro emprestado em condições cômodas (...). Esses empréstimos eram muitas vezes de muito longo prazo.”<sup>269</sup> Para o mercado de crédito, que circulou por boa parte da sociedade colonial, a ‘facilidade’ dos empréstimos gerou, em muitas situações, uma cultura do endividamento. Houve casos em que se pegava crédito para pagar dívidas de empréstimos anteriores, em um verdadeiro círculo vicioso. “El endeudamiento afectaba

<sup>266</sup> MÖRNER, Magnus. Los motivos de la expulsión de los jesuítas del império español, p. 03.

<sup>267</sup> AMANTINO, Márcia; CARVALHO, Marieta Pinheiro de. La famosa riqueza de los jesuítas: algunos aspectos, p. 14.

<sup>268</sup> MAEDER, Ernesto J. La administración y el destino de las temporalidades jesuíticas en el Río de La Plata, 2000, p. 239. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/71612629.pdf>. Acesso em 05/03/2020.

<sup>269</sup> SCHWARTZ, Stuart. O Nordeste açucareiro no Brasil colonial. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *O Brasil colonial*, vol. 2, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2016, p. 297.

a todas las clases sociales, desde los personajes más encumbrados hasta las personas de las clases marginales.”<sup>270</sup>

Com exceção das produções exportadoras, que utilizavam mão de obra escrava e geralmente pertencentes aos grandes proprietários ou às ordens religiosas, os outros ramos de produção, de menor porte, dependeram do capital mercantil para financiar suas atividades. O crédito, nas colônias espanholas, esteve disponível para diversos tipos de produtores, “desde campesinos índios y pequeños propietarios mestizos hasta mineros chilenos y estancieros de las pampas argentinas.”<sup>271</sup> Junto com o capital mercantil, o crédito eclesiástico, no século XVIII, foi uma das principais fontes de financiamentos agrícolas.

A dependência dos empréstimos se estendeu por boa parte da América espanhola. Na Centroamérica, “los comerciantes de la ciudad de Guatemala concedían créditos tanto a pequeños propietarios como a grandes terratenientes con el resultado de que, por medio de adelantos, los comerciantes se veían envueltos directamente en la producción para la exportación.”<sup>272</sup> No Cone sul, “en Chile y a lo largo del Río de la Plata, los comerciantes de Buenos Aires y Santiago financiaban a los estancieros de las pampas y a los mineros del norte de Chile.”<sup>273</sup>

Apesar dos créditos terem ficado disponíveis para camadas diferentes de produtores, o que se observou em toda a América colonial, foi a concentração, na tomada destes créditos, nas mãos das grandes famílias de produtores rurais, representados, na colônia lusitana, pela nobreza da terra e nas colônias espanholas pelos *terratenientes*. Uma das vantagens das elites rurais era que a posse da terra representou, no período colonial, prestígio social. Logo, as propriedades rurais eram, com frequência, utilizadas como garantias hipotecárias.

Los estudios recientes sobre el monto de los préstamos cedidos por la iglesia y las órdenes religiosas a particulares, y sobre la forma en que se realizaban estos préstamos, muestran, sin lugar a dudas, que las grandes familias de hacendados, mineros, comerciantes y funcionarios fueron los principales beneficiarios de estos fondos, y que, a su vez, este núcleo reducido de familias emparentadas era el que absorbía una gran parte del

<sup>270</sup> VON WOBESER, Gisela. *El crédito eclesiástico en la Nueva España, siglo XVIII*. 2º Ed. Instituto de Investigaciones Históricas. Fondo de Cultura Económica, México, 2010, p. 179.

<sup>271</sup> BRADING, D.A. La España de los Borbones y su império americano. In: BETHELL, Leslie (org.). *Historia de América Latina*, vol. 2, Editora Critica, Barcelona, 1990, p. 113.

<sup>272</sup> BRADING, D.A. La España de los Borbones y su império americano, p. 113.

<sup>273</sup> BRADING, D.A. La España de los Borbones y su império americano, p. 113.

capital disponible en Nueva España y el que participaba en las decisiones de las instituciones religiosas.<sup>274</sup>

Na Nova Espanha, durante os séculos XVI e XVII, a igreja foi a principal fonte de financiamento da produção agrícola, onde os *terratenientes*, elite agrária, foram os mais favorecidos. Porém, no século XVIII, a maior parte do capital eclesiástico esteve voltada para os comerciantes, que investiam os recursos na melhora dos próprios negócios. Esta mudança se deveu ao fato de que “las propiedades agrícolas, por si solas, ya no constituían una garantía aceptable porque casi todas estaban altamente endeudadas mediante censos y hipotecas, algunas de las cuales databan del siglo XVI.”<sup>275</sup>

A Igreja teve papel ativo no fornecimento de créditos para o setor produtivo, enxergando neste mercado uma forma de obter recursos e manter sua estrutura. A vantagem das instituições religiosas diante dos comerciantes foi que, com as doações para a realização de missas, dotes de conventos, dízimos e receitas vindas de suas propriedades, os religiosos dispuseram de fontes para a realização de empréstimos de forma regular. “De esta manera, el dinero que los hacendados, mineros, comerciantes, fabricantes de productos manufacturados y funcionarios donaban a la iglesia a modo de donaciones piadosas, retornaba a las familias más ricas bajo la forma de préstamos.”<sup>276</sup>

Existiram diferenças no modo de operar, no mercado de créditos, entre os comerciantes e as ordens religiosas. Os empréstimos feitos pelos religiosos eram mais conservadores, extensivos a todas as pessoas que tivessem propriedades, urbanas ou rurais, para dar como garantia de pagamento. As taxas de juros cobradas pelos religiosos eram menores que as cobradas pelos comerciantes. “Los comerciantes proporcionaban créditos a actividades inseguras, como la minería, a corto plazo y con intereses elevados, mediante el avío de bienes de producción y de consumo.”<sup>277</sup>

Vale resaltar que, nos séculos XVI e XVII, na região da Nova Espanha, não existiam instituições de crédito, restando aos agricultores recorrer aos comerciantes, grandes mineradores e a igreja para financiar suas atividades produtivas. “La mayoría

<sup>274</sup> FLORESCANO, Enrique. Formación y estructura económica de la hacienda en Nueva España, p. 120.

<sup>275</sup> VON WOBESER, Gisela. El crédito eclesiástico en la Nueva España, siglo XVIII, p. 184-185.

<sup>276</sup> FLORESCANO, Enrique. Formación y estructura económica de la hacienda en Nueva España, p. 120.

<sup>277</sup> HAUSBERGER, Bernd. La economía novohispana, 1519 – 1760. In: FICKER, Sandra Kuntz (coord). *História económica general de México: de la colonia a nuestros días*. 1º Ed. El Colegio de México. Secretaría de Economía, México, 2010, p. 85.

de estas haciendas estaban altamente endeudadas con una institución eclesiástica o con algún comerciante y por lo tanto, se encontraban siempre al borde de la quiebra.”<sup>278</sup> Algumas medidas adotadas pela Coroa, como a proibição da comercialização de produtos entre as colônias e o veto à produção de itens exportados pela metrópole, prejudicaram os ganhos de muitos produtores tornando-os reféns daqueles que concediam créditos. Outro fator determinante foi a descapitalização da sociedade devido ao monopólio que a metrópole teve sobre os metais preciosos. Boa parte destes metais era enviada para a Espanha enquanto na colônia, o capital circulante se concentrou nas mãos de poucos, geralmente os responsáveis pelos créditos. Em muitos casos as propriedades eram dadas como garantia para o pagamento da dívida, as chamadas hipotecas.

Na transição do século XVII para o XVIII as instituições coloniais que mais concederam créditos, no Brasil, foram a Santa Casa de Misericórdia e o Juízo de Órfãos. Os recursos das Santas Casas vinham de doações *post mortem* de seus irmãos e, no caso do Juízo de Órfãos, os recursos vinham das heranças deixadas pelos órfãos. “En 1694, de los 90 créditos dados por la misericordia de Salvador, garantizados por hipotecas sobre propiedades agrícolas, 24 eran sobre ingenios y 47 sobre haciendas de caña.”<sup>279</sup> Só para deixar claro, assim como nas colônias espanholas, estas instituições não foram as únicas fontes de crédito da economia colonial, pois existiram credores privados que participavam do mercado. Para os que não tinham acesso ao crédito institucional, a solução era recorrer aos senhores de engenho, profissionais urbanos e, principalmente, aos comerciantes. Estes entes privados participaram de uma pequena parcela do mercado creditício, a maior parte dos créditos foi fornecida por instituições religiosas.

No México, as instituições eclesiásticas que mais forneceram créditos foram os Juizados de Capelanias e obras pias e os Conventos das Monjas. Os Juizados foram órgãos que administravam as heranças deixadas por meio de testamentos, direcionando o patrimônio deixado ao beneficiário do testamento. Neste caso, os beneficiários poderiam ser instituições religiosas ou beneficentes e pessoas mais necessitadas. Estes órgãos possuíam muitos recursos para investir que vinham de capelanias, obras pias e

---

<sup>278</sup> VON WOBESER, Gisela. *La formación de la hacienda en la época colonial*. El uso de la tierra y el agua. México, Universidad Nacional Autónoma de México, Instituto de Investigaciones Históricas, 1989, p. 64.

<sup>279</sup> SCHWARTZ, Stuart B. Brasil colonial: plantaciones y periferias, 1580 – 1750. In: BETHELL, Leslie (org.). *Historia de América Latina*, vol. 3, Editora Critica, Barcelona, p. 215.

testamentos. “Aunque el capital que administraban los juzgados pertenecía a las personas y a las instituciones a favor de quienes se habían fundado las obras pias, tenían libertad de manejarlo y llegaban a disponer de él como si fuera propio.”<sup>280</sup> O capital utilizado pelo Convento das Monjas era fruto de dotes pagos pelas noviças, doações recebidas, rendimentos de investimentos e obras pias administradas pela instituição, além de herança deixadas pelos fieis. Um fato interessante é que quando morria uma monja, seu patrimônio passava para o convento. “De esta manera, a lo largo de los años se dio una importante acumulación de capital en beneficio de los conventos, razón por la cual los más antiguos tenían una mejor situación económica que los más recientes.”<sup>281</sup>

A questão do crédito também foi abordada por Antonil, em *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. O jesuíta observou com ressalvas a expansão de créditos na economia açucareira, pois gerava uma série de tentativas fracassadas de se estabelecer novos engenhos. O inaciano advertiu que:

É para pasmar como hoje se atrevem tantos a levantar engenhocas, tanto que chegaram a ter algum número de escravos e acharam quem lhes emprestasse alguma quantidade de dinheiro para começar a tratar de uma obra de que não são capazes por falta de governo, e diligência; e muito mais por ficarem logo na primeira safra tão empenhados com dívidas, que na segunda ou terceira já se declaram perdidos.<sup>282</sup>

Para Antonil, a fonte de crédito de um senhor de engenho era o cumprimento de seus acordos e promessas, caso contrário:

Se ao tempo da frota não pagarem o que devem, não terão com que se aparelharem para a safra vindoura; nem se achará quem queira dar o seu dinheiro, ou fazenda, nas mãos de quem não há de pagar, ou tão tarde, ou com tanta dificuldade, que se arrisque a quebrar.<sup>283</sup>

Outra fonte desta pesquisa, *Instrucciones para los hermanos jesuitas administradores de haciendas*, também faz menção ao crédito, porém de maneira diferente. Para fazer um exercício de comparação entre as duas fontes citadas, neste assunto, é necessário que se leve em consideração o público leitor a quem se destinava cada um destes escritos.

<sup>280</sup> VON WOBESER, Gisela. El crédito eclesiástico en la Nueva España, siglo XVIII, p. 103.

<sup>281</sup> VON WOBESER, Gisela. El crédito eclesiástico en la Nueva España, siglo XVIII, p. 79.

<sup>282</sup> ANTONIL, André João. Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas, p. 09.

<sup>283</sup> ANTONIL, André João. Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas, p. 42.

No caso de *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*, Antonil escreveu para aqueles que desejavam se tornar senhores de engenho, religiosos ou não e, portanto, necessitavam de créditos para a safra do açúcar caso não fossem “homens de cabedal”. Por isso encontramos, na obra de Antonil, recomendações de pontualidade e compromisso com os acordos assumidos na ‘praça’. As *Instrucciones para los hermanos jesuitas administradores de haciendas*, estavam voltadas para religiosos, mais especificamente jesuítas, que, por ventura, administrariam as propriedades que pertenciam à Companhia de Jesus, se trata de um documento consultivo.

Na questão da tomada crédito existiu uma diferença significativa, entre as duas fontes, na forma de conseguir financiamentos para as necessidades das propriedades. As instituições eclesíásticas foram as principais financiadoras da produção agrícola colonial na América Latina, logo, o administrador presente na obra de Antonil, se não fosse religioso, recorreria a alguma instituição religiosa ou aos comerciantes para conseguir financiamento para sua empreitada. Já o administrador mencionado nas *Instrucciones*, por se tratar, obrigatoriamente, de um inaciano, em caso de necessidade de reposição, ou qualquer emergência para as *haciendas*, solicitava recursos à Procuradoria da Companhia,<sup>284</sup> órgão administrativo responsável pela interlocução entre os administradores e o poder central católico. Esta recomendação pode ser observada na seguinte instrução: “De estas yeguas y caballos de trilla tendrán los Administradores la provisión que fuere necesaria según la extensión de la hacienda en sus siembras y cosechas, pidiendo en la Procuraduría siempre que fuera menester nueva provisión.”<sup>285</sup>

Continuando a comparação entre as duas fontes, serão analisadas, no próximo capítulo, as diferenças e proximidades quanto à produção nas propriedades rurais jesuíticas.

---

<sup>284</sup> A função do padre procurador geral era fazer a comunicação entre os inacianos que estavam na colônia com os que se encontravam na metrópole, além da interlocução destes com a Coroa. Outras atribuições foram o provimento das províncias, a mando de seus superiores, de itens necessários para o sustento dos missionários e toda sua estrutura e emitir cartas que vinham de Roma para as colônias e vice versa. Este cargo surgiu devido às dificuldades que a Companhia estava tendo no processo de catequese na América espanhola, foi oficializado, para o caso espanhol, em 1574, através da expedição, em Roma, do ofício intitulado *El procurador de las Indias Occidentales*. Na América portuguesa também existiu o cargo de procurador geral com atribuições parecidas com as das colônias espanholas. JOAQUIM, Mariana Alliatti. *O ofício do procurador geral das missões e a formação de redes sociais da Companhia de Jesus nas missões do Grão Pará e Maranhão*. Oficina do Historiador, EDIPUCRS, Porto Alegre, 2014.

<sup>285</sup> *Instrucciones a los hermanos jesuítas administradores de hacienda: manuscrito mexicano del siglo XVIII*. Prólogos y notas de François Chevalier, México, UNAM/IIH, 1950, p. 113.

## Capítulo 4 – Alguns aspectos comparativos entre *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas* e as *Instrucciones para los hermanos jesuítas administradores de haciendas*.

### 4.1 – Questões administrativas e agropecuárias.

Os jesuítas “administraron sus posesiones directamente, mientras que otras órdenes optaron por arrendarlas.”<sup>286</sup> Para o sucesso administrativo alcançado por eles, em boa parte de suas propriedades espalhadas pela América Latina, um dos fatores determinantes foi “la estructura que crearon, jerarquizando la cadena de mando y respetándola con rectitud. Esto permitía delegar responsabilidades y asignar al encargado de la operación de cada unidad productiva.”<sup>287</sup>

A estrutura administrativa das propriedades rurais inicianas estava organizada em torno de dois grupos de religiosos: os que participavam de forma ‘indireta’, ou seja, não estavam ligados ao dia a dia produtivo das propriedades, são estes os padres Superior, Provinciais e os Reitores; e os que vivenciaram de forma ‘direta’ o funcionamento de uma propriedade rural, formado pelo padre Procurador, o Administrador e os *Mayordomos* ou Feitores, no caso da colônia de Portugal na América.<sup>288</sup>

Na pirâmide hierárquica da Companhia de Jesus, o topo era ocupado pelo padre Superior. Baseado em Roma, o Superior Geral era o encarregado de todos os assuntos referentes à Companhia e responsável pela defesa, nas esferas políticas, dos interesses da ordem religiosa. O padre Provincial era o responsável pela Companhia de Jesus nas províncias. Através de cartas e relatórios, o Provincial mantinha o Superior Geral, em Roma, informado sobre o que se passava com a ordem nas províncias. Vez por outra os Provinciais faziam visitas às propriedades rurais da Companhia e, quando necessário, faziam recomendações para a melhora na produtividade do local. Os Reitores eram responsáveis pelos colégios jesuítas construídos nas colônias e, conseqüentemente, responsáveis também pelas propriedades pertencentes a tais

<sup>286</sup> MÖRNER, Magnus. Economia rural e sociedade colonial nas possessões espanholas da América do Sul. In: BETHELL, Leslie (Org.). *História da América Latina*, vol. 3, Editora Crítica, Barcelona, 1990, p. 126.

<sup>287</sup> SALCEDO, Tarsicio Pastrana. Configuración territorial y sistemas productivos jesuitas en la Nueva España. *Revista Pos*, vol. 16, nº 26, dezembro, São Paulo, 2009, p. 118.

<sup>288</sup> MACEDO, César Solís. Los jesuitas en la economía novohispana: la administración del ingenio azucarero de Xamolonga en el siglo XVIII. Tesis de Licenciatura em Historia. Universidad Autónoma Del Estado de México. Facultad de Humanidades, agosto, Toluca – México, 2015.

colégios. Os padres Reitores estavam subordinados ao padre Provincial e a este enviavam relatórios sobre o funcionamento dos colégios.<sup>289</sup>

O padre Procurador desempenhava uma atividade de caráter burocrático e administrativo. Era o responsável pela supervisão dos aspectos econômicos das propriedades como: compras, vendas, arrendamentos, manutenções, etc. Além de fazer relatórios sobre a situação das propriedades, e entregá-los ao Reitor do colégio, o Procurador fazia inspeções nas *haciendas* e engenhos com o objetivo de detectar aspectos a serem melhorados. “O ofício também registra o trabalho de emissão de cartas e outros objetos que Roma, ou demais locais, precisassem enviar às províncias, assim como o trabalho inverso, de envio das províncias.”<sup>290</sup> Na hierarquia inaciana, os administradores eram responsáveis pela fiscalização diária do funcionamento das propriedades rurais. Estava sob sua responsabilidade, também, a distribuição dos recursos enviados pela Companhia para as propriedades e repassar, para os colégios jesuítas, a produção das mesmas. Os administradores estavam subordinados aos padres Reitores e a estes enviavam cartas com relatórios contendo informações sobre o que acontecia no campo. Na base da pirâmide hierárquica estavam os *Mayordomos* e Feitores. A eles cabia a tarefa de vistoriar o trabalho dos escravos e trabalhadores livres e relatar, ao administrador, tudo que acontecia no dia a dia da propriedade.

Na parte funcional, ou seja, nas etapas de produção, as propriedades jesuíticas utilizaram as mesmas técnicas e recursos que os produtores laicos. Os empreendimentos da Companhia de Jesus respeitaram as características produtivas das regiões em que se estabeleceram. “En ningún caso la Compañía asumió el papel de un empresario innovador sino que se contento sencillamente con insertarse en una situación establecida de antemano.”<sup>291</sup>

Um diferencial na forma de gerir seus complexos rurais foi na comercialização de seus produtos. No geral, o processo de venda de mercadorias era feito através dos comerciantes. Os grandes produtores passavam para os comerciantes a tarefa de vender seus produtos nos locais de comércio. No caso dos inacianos, a venda

<sup>289</sup> MACEDO, César Solís. Los jesuitas en la economía novohispana: la administración del ingenio azucarero de Xamolonga en el siglo XVIII.

<sup>290</sup> JOAQUIM, Mariana Alliatti. O ofício do Procurador Geral das missões e a formação de redes sociais da Companhia de Jesus nas missões do Grão-Pará e Maranhão. *Oficina do Historiador*, EDIPURS, Suplemento Especial, EPHIS/PUCRS. 27 A 29.05, Porto Alegre, 2014, p. 1820.

<sup>291</sup> COLMENARES, Germán. Los jesuitas: modelo de empresarios coloniales. *Boletín Cultural y Bibliográfico*, vol. 21, n. 2, Colômbia, 1984, p. 46.

era feita diretamente entre eles e os consumidores, sem a interferência dos comerciantes. “Las zonas jesuitas dominaran toda la cadena productiva, es decir, que producían materia prima, la procesaban, la transformaban y además la distribuían.”<sup>292</sup>

O interesse por bens materiais, desde que destinados exclusivamente para as instituições religiosas e para glorificar a Deus, e não para satisfazer interesses pessoais, não era visto como nocivo. Por conseguinte, o administrador das propriedades jesuíticas, sempre um inaciano, enxergava o lucro a partir do ponto de vista de uma ética católica, onde era permitida a compreensão de que todos os meios eram justos para o crescimento do patrimônio religioso e, conseqüentemente, a consolidação das bases para o domínio cristão do mundo.

Temente a Deus, as atividades eram vistas pelo religioso como parte de uma atitude grandiosa para o aumento da seara divina, sustento dos estudantes, e religiosos, construção de igrejas e capelas, obtenção de objetos para o culto fruto do trabalho nas terras jesuíticas.<sup>293</sup>

A forma com que os colégios controlavam os administradores de suas propriedades foi de extrema importância para o sistema produtivo. Além das visitas de inspeção realizadas pelos padres Provincial e Procurador da Companhia, havia um rígido controle contábil da propriedade feito através de livros onde eram anotadas as despesas e as receitas. “Por consiguiente, con respecto a la administración, una vez que un cierto número de administradores había comprobado su honradez y habilidad, el Colegio les concedía gran cantidad de independencia.”<sup>294</sup>

*Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas e Instrucciones para los hermanos jesuítas administradores de haciendas* descrevem, com riqueza de detalhes, todo o processo que envolveu a cultura da cana de açúcar. Do cultivo, formas de manutenção da plantação e colheita, até a extração do açúcar nos engenhos, passando pelas moendas: pelas caldeiras, onde o caldo da cana era fervido; pela casa de purgar, onde a água do caldo era eliminada restando apenas o açúcar, em bloco.

As obras escritas desde o fim do século XVI até o fim do século XVII eram meramente descritivas ou narrativas, sendo ocasionais e superficiais as informações relativas à agricultura. Ora, na primeira parte da sua obra,

---

<sup>292</sup> SALCEDO, Tarsicio Pastrana. Configuración territorial y sistemas productivos jesuitas en la Nueva España, p. 124.

<sup>293</sup> ASSUNÇÃO, Paulo de. Negócios jesuíticos: O cotidiano da Administração dos bens divinos, p. 258.

<sup>294</sup> RILEY, James Denson. Santa Lucía: desarrollo y administración de una hacienda jesuíta en el siglo XVIII, p. 250.

Antonil escreveu um autêntico tratado de economia agrícola aplicado, em particular, à cana de açúcar.<sup>295</sup>

“As terras boas ou más são o fundamento principal para ter o engenho real bom ou mau rendimento”<sup>296</sup>, assim Antonil abre o segundo livro referente à produção do açúcar, destacando a importância do solo para o cultivo da cana. O religioso estabeleceu uma “hierarquia” entre os tipos de terra destinados ao açúcar: as mais adequadas para o plantio seriam os massapés, seguido pela chamada terra vermelha, pouco resistente, e as terras areníticas, boas para a plantação de mandioca e legumes, porém inadequadas para a cana.

As *Instrucciones* abrem o capítulo sobre agricultura lembrando que o bom resultado produtivo das *haciendas* dependia dos cuidados com a terra. “Por eso aqui han de aplicar todo su esmero los administradores para conseguir el fin que pretende la Religión en ponerlos en las haciendas, que es lograr los frutos de las haciendas para el sustento de los religiosos, y alivio de sus colegios.”<sup>297</sup> A cultura do açúcar também fez parte do sistema produtivo no México, porém restrito ao mercado interno já que, à nível de exportação, o açúcar mexicano não competiu com o produzido na parte portuguesa da América e nas Antilhas. Segundo o manuscrito anônimo analisado, em seu capítulo XIII, nas *haciendas* destinadas à produção açucareira não poderiam ser cultivados outros tipos de produtos como o milho, trigo e feijão, por exemplo, a não ser que esta produção fosse feita “algunos pegujales pequeños de semillas necesarias para raciones y gasto de la hacienda, y esto con mucha moderación.”<sup>298</sup> O pensamento existente era de que qualquer produção paralela à cana de açúcar desviaria recursos e mão de obra destinada aos engenhos.

A transformação da cana em açúcar foi vista pelos jesuítas, em Antonil e no manuscrito mexicano, como um processo artístico. Na arte de produzir o açúcar, Antonil traçou um paralelo entre a política e o açúcar. Não adiantava, na vida política, ter dom natural sem um mestre que orientasse e ajudasse no aperfeiçoamento do político. O mesmo exemplo servia para o engenho de açúcar, não adiantava ter boas

---

<sup>295</sup> SILVA, André Mansuy Diniz. Introdução e comentário crítico. In: ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. Comissão Nacional para as comemorações dos descobrimentos portugueses, Lisboa, 2001, p. 26.

<sup>296</sup> ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*, p. 45.

<sup>297</sup> *Instrucciones a los hermanos jesuítas administradores de hacienda: manuscrito mexicano del siglo XVIII*, p. 137.

<sup>298</sup> *Instrucciones a los hermanos jesuítas administradores de hacienda: manuscrito mexicano del siglo XVIII*, p. 182.

terras sem estrutura e boa gestão da propriedade. Ele adverte: “E se não tiver gente para trabalhar e beneficiar as terras a seu tempo, será o mesmo que ter mato bravo com pouco ou nenhum rendimento.”<sup>299</sup> Também no documento que se refere à produção mexicana é possível encontrar uma passagem que orienta os administradores tratarem o açúcar como objeto de arte: “En la fábrica de azúcar, pongan todo cuidado que se labre con arte y con inteligencia.”<sup>300</sup>

Na Bahia, o período de plantação da cana variava de acordo com a localização da terra. Nos chamados outeiros, lugares altos, o período de chuva era determinante para o plantio, concentrava-se do final de fevereiro até o fim de maio. Nas várzeas, terras mais baixas, e por isso mais frescas e húmidas, além dos meses citados, a plantação se estendia durante os meses de julho, agosto e setembro. A safra da cana durava todo o ano, desde o plantio e colheita até a produção final do açúcar. O ritmo de trabalho era intenso. Nos engenhos do Brasil, a produção açucareira só era paralisada aos domingos e dias santos, por determinação da igreja, em caso de manutenção e limpeza dos equipamentos ou na falta de material para o funcionamento do engenho. Nas orientações passadas aos jesuítas administradores mexicanos, recomenda-se que o processo de feitura do açúcar deveria ocupar três dias da semana: quinta, sexta e sábado e, caso tenha muita cana para moer, seria destinado um quarto dia. Caso contrário, adverte o documento mexicano: “no sean indiscretos en las molindas, haciéndolas por 3 y 4 meses seguidos, que esto es rendir y enfermar la gente, matar muchos bueyes de tiro, y estropear las mulas cañeras: mejor es moler poco con interrupción.”<sup>301</sup>

Os diferentes tipos de terra e as variações climáticas faziam com que o responsável pela plantação não dispensasse a ajuda dos mais experientes, “aos quais ensinou muito o tempo e a experiência, perguntando tudo que se duvidar para obrar com acerto.”<sup>302</sup> Da mesma forma que Antonil orientou ao senhor de engenho que consultasse os mais experientes sobre os segredos da boa produção, o argumento mexicano segue a mesma linha: “Pregunten a los viejos del ingenio, y consulten a los labradores

<sup>299</sup> ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*, p. 46.

<sup>300</sup> Instrucciones a los hermanos jesuítas administradores de hacienda: manuscrito mexicano del siglo XVIII, p. 188.

<sup>301</sup> Instrucciones a los hermanos jesuítas administradores de hacienda: manuscrito mexicano del siglo XVIII, p. 183.

<sup>302</sup> ANTONIL, André João. *Cultura e opulência no Brasil por suas drogas e minas*, p. 49.

inteligentes en haciendas de azúcar, no sólo para la siembra, sino también para la fábrica del azúcar.”<sup>303</sup>

Outro componente importante para a produção açucareira, e não negligenciada por Antonil em sua análise, foi a madeira, fundamental na construção das moendas e toda a estrutura do engenho. Mais uma vez o Brasil mostrou-se privilegiado, pois aqui se encontravam madeiras de diferentes tipos e extrema qualidade.

O alimento do fogo é a lenha e só o Brasil, com a imensidade dos matos que tem, podia fartar, como fartou por tantos anos, e fartará nos tempos vindouros a tantas fornalhas quantas são as que se contam nos engenhos da Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro.<sup>304</sup>

Caso não tivesse lenha, a produção de açúcar era paralisada. Na safra 1651-1652, o engenho Sergipe do Conde ficou 12 dias parado devido à falta de madeira.<sup>305</sup> “A falta de lenha é uma das causas mais comuns do abandono de engenhos.”<sup>306</sup> Por isso a preocupação que Antonil teve com a quantidade de lenha estocada no engenho se repetiram com as *haciendas* mexicanas especializadas na produção do açúcar. A instrução 195 adverte: “Tengan cuidado de ir habitualmente comprando leña bien acondicionada y [de] amontonarla en un corral para que se seque al sol, y nunca pare la molienda por su falta.”<sup>307</sup>

Por se tratar de uma fonte escrita por um padre jesuíta, a moral cristã percorre toda a obra, sendo Deus tratado como figura central e criador de todas as coisas. Sobre o cultivo da cana de açúcar e todas as outras plantações, os principais inimigos viriam do céu em uma espécie de provação enviada por Deus aos seres da terra. Para Antonil: “Querendo Deus, com muita razão, que se armem contra nós os elementos por castigo de nossas culpas, ou para exercício da paciência, ou para que nós lembremos que ele é o autor e o conservador de todas as coisas e a ele recorremos em semelhantes apertos.”<sup>308</sup>

<sup>303</sup> Instrucciones a los hermanos jesuítas administradores de hacienda: manuscrito mexicano del siglo XVIII, p. 184.

<sup>304</sup> ANTONIL, André João. Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas, p. 70.

<sup>305</sup> Instituto do açúcar e do álcool. Documento para a história do açúcar. Engenho Sergipe do Conde - Livro de Contas (1622-1653). Vol. 2, Serviço Especial de Documentação Histórica, Rio de Janeiro, 1956.

<sup>306</sup> JUNIOR, Caio Prado. Formação do Brasil Contemporâneo: colônia, p. 130.

<sup>307</sup> Instrucciones a los hermanos jesuítas administradores de hacienda: manuscrito mexicano del siglo XVIII, p. 185.

<sup>308</sup> ANTONIL, André João. Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas, p. 50.

A mesma lógica se aplica às *Instrucciones para los hermanos jesuítas administradores de haciendas*. Os administradores deveriam dar atenção especial às capelas e ao culto divino nas propriedades para que não lhes faltasse a Providência divina. Neste sentido, “si ellos cuidaren bien de las capillas, Dios cuidará sus campos y multiplicará sus frutos según se lo pide la Iglesia a Dios en el día de Corpus.”<sup>309</sup> No caso dos inimigos da agricultura nas haciendas, além dos fenômenos da natureza, vindos do céu, tinham os animais, pragas e casos de furto da produção. Para os três últimos exemplos, a solução estava na intervenção humana, os próprios trabalhadores resolveriam os contratemplos. Já para os fenômenos naturais, e aí se tem o ponto em comum com Antonil, pedidos a Deus, através de orações e missas, seriam feitos com o intuito de não prejudicar a produção. No exemplo a seguir, a “solução” para o caso da seca:

Mande hacer en nuestra iglesia un novenario, como se acostumbra, y que en las letanías se añada la oración para pedir lluvia, y por el contrario, que en lugar de ella se diga la oración para pedir serenidad cuando las lluvias fueren tan abundantes que sean muy nocivas a los sembrados.<sup>310</sup>

Nas duas fontes utilizadas neste capítulo, e não poderia ser de outra forma, por se tratar de atividades agrícolas, a boa utilização da terra, de maneira a estender sua vida útil, se mostra essencial para o bom produtor. Em Antonil: “A advertência do bom lavrador consiste em plantar de tal sorte, sucessivamente a cana, que, cortando-se a velha para a moenda, fique a nova em pé para a safra vindoura.”<sup>311</sup> Nas *Instrucciones* recomenda-se discrição no processo de colheita da cana para que se tenha, durante todo o ano, produto para moer. Este mecanismo se chama “soca”, expressão encontrada nas duas fontes pesquisadas que consiste no controle e ordenação do plantio da cana de modo que, no momento da colheita, se retire as mais velhas primeiro, como bem explicou Antonil anteriormente.

Antonil foi um defensor e entusiasta da produção açucareira e suas observações, feitas no engenho Sergipe do Conde, permitiram que o inaciano acompanhasse o passo a passo de todo o processo de cultura do açúcar: da plantação até

---

<sup>309</sup> Instrucciones a los hermanos jesuítas administradores de hacienda: manuscrito mexicano del siglo XVIII, p. 86.

<sup>310</sup> Instrucciones a los hermanos jesuítas administradores de hacienda: manuscrito mexicano del siglo XVIII, p. 155-156.

<sup>311</sup> ANTONIL, André João. Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas, p. 49.

chegar às mesas. Outro ponto que merece destaque é o fato de Antonil interpretar o açúcar como um produto agregador da sociedade colonial, ou como o próprio descreve:

Sempre doce e vencedor de amarguras, vai dar gosto ao paladar dos seus inimigos nos banquetes, saúde nas mesinhas aos enfermos, e grande lucro ao senhor de engenho e aos lavradores, que perseguiram, e aos mercadores que o compraram e o levaram degradado nos portos e maiores emolumentos à Fazenda Real nas alfândegas.<sup>312</sup>

A fonte novo-hispana é um documento voltado para a administração das várias haciendas pertencentes aos jesuítas no México. Estas propriedades possuíam culturas variadas que, interligadas, foram responsáveis pelo sustento dos colégios da ordem, tanto no fornecimento de produtos quanto na venda para o mercado. Existiam, por exemplo, haciendas que possuíam estrutura para moer grãos, produzir farinha que, além de vendida, abastecia o dia a dia das propriedades. A instrução 219 recomenda que:

Donde hubiere molinos de agua para moler los trigos propios de nuestras haciendas, costearán la paga de los sirvientes del molino con el precio de las maquilas de los trigos ajenos que llevaren allí a moler. Y si algo sobrare, lo aplicarán al avío ordinario de la hacienda.<sup>313</sup>

O que quero dizer é que, no caso novo-hispano, não houve um modelo específico de *hacienda* como exemplo para a elaboração das *Instrucciones*. A dedicação a outros cultivos foi uma prática comum no período colonial e com os jesuítas não foi diferente. “Mediante as dificuldades, era vital que os administradores adequassem a produção a obter novos produtos.”<sup>314</sup>

O engenho Sergipe do Conde, local de observação de Antonil para a elaboração de sua obra, foi fundado no século XVI e pertenceu ao governados Mem de Sá.<sup>315</sup> Após a sua morte, em 1572, a posse do engenho passa para as mãos de sua filha, D. Filipa, casada com o Conde de Linhares, por isso o nome Conde aparece na identificação do engenho.<sup>316</sup> Com a morte da filha de Mem de Sá e um longo imbróglio

<sup>312</sup> ANTONIL, André João. Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas, p. 116.

<sup>313</sup> Instrucciones a los hermanos jesuítas administradores de hacienda: manuscrito mexicano del siglo XVIII, p. 200.

<sup>314</sup> ASSUNÇÃO, Paulo de. Negócios jesuíticos: O cotidiano da Administração dos bens divinos, p. 343.

<sup>315</sup> Mem de Sá foi governador geral do Brasil no período de 1558 a 1572. Entre seus feitos estão: criação de leis para proteger índios catequizados e cristianizados, apoiou os jesuítas na criação de missões voadas para a catequização de índios, estimulou a vinda de mão de obra escrava africana para os engenhos de açúcar do Nordeste e organizou, em 1559, uma esquadra para combater e expulsar os franceses do litoral do Rio de Janeiro.

<sup>316</sup> O nome original era Engenho Sergipe, após um incêndio o Conde de Linhares, marido de D. Filipa, reconstruiu o engenho rebatizando-o como Engenho Sergipe do Conde.

judicial, devido às diferenças nos testamentos de pai e filha, a posse do engenho passou para os jesuítas no século XVII.<sup>317</sup> O exemplo do engenho Sergipe do Conde nos serve para analisar um traço marcante da economia açucareira no Brasil, o envolvimento de religiosos na aquisição de propriedades rurais, forma encontrada para a manutenção do projeto missionário e de toda a estrutura envolvida.

Apesar de inicialmente relutantes em se engajar na agricultura de plantação, especialmente com emprego de mão de obra escrava, tendo em vista a possível contradição com seus votos de pobreza e caridade cristã, os jesuítas vieram a constatar no início do século XVII que a agricultura e a criação de gado podiam representar uma base econômica para suas atividades missionárias e educativas.<sup>318</sup>

Outro setor produtivo que foi importante para o funcionamento da economia colonial, e também mencionado por Antonil em sua obra, foi a pecuária. Para os animais, Antonil sugeriu que o melhor pasto é o que possui grama, “parte em outeiro e parte em várzea, porque desta sorte em todo o tempo ou em uma, ou em outra parte os bois e as bestas acharão o que comer.”<sup>319</sup> O melhor dos cenários para os engenhos de açúcar era que todos pudessem dispor destas terras, mas:

Nem todos os engenhos podem ter essa dita, antes nenhum achará a quem não falte alguma destas coisas. Porque os que estão a beira mar, comumente, faltam roças e a lenha, e aos que estão pela terra dentro, faltam outras muitas conveniências que tem os que estão a beira mar no recôncavo.<sup>320</sup>

Observando as áreas voltadas para a criação de animais, Antonil descreveu a grande extensão de terras utilizadas como pasto para o gado. Estas terras se localizam próximas a rios e são descritas pelo jesuíta no sentido Norte - Sul. Na Bahia, por exemplo, “estende-se do sertão da Bahia até a barra do Rio São Francisco.”<sup>321</sup> Em Pernambuco o número de currais é maior que na Bahia, “e posto que sejam muitos os currais da parte da Bahia, chegam a muito maior número os de Pernambuco, cujo sertão

<sup>317</sup> De acordo com o testamento de D. Filipa, o engenho passaria às mãos do Colégio Santo Antônio de Lisboa. Este testamento foi contestado, devido a uma cláusula existente no testamento de Mém de Sá, por três entidades: a Misericórdia da Bahia, o Colégio Jesuíta da Bahia e o Provincial dos Jesuítas, este falando em nome dos pobres. Após algumas décadas, a Misericórdia da Bahia e o Provincial dos Jesuítas receberam indenizações passando a administração do engenho ao Colégio Jesuíta da Bahia e o Colégio Santo Antônio de Lisboa, cada um com uma parte do engenho.

<sup>318</sup> SCHWARTZ, Stuart. O Nordeste açucareiro no Brasil colonial. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). *O Brasil colonial*, vol. 2, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2016, p. 289.

<sup>319</sup> ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*, p. 45.

<sup>320</sup> ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*, p. 46.

<sup>321</sup> ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*, p. 197.

se estende pela costa desde a cidade de Olinda até o Rio São Francisco.”<sup>322</sup> Descendo pelo litoral brasileiro:

A parte do Brasil que tem menos gado é o Rio de Janeiro porque têm currais somente nos campos de Santa Cruz, distante quatorze léguas da cidade, nos campos novos do rio de São João, distantes trinta e nos Goytacazes, distantes oitenta léguas. Em todos esses campos não passam de sessenta mil as cabeças de gado que neles pastam.<sup>323</sup>

A criação de gado foi prática comum em boa parte da América colonial. No caso da colônia portuguesa, além de meio de transporte, os animais tiveram importância no mercado interno e externo. O couro, por exemplo, foi componente fundamental na preparação do tabaco que era exportado. “Para que se faça justo conceito das boiadas que se tiram cada ano dos currais do Brasil, basta advertir que todos os rolos de tabaco que se embarçam para qualquer parte, vão encourados.”<sup>324</sup> Outra serventia do couro era a exportação, “vão cada ano da Bahia para o reino até cinquenta mil meios de sola, de Pernambuco quarenta mil e do Rio de Janeiro até vinte mil meios de sola.”<sup>325</sup> A carne e as outras partes do boi foram de extrema serventia para o abastecimento do mercado interno:

Não somente a cidade, mas a maior parte dos moradores do recôncavo mais abundantes se sustenta nos dias não proibidos da carne do açougue e da que se vende nas freguesias e vilas, e que comumente os negros, que são um número muito grande nas cidades, vivem de fressuras, bofes, tripas, sangue e mais fatos dos rezes e que, no sertão mais alto, a carne e o leite é o ordinário mantimento de todos.<sup>326</sup>

A utilização natural que se fez do gado no período colonial foi como meio de transporte, os chamados “carros de boi”. Transporte este que foi necessário para os lavradores de cana, tabaco, mandioca e lenha, por exemplo. Antonil alertou para alguns cuidados indispensáveis ao transporte feito pelos animais, já que “conduzir a cana por terra em tempos de chuva e lamas, é querer matar muitos bois, particularmente se vieram de outra parte magros e fracos, estranhando o pasto novo e o trabalho.”<sup>327</sup> Outro ponto importante alertado pelo religioso foi a preparação e adaptação dos bois para a execução do transporte de carga.

Por isso os bois que vêm do Sertão cansados e maltratados no caminho para bem não se hão de por no carro, senão depois de estarem, pelo

<sup>322</sup> ANTONIL, André João. Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas, p. 198.

<sup>323</sup> ANTONIL, André João. Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas, p. 198.

<sup>324</sup> ANTONIL, André João. Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas, p. 201.

<sup>325</sup> ANTONIL, André João. Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas, p. 201.

<sup>326</sup> ANTONIL, André João. Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas, p. 201.

<sup>327</sup> ANTONIL, André João. Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas, p. 54.

menos, ano e meio no pasto novo e de se acostumarem, pouco a pouco, ao pasto novo e de se acostumarem, pouco a pouco, ao trabalho mais leve.<sup>328</sup>

Nas propriedades agrícolas, as figuras do boi e do cavalo foram de extrema importância para seu funcionamento. Nas *haciendas* mexicanas foram usados para arar a terra, puxar os carros com mercadorias, no caso dos bois e, debulhar alguns produtos e meio de transporte, para os cavalos. Se Antonil alertou para os cuidados que o senhor de engenhos deveria ter com o uso dos animais, naturalmente preocupado com o processo produtivo dos engenhos no Brasil, a fonte mexicana também menciona alguns aspectos referentes ao gado. Ao boi cabia o trabalho mais pesado e a preocupação com a renovação da boiada era constante. “Todos los años tendrán cuidado de renovar la boyada entresacando los viejos que ya no pueden trabajar.”<sup>329</sup> Os animais retirados do trabalho diário eram negociados com comerciantes locais<sup>330</sup> que aproveitavam a pele e a carne bovina.

As *haciendas* deveriam possuir sua própria criação bovina, pois, “éstos, como criados en la tierra y connaturalizados a ella, salen siempre mejores bueyes que los toros extraños.”<sup>331</sup> Para Antonil, nas áreas próximas ao engenho, deveria ter “um ou dois currais onde se metam os bois para comerem os talos de cana, e para estarem perto do serviço dos carros.”<sup>332</sup> Nos arredores do engenho andavam a chamada “criação miúda”, ou seja, aves e outras espécies. No manuscrito, um dos cuidados principais que os administradores deveriam ter, no que diz respeito aos animais e da mesma forma que expressou Antonil, era com as áreas destinadas ao pasto e alimentação dos animais porque “si no comen se enflaquecen, no trabajan y se mueren.”<sup>333</sup> Nestas *haciendas* dois tipos de pasto eram destinados aos bois e cavalos: o natural, em áreas não cultivadas onde a grama e outras plantas que cresciam serviam de alimento; e o oriundo das sobras da colheita. Após a colheita do trigo, cevada e milho, por exemplo, o caule e as folhas que sobravam eram ofertadas como alimento para o gado. Foi tão importante a questão

<sup>328</sup> ANTONIL, André João. Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas, p. 55.

<sup>329</sup> Instrucciones a los hermanos jesuítas administradores de hacienda: manuscrito mexicano del siglo XVIII, p. 110.

<sup>330</sup> Estes comerciantes, os açougueiros, estavam submetidos ao controle de uma única pessoa, ou seja, um monopólio, concedido através de leilões públicos onde, obviamente, ganhavam os que ofereciam as melhores condições de negócio.

<sup>331</sup> Instrucciones a los hermanos jesuítas administradores de hacienda: manuscrito mexicano del siglo XVIII, p. 112.

<sup>332</sup> ANTONIL, André João. Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas, p.

<sup>333</sup> Instrucciones a los hermanos jesuítas administradores de hacienda: manuscrito mexicano del siglo XVIII, p. 117.

dos animais, que a instrução 228 orienta aos administradores que presenciassem o processo de abate do gado e retirada da lã, contudo:

Tendrán sobrestantes fieles y vigilantes que asistan a las operaciones de una y otra en los días que durare, y que velen sobre los indios para que no hurten, porque estas tres cosas, sebo, lana y carne, los provocan mucho al hurto, y para hacerlo son ingeniosísimos.<sup>334</sup>

A importância da lã era para a produção dos tecidos utilizados pelos trabalhadores e a vestimenta era fabricada nas próprias haciendas na produção têxtil. A instrução 218 alerta: “Pongan todo cuidado en que los paños que se tejieren para vestuarios de los nuestros sean de las mejores lanas, y que se les dé un tinte permanente, y que el tejido sea bien hecho, porque de él depende mayor duración.”<sup>335</sup>

Em algumas regiões, a pecuária se tornou mais vantajosa para os inicianos do que a própria cultura da cana de açúcar, pois a criação de animais não exigia uma quantidade de capital e mão de obra elevada e a sua manutenção não requeria, por parte dos criadores, altos investimentos. No Brasil, “o movimento de expansão da atividade pecuarista, no século XVII, pode ser percebido nas fazendas localizadas na região da Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro.”<sup>336</sup>

#### 4.2 – A questão da mineração.

O período de elaboração do escrito de Antonil se deu na passagem do século XVII para o século XVIII, época das descobertas das minas de ouro na região central da colônia. Para o manuscrito mexicano, cuja redação se deu no século XVIII, o momento era de auge na exploração da prata no México e consolidação das *haciendas*, combinada com a elevada oferta de mão de obra, devido ao crescimento da população colonial, e mercúrio, que, a título de comparação, tinha a mesma importância que a lenha na produção do açúcar. Essa diferença de contexto se refletiu na abordagem, ou não, da questão mineradora para as atividades específicas de cada fonte.

Os reflexos do ouro na produção do açúcar foram nítidos, acarretando o aumento dos preços das matérias primas utilizadas nos engenhos e, conseqüentemente,

<sup>334</sup> Instrucciones a los hermanos jesuítas administradores de hacienda: manuscrito mexicano del siglo XVIII, p. 207.

<sup>335</sup> Instrucciones a los hermanos jesuítas administradores de hacienda: manuscrito mexicano del siglo XVIII, p. 199.

<sup>336</sup> ASSUNÇÃO, Paulo de. Negócios jesuíticos: O cotidiano da Administração dos bens divinos, p. 337.

aumento no preço final do açúcar. Para Antonil: “A principal causa de haver subido o preço do açúcar, depois de haver moeda provincial e nacional, e depois de descobertas as minas de ouro, que serviram para enriquecer poucos e para destruir a muitos.”<sup>337</sup> O jesuíta defendeu o equilíbrio entre os preços das matérias primas e o açúcar produzido, ou seja, “se reduzirem os preços das coisas que vem do reino e dos escravos que vem da Angola e Costa da Guiné a uma moderação competente, poderão tornar o açúcar ao preço moderado.”<sup>338</sup> O reajustamento nos preços traria aos senhores de engenho e mercadores, no processo de compra e venda de açúcar, “um ganho digno de ser estimado.”<sup>339</sup>

O capítulo voltado para a mineração na obra de Antonil foi influenciado pelas transformações na sociedade desencadeadas pela corrida desenfreada do enriquecimento. “Para Antonil, o Brasil relevante era basicamente o do açúcar, e para este o contexto econômico e político dos anos finais da década de 1700 era realmente desalentador.”<sup>340</sup> O inaciano foi crítico do período minerador, pois além da desorganização social e crise da moralidade, a busca incessante pelo ouro ocasionou o aumento no valor dos produtos e da mão de obra escrava, mencionados anteriormente, situação extremamente prejudicial para o setor açucareiro.

O lugar das minas apresentava uma natureza estranha e estéril, onde a mistura de pessoas de condições sociais distintas, a falta de organização social, o desrespeito a hierarquia do corpo místico, a “sede do ouro” e a ausência de governo eram preponderante.<sup>341</sup>

Fazendo uma contraposição à opinião de Antonil sobre a mineração, temos a perspectiva de outro jesuíta italiano chamado Luigi Vincenzo Mamiani<sup>342</sup>. De perfil pragmático, capaz de harmonizar economia e religião, Mamiani desembarcou na América portuguesa em 1684, três anos após a chegada de Antonil e, assim como seu

<sup>337</sup> ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*, p. 106.

<sup>338</sup> ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*, p. 107.

<sup>339</sup> ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*, p. 107.

<sup>340</sup> ANDRADE, Francisco Eduardo de. A natureza e a gênese das Minas do Sul nos livros de André João Antonil e Sebastião da Rocha Pita. *Revista Brasileira de História*. Vol. 26, nº51, São Paulo, 2006, p. 178-179.

<sup>341</sup> SANTOS, Bruna Rodrigues dos. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas: a relação entre agricultura e mineração na construção da obra de João Antônio Andreoni (século XVIII)*. Dissertação de Mestrado. UFRRJ – Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Seropédica – Rio de Janeiro, 2015, p. 86.

<sup>342</sup> Luigi Vincenzo Mamiani Della Rovere nasceu em 1652, em Pésaro. Ingressou na Companhia de Jesus aos 16 anos, em 1668. Veio para o Brasil com o objetivo de missionar na província do Maranhão, mas não foi, permanecendo boa parte do tempo em que esteve no Brasil na Bahia, onde conviveu com os índios Quiriri. Retornou para a Itália em 1701, prestando serviço ao Brasil e a Portugal, que foi Procurador em 1723, em Roma. Faleceu em 1730, também em Roma.

conterrâneo, vivenciou todo o período de descoberta do ouro e seu impacto na rotina dos engenhos.

Tendo exercido o cargo de padre Visitador no colégio de São Paulo, Mamiani, diferentemente de Antonil, defendeu a participação dos jesuítas na mineração, pois, via uma oportunidade da maior participação do colégio no circuito comercial do ouro. Em defesa de seu posicionamento, já que a Companhia de Jesus era contrária ao envolvimento de seus padres na mineração, Mamiani alegou que: “A quantidade de metais preciosos disponíveis para extração nas minas era imensa e de simples acesso, o bastante para enriquecer a todos que o quisessem, sem resultar no privilégio de alguém em detrimento de outros, causando emulação e inveja.”<sup>343</sup>

A busca pelo ouro reuniu todas as esferas sociais existentes na colônia. “A mistura é de toda condição de pessoas: homens e mulheres, moços e velhos, pobres e ricos, nobres e plebeus, seculares clérigos e religiosos de diversos institutos, muitos dos quais não têm no Brasil convento, nem casa.”<sup>344</sup> O padre Antonil chamou a atenção para a necessidade de ordenamentos, na esfera temporal: “Não há ministros, nem justiças que tratem ou possam tratar do castigo, dos crimes, que não são poucos, principalmente dos homicídios e furtos.”<sup>345</sup> E na esfera espiritual: “Havendo até agora dúvidas entre os prelados a cerca da jurisdição, os mandados de uma e outra parte, ou como curas, ou como visitantes se acharam bastante embaraçados.”<sup>346</sup> Na esfera temporal, houve tentativas da Coroa portuguesa em afirmar seu poder na região das minas através da criação das vilas e comarcas. “A Coroa pretendia utilizar a rede administrativa em nível local para controlar a instabilidade social e política presente na região desde os descobertos.”<sup>347</sup>

A produção do ouro não beneficiou apenas àqueles envolvidos diretamente na exploração das zonas de mineração, mas permitiu que se criasse uma rede de pequenos comerciantes que girava em torno do metal precioso. O mesmo quadro se apresentou nas colônias espanholas, sobretudo na exploração da prata no México do século XVIII.

---

<sup>343</sup> VELLOSO, Gustavo; ZERON, Carlos Alberto de Moura Ribeiro. Economia Cristã e religiosa política: o “Memorial sobre o governo temporal do colégio de São Paulo”, de Luigi Vincenzo Mamiani. *História Unisinos*, vol. 19, nº 2, maio/agosto. Rio Grande do Sul, 2015, p. 127.

<sup>344</sup> ANTONIL, André João. Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas, p. 149.

<sup>345</sup> ANTONIL, André João. Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas, p. 149.

<sup>346</sup> ANTONIL, André João. Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas, p. 150.

<sup>347</sup> CHAVES, Edneila Rodrigues. Criação de vilas em Minas Gerais no início do regime monárquico: a região norte. *Varia Historia*. Vol. 29, nº51, set./dez., Belo Horizonte, 2013, p. 825.

Também como vender coisas comestíveis, aguardente e garapas, muitos em breve tempo acumularam quantidade considerável de ouro. Porque como os negros e os índios escondem bastante oitavas quando catam nos ribeiros e nos dias santos, e nas últimas horas do dia tiram ouro para si. A maior parte desse ouro se gasta em comer e beber, e insensivelmente da aos vendedores grande lucro.<sup>348</sup>

O ouro se transformou também em uma importante fonte de receitas para a Coroa, assim como o açúcar havia sido nos séculos anteriores. Por terem sido descobertas na colônia, consideravam-se as minas de ouro um patrimônio real, e da mesma justa a cobrança de tributos para os gastos do reino. “Porque se faz como um contrato entre El-Rei e seus vassallos para que El-Rei os governe e os súditos os sustentem com pensões e tributos.”<sup>349</sup> A quinta parte de todo ouro produzido no Brasil pertenceria a Coroa, a tentativa de burlar esse imposto era punida com a perda da propriedade e o degredo.

E para segurar que se lhe pagasse o dito quinto, mandou que os ditos metais se marcassem e que se não pudessem vender antes de serem quintados, nem fora do reino sob pena de perder a fazenda e de degredo por dez anos para o Brasil.<sup>350</sup>

Fazendo um comparativo entre a interpretação dada por Antonil ao açúcar e ao ouro, observa-se que o açúcar foi visto pelo jesuíta como um elemento agregador da sociedade, o mesmo não aconteceu com o ouro. O ouro, pelo contrário, despertou a cobiça e a busca pelo enriquecimento destruindo a sociedade de forma social e moral. “Convidou a fama das minas tão abundantes no Brasil homens de toda casta e de todas as partes: uns de cabedal e outros vadios.”<sup>351</sup> Um exemplo da degradação moral da sociedade colonial citada pelo inaciano foi o fato de muitas negras, em busca de ouro, terem se envolvido com exploradores em troca do metal. “Salvo o que se gasta em cordões, arcadas e outros brincos dos quais se veem hoje carregadas as mulatas de mal viver e as negras, muito mais que as senhoras.”<sup>352</sup> A produção e busca pelo ouro desagregaram a sociedade a tal ponto que até eclesiásticos se viram envolvidos.

E até os bispos e prelados de algumas religiões sentem sumamente o não fazer conta alguma das censuras para reduzir, aos seus bispados e conventos, não poucos clérigos e religiosos que escandalosamente por lá andam ou apóstatas, ou fugitivos.<sup>353</sup>

<sup>348</sup> ANTONIL, André João. Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas, p. 159.

<sup>349</sup> ANTONIL, André João. Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas, p. 169.

<sup>350</sup> ANTONIL, André João. Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas, p. 161.

<sup>351</sup> ANTONIL, André João. Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas, p. 194.

<sup>352</sup> ANTONIL, André João. Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas, p. 195.

<sup>353</sup> ANTONIL, André João. Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas, p. 195.

No século XVIII o ouro foi o principal produto da economia colonial, as áreas de produção auríferas demandavam um grande número de mão de obra e mantimentos, causando aumento nos preços e desequilíbrio no abastecimento das áreas de produção mais tradicionais como o açúcar e o tabaco, por exemplo.

O irem também as minas os melhores gêneros de tudo o que se pode desejar foi causa que crescessem de tal sorte os preços de tudo o que se vende, que os senhores de engenhos e os lavradores se achem grandemente empenhados e que, por falta de negros, não possam tratar do açúcar, nem do tabaco como faziam folgadoamente nos tempos passados, que eram as verdadeiras minas do Brasil e de Portugal.<sup>354</sup>

Antonil foi preciso ao diagnosticar o primeiro impacto da mineração na economia colonial, o aumento dos preços. “Uma análise sistemática do comportamento dos preços na passagem do século XVII para o seguinte confirma essa elevação, a começar pelo preço do escravo, valor esse de importância fundamental numa sociedade escravista.”<sup>355</sup> O mesmo aconteceu com os alimentos. No entanto, se os preços subiram nas primeiras décadas do XVIII, se estabilizaram no correr do século. O aumento no preço dos escravos, por exemplo, se deu muito em função da enorme demanda, mas não só para as regiões mineradoras. “Era também resultado da própria utilização do ouro nos circuitos negreiros. Em outras palavras, o ouro criava ou estimulava a expansão da oferta de cativos no litoral africano.”<sup>356</sup> Apesar de Antonil ter observado o aumento do preço da mão de obra escrava no período da exploração do ouro, cabe aqui mencionar que este aumento de preço já tinha sido observado em meados do século XVII, com a crescente demanda de escravos africanos que iam para região das Antilhas trabalharem nos engenhos de açúcar.

Após a exposição do pensamento de Antonil sobre a mineração, chegou a hora relacioná-lo com as *Instrucciones para los hermanos jesuitas administradores de haciendas*. O manuscrito mexicano não faz menção à exploração de metais, ao contrário do jesuíta italiano que além de crítico, reservou um capítulo inteiro para a mineração e seus reflexos sobre a sociedade colonial. A meu ver, cabem duas interpretações sobre a diferença de tratamento do tema nas fontes retratadas neste capítulo.

<sup>354</sup> ANTONIL, André João. Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas, p. 195.

<sup>355</sup> SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. A curva do tempo: as transformações na economia e na sociedade do Estado do Brasil no século XVIII. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). *O Brasil colonial*, vol. 3, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1990, p. 253.

<sup>356</sup> SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. A curva do tempo: as transformações na economia e na sociedade do Estado do Brasil no século XVIII, p. 255.

A primeira se explica através do contexto histórico. Na fase inicial da colonização na América, Portugal e Espanha, respectivamente, encontraram as bases para a manutenção dos empreendimentos coloniais na produção de cana de açúcar e na extração de metais preciosos.

A estrutura econômica que vai subsidiar a Espanha é a mineração, enquanto no caso português a mesma não se deu a princípio, primeiramente porque metais preciosos não foram encontrados próximo da costa litorânea e segundo que nem índios, nem portugueses tinham conhecimento da atividade mineira.<sup>357</sup>

A exploração da prata no México, por exemplo, se deu a partir do século XVI, “a Nova Espanha havia começado a revelar seus depósitos de prata por volta de 1530, em Sultepec e em Zumpango, perto da Cidade do México.”<sup>358</sup> Os grandes latifúndios e, posteriormente, as *haciendas* surgiram com o objetivo de abastecer, devido à maior demanda, o mercado interno de produtos, inclusive as áreas mineradoras. Neste caso, *haciendas* e mineração se complementavam e para os jesuítas, proprietários de muitas delas, foi a garantia de recursos para a sobrevivência dos seus colégios.

Na colônia portuguesa, a descoberta do ouro se deu entre os séculos XVII e XVIII, momento em que o açúcar, que tinha sido o principal produto exportador da colônia por décadas, estava em crise. O ouro passou a ser a salvação da Coroa relegando, a segundo plano, o açúcar. Os engenhos, diferente das *haciendas*, não surgiram com o intuito de abastecer as áreas de mineração, apesar de no Brasil também ter tido uma série de serviços que se desenvolveram em prol das minas auríferas. Os engenhos tinham sua produção voltada para a exportação, como o caso do açúcar, e a Companhia de Jesus esteve diretamente envolvida neste processo possuindo os engenhos mais estruturados, como o caso do Sergipe do Conde. O foco econômico voltado para o ouro fez com que os engenhos tivessem suas atividades prejudicadas em virtude do aumento de produtos e mão de obra. É normal que Antonil tenha adotado a postura de crítico, quanto aos aspectos econômicos e morais da mineração, tendo em vista que ele era jesuíta e, naturalmente, envolvido na produção do açúcar. Na situação brasileira, diferente das colônias espanholas, a atividade da mineração e os engenhos, em especial, foram conflitantes.

---

<sup>357</sup> ALEXANDRE, Maria Lúcia Bezerra da Silva. De Potosí a Ouro Preto: um esboço comparativo. In: GARCIA, Graciela Bonassa (Org.). *Perspectivas históricas de uma mesma América*, UFRRJ, 2009, p. 11.

<sup>358</sup> ALEXANDRE, Maria Lúcia Bezerra da Silva. De Potosí a Ouro Preto: um esboço comparativo, p. 08.

Apesar do cenário desfavorável aos produtores de açúcar e as inúmeras críticas feitas pelo jesuíta Antonil, a Companhia de Jesus soube aproveitar, no caso de alguns colégios, a desvalorização dos engenhos. A alta nos preços da mão de obra e dos insumos provocou o abandono de alguns engenhos, possibilitando o acesso a terra para aqueles que concentraram seus investimentos nas propriedades rurais, caso da Companhia de Jesus. Por não terem, de forma institucional, se envolvido na mineração, os jesuítas buscaram a melhoria administrativa nas propriedades já existentes e nas aquisições posteriores.

Colegios que en el siglo XVII no habían tenido ingenios, los construyeron o heredaron a lo largo del setecientos experimentando un espectacular crecimiento económico. Este fue el caso del colegio de Santiago del Espíritu Santo, ubicado en la capitanía de Río de Janeiro, donde una acertada política de adquisición de tierras combinada con grandes inversiones en la construcción de obras hidráulicas y en la compra de esclavos triplicó los ingresos del colegio en menos de veinticinco años. Similar fue el caso del colegio de Río de Janeiro, donde los cañaverales del ingenio Velho fueron incrementados con los del más tardíamente construido ingenio Novo, produciendo ambas plantaciones en la década de 1730 alrededor de 5.600 arrobas.<sup>359</sup>

A segunda interpretação é referente à estrutura das obras em si. O manuscrito mexicano é uma espécie de “documento institucional”, estritamente objetivo, um modelo típico de manual, onde o único direcionamento é orientar àqueles que administrariam as propriedades da Companhia. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*, obra de Antonil, não é, no sentido estrito do termo, um manual em sua íntegra. Apesar de trazer algumas instruções para os que aspiravam ser senhores de engenho, o escrito também abre espaço para reflexões, do próprio inaciano, a respeito das conjunturas sociais, econômicas e políticas da época. Trata de forma ampla os acontecimentos mais importantes do período em que esteve no Brasil.

---

<sup>359</sup> CODES, Rosa María Martínez de. Los jesuítas brasileños y la agricultura de la caña entre la economía profana y la finalidad misional, p. 81.

## Considerações Finais

Apesar de terem sido instalados em colônias com administrações distintas, portuguesa e espanhola, os colégios jesuítas tiveram as mesmas motivações para sua criação e as mesmas funções atribuídas a cada um deles.<sup>360</sup> Embora o tema tenha gerado intensos debates na Companhia de Jesus, os jesuítas que vieram para a América colonial, especificamente para a colônia portuguesa e a região da Nova Espanha, não tinham, entre suas intenções iniciais, tornarem-se proprietários de imóveis e, muito menos, de escravos.

Porém, as dificuldades encontradas nas colônias e a necessidade de construir uma base econômica para financiar suas ações missionárias fizeram com que a Companhia de Jesus acabasse adotando as mesmas práticas que os outros colonizadores tiveram no seu tempo. “O conflito entre cultivar a humilde obediência aos superiores e o hábito do senhorio privado pareceram incompatíveis aos religiosos. Ao mesmo tempo, acreditavam ser impossível sustentar as casas, colégios e outras dependências sem o uso do braço escravo.”<sup>361</sup>

Não obstante o envolvimento dos jesuítas com a escravidão africana não tenha sido consenso no interior da Companhia, boa parte de seus integrantes a consideraram útil e necessária. O padre Baltasar Barreira<sup>362</sup> alegou que através do tráfico negreiro, “o continente africano foi integrado à economia mundial, saindo do isolamento em que se encontrava até então.”<sup>363</sup> A desestruturação deste tráfico provocaria um colapso na rede de comercial montada pelos europeus, além de condenar os negros ao eterno paganismo, pois, tirar-lhes-ia a “chance” de salvar suas almas, através da catequese.

A concepção da Companhia de Jesus era de que as atividades econômicas e, conseqüentemente, a posse de escravos, nas quais a Companhia se envolveu, estavam à serviço de Deus, ou seja, estavam envoltas de um objetivo maior, as atividades

<sup>360</sup> FLECK, Eliane C. Deckmann; AMANTINO, Márcia. Uma só ordem religiosa, duas coroas: os colégios da Companhia de Jesus do Rio de Janeiro e de Córdoba (séculos XVI – XVIII).

<sup>361</sup> ENGEMANN, Carlos. Em busca de outro olhar: sacramento e soteriologia dos escravos na visão dos jesuítas das Américas portuguesa e espanhola (séculos XVII e XVIII), p. 81.

<sup>362</sup> Jesuíta português, nasceu em 1538, ingressando na Companhia de Jesus aos dezoito anos, em 1556. Foi por quatorze anos missionário em Angola sendo, inclusive, conselheiro do governador de Luanda, Paulo Dias de Novais. Faleceu em Cabo Verde, em 1612.

<sup>363</sup> JÚNIOR, José Alves de Souza. A Companhia de Jesus e a questão da escravidão de índios e negros, p. 01.

espirituais e religiosas. Por isso, é possível observar que andavam lado a lado, na condução dos complexos econômicos inicianos, a pauta econômica e a ética jesuíta.

Si la Providencia no se opuso a la esclavitud del hombre negro, por muy escandalosa que fuera, de acuerdo con los motivos expuestos por San Pablo, la Compañía se veía autorizada a valerse de su trabajo para el adelanto del reinado de Cristo, de lo cual el mismo siervo no dejaría de sacar un gran provecho para su salvación.<sup>364</sup>

O outro segmento desta pesquisa buscou analisar as propriedades rurais adquiridas pelos jesuítas, fruto de dois séculos de atividades econômicas, sociais, religiosas e políticas desenvolvidas pela Companhia na América. As formas de aquisição de terras foram diversificadas, porém semelhantes entre os jesuítas nas colônias espanholas e portuguesa. “Pero los jesuitas no sólo operaron con la tierra sino que los capitales en efectivo que recibieron fueron igualmente muy importantes y coadyunaron a la formación de su empresa.”<sup>365</sup> Outra vantagem dos jesuítas em relação aos demais *hacendados* foi o controle de comunidades indígenas no interior e nos arredores das *haciendas*, utilizando-os como mão de obra nos colégios e nas propriedades rurais. Esta situação ocorreu com os *sirvientes*, citados no manuscrito mexicano.

Levando-se em consideração que na sociedade colonial o prestígio social esteve baseado na posse de extensas áreas de terra e na quantidade de escravos, a Companhia de Jesus, que possuiu um enorme poderio agrário em toda a América colonial, foi uma ordem que acumulou privilégios e, por conseguinte, favorecimentos para os seus objetivos. “Los colegios eran generadores de productos y grandes sumas de dinero. Las mercaderías circulaban en la colonia y muchas eran exportadas para Europa, África y Asia.”<sup>366</sup>

Apesar da aparente contradição entre a posse de riquezas e o voto de pobreza, feito pelos integrantes da Ordem e lembrado pelos padres contrários ao envolvimento da Companhia no comércio, o conceito de pobreza eclesiástica, entendido pela instituição, não significava que a própria ordem religiosa devesse abrir mão do direito de possuir riquezas, fossem terras ou fontes de rendimento. Ou seja, as propriedades seriam

<sup>364</sup> TARDIEU, Jean-Pierre. La esclavitud de los negros y el plan de Dios: la dialéctica de los jesuitas del virreinato del Perú, p. 75.

<sup>365</sup> PINZÓN, Hermes Tovar. Elementos constitutivos de la empresa agraria jesuita en la segunda mitad del siglo XVIII en México, p. 208.

<sup>366</sup> AMANTINO, Márcia; CARVALHO, Marieta Pinheiro de. La famosa riqueza de los jesuítas: algunos aspectos, p. 26.

adquiridas em benefício do coletivo, do propósito missionário e não para riqueza ou proveito individual dos padres.

Nas próprias regras de funcionamento da Companhia de Jesus, aprovadas pelo papa, em 1540, o fundador da ordem, Inácio de Loiola, recomendou a observância do voto de pobreza, porém admitiu a possibilidade de se obter rendas para a manutenção das missões. Este posicionamento abriu precedente para discussões sobre o envolvimento, ou não, da Companhia no comércio e, conseqüentemente, a posse de riquezas. As cartas *Regimini Militantis Ecclesiae*, de 27 de setembro de 1540, e a *Exposcit Debitum*, de 21 de julho de 1550, aceitavam que a Companhia de Jesus, “estabelecesse colégios para a formação de estudantes e novos membros da ordem, e que os colégios tivessem rendas, ou propriedades, para serem aplicados ao uso e as coisas necessárias aos estudantes.”<sup>367</sup>

Mesmo com alguns insucessos, no cômputo geral, as propriedades jesuítas tiveram êxito em suas atividades produtivas. “Éxito derivado de un plan concreto de trabajo para cada hacienda que requirió un buen conocimiento de las tierras adquiridas, de la mano de obra disponible, de la fuerza animal utilizable y de sus líneas de abastecimiento y transporte.”<sup>368</sup>

Sobre as fontes desta pesquisa, pode-se afirmar que elas foram o resultado do contexto histórico e das circunstâncias da vida encontradas pelos jesuítas durante sua passagem pela América. As *Instrucciones para los hermanos jesuitas administradores de haciendas*, como visto nesta pesquisa, foi um documento pertencente à Companhia de Jesus e uma prática comum, sobretudo nas colônias espanholas. A partir do momento em que os jesuítas foram autorizados a montar seus complexos agrários e, principalmente, na medida em que os próprios religiosos administravam suas propriedades, tornou-se necessário a escrita destes “manuais” que tiveram como objetivo guiar as atividades administrativas e melhorar os aspectos produtivos das *haciendas*. Outra influência “nascida do contato dos jesuítas com a escravidão na

---

<sup>367</sup> SANTOS, Fabricio Lyrio dos. A expulsão dos jesuítas da Bahia: aspectos econômicos, p. 174.

<sup>368</sup> CODES, Rosa María Martínez de. Los jesuítas brasileños y la agricultura de la caña entre la economía profana y la finalidad misional, p. 82.

América foi certa necessidade de refletir e escrever sobre a escravidão e suas implicações morais e religiosas.”<sup>369</sup>

Neste sentido, enquadram-se as obras *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*, de Antonil, e *Economia cristã dos senhores no governo dos escravos*, escrita por Jorge Benci. A obra de Benci é um apelo à consciência cristã do senhorio, pontuando práticas inadequadas e utilizando-se de argumentos baseados na teoria religiosa e secular. No caso dos senhores avessos à mudança comportamental, “o inaciano apela com mais intensidade e não poupa ameaças no plano material, exemplificando com acontecimentos pretéritos como guerras, invasões, fome e peste, e ainda no plano espiritual em sua consequência futura no Juízo Final.”<sup>370</sup> De maneira geral, Benci apresentou as desumanidades da escravidão, porém, não colocou em questão a sua existência. Apesar de mostrar incomodo com o tratamento recebido pelos escravos, se restringiu ao encorajamento do espírito cristão dos senhores.<sup>371</sup>

Antonil procurou mostrar ao senhorio que o “bom tratamento” e a doutrinação dos escravos não beneficiava só o escravo, mas também o próprio senhor. A mudança de comportamento do senhor para com o escravo era fundamental, pois, dependia deste tipo de mão de obra, sua produção era baseada nos seus custos e no objetivo final que era o lucro. Por isso era preciso que o rendimento dos escravos no cultivo fosse satisfatória.

Ainda que fosse um religioso, Antonil expressava o movimento ascendente da sociedade: fazendo a religião recuar a um segundo plano e levando os interesses materiais, justamente aqueles que, gradativamente, predominavam na sociedade, a assomar o primeiro. Benci, ao contrário, condenava o processo de mercantilização e o fato de os interesses vinculados ao lucro constituírem o elo social entre os homens. Sob este aspecto reagia contra as tendências da história, adotando a perspectiva de um mundo que estava se desmoronando.<sup>372</sup>

É um traço característico, no conteúdo das fontes desta pesquisa, a máxima de dependência mútua, ou seja, “senhores dependem do trabalho do escravo e o escravo

<sup>369</sup> ENGEMANN, Carlos. Em busca de outro olhar: sacramento e soteriologia dos escravos na visão dos jesuítas das Américas portuguesa e espanhola (séculos XVII e XVIII), p. 81.

<sup>370</sup> COUTO, Ronaldo Teixeira do. Os jesuítas e suas relações com o cotidiano escravo: soberania doméstica e família escrava em Benci, P. 14.

<sup>371</sup> PIMENTEL, Maria do Rosário. Sob o signo do pecado: Jorge Benci e a normas de convivência entre senhores e escravos na sociedade colonial brasileira, p. 44.

<sup>372</sup> MENDES, Claudinei Magno Magre. Religião em Antonil e Benci, p. 80.

da vontade do senhor em dispor de suas vidas como bem entenderem.”<sup>373</sup> Nos escritos jesuítas, o “bom governo” dos escravos, junto com a doutrina cristã, tinham como objetivo gerar resignação nos escravos, moldando suas mentes de maneira a mostrar-lhes que os percalços vivenciados na América tinham um grande propósito: “alcançar a liberdade eterna no paraíso celeste.”<sup>374</sup> Ambas as fontes da pesquisa expressam a ideia de adequação da escravidão ao cristianismo, não interpretando o escravo africano, apenas, como “alvo” da catequese, mas como personagem, inserido na vida da colônia, destinado ao trabalho.

Quanto às recomendações apresentadas no campo agrário, principalmente as indústrias açucareiras, as obras: *Instrucciones para los hermanos jesuitas administradores de haciendas* e *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas* não apresentam grandes diferenças na estrutura, organização, processo de cultivo, tecnologia empregada e mão de obra utilizada. O maior ou menor sucesso das propriedades açucareiras da Companhia, sejam no Brasil ou no México, deveu-se à administração interna de cada colégio em suas respectivas propriedades.

O mesmo padrão pode ser encontrado nas recomendações referentes ao trato com os escravos, e neste sentido se inclui a obra *Economia cristã dos senhores no governo dos escravos*. As poucas diferenças que existem se devem às particularidades e o contexto específico de cada região. “Los jesuitas pensaban que si procuraban su salud física, espiritual y los trataban con paternalismo, serian menos propensos a enfermarse y a huirse.”<sup>375</sup>

Se o contexto histórico exerceu grande influência na construção das fontes consultadas para esta pesquisa, o mesmo não se pode afirmar sobre a influência destes escritos, até mesmo na esfera religiosa, quanto à escravidão e as práticas agrícolas, na sociedade colonial. As *Instrucciones para los hermanos jesuitas administradores de haciendas* foi um documento de consulta restrito aos inicianos, porém, não se tem garantias de que estas instruções tenham sido seguidas à risca nas *haciendas* da Companhia no México. A obra escrita por Antonil, *Cultura e opulência do Brasil por*

<sup>373</sup> DIAS, Mariza de Araújo. Os jesuítas e a escravidão africana no Brasil colonial: um estudo sobre os escritos de Antonio Vieira, André João Antonil e Jorge Benci (sécs. XVII – XVIII), p. 90.

<sup>374</sup> DIAS, Mariza de Araújo. Os jesuítas e a escravidão africana no Brasil colonial: um estudo sobre os escritos de Antonio Vieira, André João Antonil e Jorge Benci (sécs. XVII – XVIII), p. 91.

<sup>375</sup> ALILLO, Julieta Piñera. Esclavos de origen africano en las haciendas jesuitas del Colegio de Tepotzotlán y de la hacienda de Xochimancas del Colegio de San Pedro y San Pablo. *Tesis de Licenciatura en Historia*. Facultad de Estudios Superiores Acatlán – UNAM, enero, 2014, p. 149.

*suas drogas e minas*, foi publicada em 1711, mas, pouco tempo depois, foi quase que totalmente destruída, por veto e sequestro régio, voltando a ser reeditada no século XIX. O escrito de Jorge Benci, *Economia cristã dos senhores no governo dos escravos*, não sofreu represálias por parte da Coroa portuguesa, mas, mesmo na tentativa de conscientizar os senhores, e como exemplificado nesta pesquisa, existiram casos de jesuítas, que no comando de engenhos inacianos, tiveram uma conduta oposta às recomendações sugeridas por Benci e Antonil.

A atuação da Companhia de Jesus na América mesclou, além de valores cristãos, uma postura pragmática no quesito econômico, não se furtando em possuir terras e escravos. Apesar de ter desembarcado em colônias pertencentes a duas coroas, Portugal e Espanha, a ordem era uma só, justificando, a despeito de realidades distintas, há semelhança na maioria de suas ações.

**Fontes:**

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. Typ. Imp e Const. de J. Villeneuve e Comp. Rio de Janeiro, 1837.

BENCI, J. *Economia cristã dos senhores no governo dos escravos*. São Paulo: Editora Grijalbo, 1977.

*Instrucciones a los hermanos jesuítas administradores de hacienda: manuscrito mexicano del siglo XVIII*. Prólogos y notas de François Chevalier, México, UNAM/IIH, 1950.

**Referências Bibliográficas:**

ALENCASTRO, Luiz Felipe. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALEXANDRE, Maria Lúcia Bezerra da Silva. De Potosí a Ouro Preto: um esboço comparativo. In: GARCIA, Graciela Bonassa (Org.). *Perspectivas históricas de uma mesma América*, UFRRJ, 2009.

ALILLO, Julieta Piñera. Esclavos de origen africano en las haciendas jesuitas del Colegio de Tepotzotlán y de la hacienda de Xochimancas del Colegio de San Pedro y San Pablo. *Tesis de Licenciatura en Historia*. Facultad de Estudios Superiores Acatlán – UNAM, enero, 2014.

ALILLO, Julieta Piñera. Los esclavos de los jesuítas en Nueva España: La vida de población cautiva de la Compañía de Jesus en la colonia. *Revista Relatos e Historias em México*. Ano II, nº. 116, México, 2018.

AMANTINO, Márcia. As origens da terra jesuítica na capitania do Rio de Janeiro e a implantação do Engenho Velho no século XVII. *Revista Am. Lat. Hist. Econ.*, año 23, nº 23, set./dez. 2016.

AMANTINO, Márcia. Fazendas, engenhos e haciendas: os bens materiais e os escravos dos jesuítas na Capitania do Rio de Janeiro e na Província jesuítica do Paraguai, século

XVIII. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Paulo, julho/2011.

AMANTINO, Márcia; CARVALHO, Marieta Pinheiro de. La famosa riqueza de los jesuítas: algunos aspectos. *Revista IHS*, vol. 4, nº 1, enero/junio, 2016.

ANDRADE, Francisco Eduardo de. A natureza e a gênese das Minas do Sul nos livros de André João Antonil e Sebastião da Rocha Pita. *Revista Brasileira de História*. Vol. 26, nº51, São Paulo, 2006.

ANDRADE, William César de. Conflito na interpretação historiográfica do Brasil Colônia. *Revista de Estudos da Religião*. N. 1, 2004.

ASSUNÇÃO, Paulo de. *Negócios jesuíticos: O cotidiano da Administração dos bens divinos*. Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

AZZI, Riolando. *A igreja católica na formação da sociedade brasileira*. Aparecida, SP. Santuário, 2008.

BARROS, José D'Assunção. História comparada – um novo modo de ver e fazer a História. *Revista de História Comparada*, vol. 1, nº 1, jun. 2007.

BLOCH, Marc. *História e Historiadores: textos reunidos por Étienne Bloch*. TRAD. Telma Costa. Editora Teorema, Lisboa, 1998.

BOSI, Alfredo. Antonil ou as lágrimas da mercadoria. *Revista Novos Estudos*, nº. 33, julho, 1992.

BRADING, D.A. La España de los Borbones y su império americano. In: BETHELL, Leslie (org.). *Historia de América Latina*, vol. 2, Editora Critica, Barcelona, 1990.

BREEN, Benjamin. Meio ambiente e trocas atlânticas. In: CAÑIZARES-ESGUERRA, Jorge; FERNANDES, Luiz Estevam de O; MARTINS, Maria Cristina Bohn. (orgs.). *As Américas na primeira modernidade (1492-1750)*, vol. 1, 1ª edição. Editora Prismas, Curitiba, 2017.

CALAINHO, Daniela Buono. Jesuítas e medicinas no Brasil colonial. *Revista Tempo*, nº 19, Rio de Janeiro, 2005.

CHAVES, Edneila Rodrigues. Criação de vilas em Minas Gerais no início do regime monárquico: a região norte. *Varia Historia*. Vol. 29, nº51, set./dez., Belo Horizonte, 2013.

CILIBERTO, María Valeria. Los bienes rurales de los jesuitas expulsos y los gobiernos post revolucionários: políticas, costumbres y derechos (Buenos Aires, primera mitad del siglo XIX). *Revista brasileira de História das religiões*, Enero, 2013.

CODES, Rosa María Martínez de. Los jesuitas brasileños y la agricultura de la caña entre la economía profana y la finalidad misional. *Revista Complutense de Historia de América*, nº 24, Madrid, 1998.

COLMENARES, Germán. Los jesuitas: modelo de empresários coloniales. *Boletín Cultural y Bibliográfico*, vol. 21, n. 2, Colômbia, 1984.

COSTA, Célio Juvenal; BORGES, Felipe Augusto Fernandes. A Companhia de Jesus: fundação e primeiras missões. *Anais da semana de Pedagogia da UEM*, vol. 1, nº 1, Maringá, 2012.

COSTA, Robson Pedrosa. As ordens religiosas e a escravidão negra no Brasil. ANAIS DO II ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL. *Mneme – Revista de Humanidades*. UFRN. Caicó (RN), V. 9. N. 24, set/out. 2008. Disponível em: [www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais](http://www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais).

COUTO, Ronaldo Teixeira do. Os jesuitas e suas relações com o cotidiano escravo: soberania doméstica e família escrava em Benci. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Paulo, julho/2011.

CRESSONI, Fábio Eduardo. Missão, ensino e escravidão: pedagogia jesuítica nas obras de Jorge Benci e Antonil. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, julho, 2011.

CURTO, Diogo Ramada. Cultura letrada no século do Barroco (1580-1720). In: In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). *O Brasil colonial*, vol. 2, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1990.

DA SILVA, Janice Theodoro. Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas. In: MOTA, Lourenço Dantas. *Introdução ao Brasil: um banquete no trópico*. São Paulo: SENAC, 2004.

DAVIS, David Brion. *O problema da escravidão na cultura ocidental*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

DIAS, Mariza de Araújo. *Os jesuítas e a escravidão africana no Brasil colonial: um estudo sobre os escritos de Antonio Vieira, André João Antonil e Jorge Benci (sécs. XVII – XVIII)*. Dissertação de Mestrado. FCL – UNESP, São Paulo, 2012.

ENGEMANN, Carlos. Em busca de outro olhar: sacramento e soteriologia dos escravos na visão dos jesuítas das Américas portuguesa e espanhola (séculos XVII e XVIII). In: PIMENTEL, Maria do Rosário; MONTEIRO, Maria do Rosário (Coord.). *Senhores e escravos nas sociedades ibero-atlânticas*. Estudos e Documentos 26. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2019.

FLECK, Eliane C. Deckmann; AMANTINO, Márcia. Uma só ordem religiosa, duas coroas: os colégios da Companhia de Jesus do Rio de Janeiro e de Córdoba (séculos XVI – XVIII). *Antíteses*, vol. 7, nº 14, jul./dez. Londrina – Paraná, 2014.

FLORESCANO, Enrique. Formación y estructura económica de la hacienda en Nueva España. In: BETHELL, Leslie (org.). *Historia de América Latina*, vol. 3, Editora Crítica, Barcelona, 1990.

GIULI, Mateo. A Doutrina da “econômica” na concepção escravista de Antonil: uma leitura de Cultura e Opulência do Brasil. *História, Histórias*, vol. 4, nº 8, Brasília, 2019.

HANSEN, João Adolfo. Sermões. In: MOTA, Lourenço Dantas. *Introdução ao Brasil: um banquete no trópico*. São Paulo: SENAC, 2004.

HAUSBERGER, Bernd. La economía novohispana, 1519 – 1760. In: FICKER, Sandra Kuntz (coord). *História económica general de México: de la colonia a nuestros días*. 1º Ed. El Colegio de México. Secretaría de Economía, México, 2010.

HERNANES, Paulo Romualdo. A Companhia de Jesus no século XVI e o Brasil. *Revista HISTEDBR On-Line*, nº 40, dez. Campinas, 2010.

HOORNAERT, Eduardo. A igreja no Brasil colônia (1550 – 1800). *Coleção Tudo é História*. Brasiliense, São Paulo, 1984.

Instituto do açúcar e do álcool. Documento para a história do açúcar. Engenho Sergipe do Conde - Livro de Contas (1622-1653). Vol. 2, Serviço Especial de Documentação Histórica, Rio de Janeiro, 1956.

JOAQUIM, Mariana Alliatti. *O ofício do procurador geral das missões e a formação de redes sociais da Companhia de Jesus nas missões do Grão Pará e Maranhão*. Oficina do Historiador, EDIPUCRS, Porto Alegre, 2014.

JUNIOR, Caio Prado. *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*. 12. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1972.

JÚNIOR, José Alves de Souza. A Companhia de Jesus e a questão da escravidão de índios e negros. *Histórica – Revista Eletrônica do arquivo público de São Paulo*, n. 55, agosto, 2012.

LARA, Silvia Hunold. *Campos da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro (1750-1808)*. Coleção Oficinas da História. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1988.

LEITE, Serafim S. J. *Monumenta Brasiliae*, vol. IV (1563 – 1568). Roma, 1960.

LIMA, Maurício César de. *Breve história da igreja no Brasil*. Rio de Janeiro: Restauro – Edições Loyola, 2001.

LINHARES, Maria Yedda. História Agrária. In: CARDOS, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Editora Campus, Rio de Janeiro, 1997.

LOIOLA, Inácio de. *Autobiografia de Santo Inácio de Loiola*. Trad. António José Coelho, S. J. Editorial A. O. Braga – Portugal, 2005.

MACEDO, César Solis. Los jesuitas en la economía novohispana: la administración del ingenio azucarero de Xamolonga en el siglo XVIII. Tesis de Licenciatura en Historia. Universidad Autónoma Del Estado de México. Facultad de Humanidades, agosto, Toluca – México, 2015.

MAEDER, Ernesto J. La administración y el destino de las temporalidades jesuíticas en el Río de La Plata, 2000, p. 239. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/71612629.pdf>. Acesso em 05/03/2020.

MARQUESE, Rafael de Bivar. *Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

MARQUESE, Rafael de Bivar. Governo dos escravos e ordem nacional: Brasil e Estados Unidos, 1820 – 1860. *Revista Penélope*, nº. 27, PP. 59-73, 2002.

MATOS, Henrique Cristiano José. *Nossa história – 500 anos de presença da igreja católica no Brasil*. 3ª Ed. São Paulo: Paulinas, 2011.

MATTOS, Yllan de. *A Inquisição Contestada: críticos e críticas ao Santo Ofício português (1605-1681)*. Tese de Doutorado, PPGH – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

MAZÍN, Óscar. Gente de saber en los virreinos de hispanoamérica (siglos XVI a XVIII). In: MYERS, Jorge (Org.). *Historia de los intelectuales en América Latina*. Katz Editores, Argentina, 2008.

MAZÍN, Óscar. *Iberoamérica: del descubrimiento a la independència* (trad. Víctor Gayol Romo de Vivar e Oscar Mazín). 1º Ed., El Colegio de México, México, 2007.

MEDINA, Francisco de Borja, SJ. El esclavo: ¿bién mueble o persona? Algunas observaciones sobre la evangelización del negro en las haciendas jesuíticas. In: NEGRO, Sandra; MARZAL, Manuel M. (Orgs.). *Esclavitud, economía y evangelización: las haciendas jesuíticas en la América virreinal*. Pontificia Universidad Católica de Perú. Fondo Editorial, 2008.

MELEAN, Jorge Troisi. *El oro de los jesuitas. La Compañía de Jesús y sus esclavos en la Argentina colonial*. Editorial Académica Española, 2012.

MELEAN, Jorge Troisi. Los esclavos de los jesuítas en los memoriales de la provincia del Paraguay (siglo XVIII). *Anuario del CEH*, Nº 4, año IV, 2004.

MELLO E SOUZA, Laura de. Brasil: Literatura e “intelectuales” en el período colonial. In: MYERS, Jorge (Org.). *Historia de los intelectuales en América Latina*. Katz Editores, Argentina, 2008.

MENA GARCIA, Maria Del Carmen. Censos eclesiásticos y propiedad urbana: una relación conflictiva. *Caravelle*, nº 66, Toulouse, 1996.

MENDES, Claudinei Magno Magre. Religião em Antonil e Benci. In: OLIVEIRA, Terezinha (Org.). *Religiosidade e educação na História*. EDUEM, Maringá, 2010.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. 1808: a guerra contra os Botocudos e a recomposição do império português nos trópicos. In: CARDOSO, José Luis; MONTEIRO, Nuno Gonçalo; SERRÃO, José Vicente (orgs.). *Portugal, Brasil e a Europa napoleônica*. Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa, 2010.

MÖRNER, Magnus. Economia rural e sociedade colonial nas possessões espanholas da América do Sul. In: BETHELL, Leslie (Org.). *História da América Latina*, vol. 3, Editora Crítica, Barcelona, 1990.

MÖRNER, Magnus. Los motivos de la expulsión de los jesuítas del império español. *Revista Historia Mexicana*, Centro de Estudios Históricos, vol. 16, nº 1, Julio, 1966.

MYERS, Jorge. Introducción al volumen - Los intelectuales latinoamericanos desde la colonia hasta el inicio del siglo XX. In: MYERS, Jorge (Org.). *Historia de los intelectuales en América Latina*. Katz Editores, Argentina, 2008.

NAVARRO, Eduardo de Almeida. O reino deste Mundo: o Padroado e seus reflexos nas cartas de José de Anchieta. *Teresa – Revista de Literatura brasileira*, (8/9), São Paulo, p. 238 – 250, 2008.

NETTO, Rodrigo de Sá. A punição do escravo negro segundo os escritos jesuíticos. *XIV Encontro Regional da ANPUH – RIO*. 19 a 23 de julho, Rio de Janeiro, 2010.

OLIVEIRA, Natália de Almeida. Jorge Benci e a missão: a reconstrução da trajetória de um jesuíta italiano na América portuguesa. Dissertação de mestrado, PPGH – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

PAGE, Carlos. Reglamentos para el funcionamiento de las haciendas jesuíticas en la antigua provincia del Paraguay. *Revista Dieciocho – XVIII*, v. 32.2, FALL, 2008.

PEREIRA, Ariane Carla. FERNANDES, Márcio Ronaldo Santos. *A cultura das letras na América Jesuítica: o papel dos livros na formação de uma sociedade midiática (1580-1780)*. 7º Encontro Nacional de História da Mídia, Fortaleza – CE, 2009.

PEREIRA, Fábio Inácio; MESQUIRA, Peri. Uma abordagem gramsciana da práxis dos jesuítas como intelectuais no Brasil colonial. *Revista Acta Scientiarum Education*, v. 39, suppl., p. 467-503, Maringá, 2007.

PEREIRA, Túlio Augusto de Paiva. A igreja católica e a escravidão negra no Brasil a partir do século XVI. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*. Ano. 03, edição 05, vol. 05, PP. 14 – 31, maio/2018.

PIMENTA, João Paulo G. Literatura e condição colonial na América portuguesa (século XVIII). In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). *O Brasil colonial – 1720-1821*, vol. 3, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2017.

PIMENTEL, Maria do Rosário. Sob o signo do pecado: Jorge Benci e a normas de convivência entre senhores e escravos na sociedade colonial brasileira. *Cadernos de História*, vol. 07, nº. 08, p. 29-48, Belo Horizonte, 2º sem. 2008.

PINZÓN, Hermes Tovar. Elementos constitutivos de la empresa agrária jesuita en la segunda mitad del siglo XVIII en México. In: FLORESCANO, Enrique (org.). *Haciendas, latifúndios y plantaciones en América latina*. Simposio de Roma – CLACSO, Siglo XXI Editores, 1975.

RAMA, Ángel. *A cidade das letras* (trad. Emir Sader). Boitempo Editorial, São Paulo, 2015.

RAMINELLI, Ronald. *Viagens Ultramarinas: monarcas, vassallos e governo a distância*. São Paulo: Alameda, 2008.

REIS, Anderson Roberti dos. *A Companhia de Jesus no México: educação, bom governo e grupos de letrados (séculos XVI – XVII)*. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

RILEY, James Denson. Santa Lucía: desarrollo y administración de una hacienda jesuíta en el siglo XVIII. *Revista Historia Mexicana*, vol. 23, nº 2, Octubre/Diciembre, 1973.

RUBERT, A. *A igreja no Brasil: origem e desenvolvimento (século XVI)*. Vol. 1, Santa Maria Pallotti, 1981.

SALCEDO, Tarsicio Pastrana. Configuración territorial y sistemas productivos jesuitas en la Nueva España. *Revista Pos*, vol. 16, nº 26, dezembro, São Paulo, 2009.

SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. A curva do tempo: as transformações na economia e na sociedade do Estado do Brasil no século XVIII. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). *O Brasil colonial*, vol. 3, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1990.

SAMUDIO, Edda O. La cotidianidad esclava en las haciendas del Colegio San Francisco Javier de Mérida. *Procesos Históricos*, nº 001, año I, Mérida, enero/2002.

SANDOVAL, Alonso de. Un tratado sobre la esclavitud. Introducción, transcripción y traducción de Enriqueta Vila Vilar. Alianza Editorial, Madrid, 1987.

SANTOS, Bruna Rodrigues dos. *A Cultura e Opulência do Brasil por suas drogas e minas: qual sua natureza?* Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh – Rio: Saberes e práticas científicas, 28 de julho a 1 de agosto de 2014.

SANTOS, Bruna Rodrigues dos. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas: a relação entre agricultura e mineração na construção da obra de João Antônio Andreoni (século XVIII)*. Dissertação de Mestrado. UFRRJ – Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Seropédica – Rio de Janeiro, 2015.

SANTOS, Fabricio Lyrio dos. A expulsão dos jesuítas da Bahia: aspectos econômicos. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 28, n.55, jan-jun, 2008.

SCHAFER, Víctor Manzanilla. El drama de la tierra en México – del siglo XVI al siglo XXI. *Colección Conocer para Decidir*. H. Cámara de Diputados – LIX Legislatura, UNAM, 2004.

SCHWALLER, John F. La iglesia en la América colonial española. In: CALVO, Alfredo Castillero. *Historia General de América Latina*, volumen III, Tomo 2. Ediciones UNESCO/ Editorial Trotta, España, 2001.

SCHWARTZ, Stuart B. Brasil colonial: plantaciones y perifeiras, 1580 – 1750. In: BETHELL, Leslie (org.). *Historia de América Latina*, vol. 3, Editora Crítica, Barcelona, 1990.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: Engenhos e escravos na sociedade colonial (1550 – 1835)*. Companhia das Letras, São Paulo, 1988.

SCHWARTZ, Stuart. O Nordeste açucareiro no Brasil colonial. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *O Brasil colonial*, vol. 2, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2016.

SILVA, André Mansuy Diniz. Introdução In: ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa, 2001.

SILVA, Kalina Vanderlei. O padre Manuel de Nóbrega, os jesuítas e o nascimento da cultura barroca na sociedade açucareira (século XVI). *Revista CLIO – Revista de Pesquisa Histórica*. V. 28.2. ISSN 0102-9487.

SILVA, Mairton Celestino da. “Não convém negros sem amo:” Escravos, índios e jesuítas nas fazendas da Companhia de Jesus na capitania de São José do Piauí, 1750 – 1800. *Revista África(s)*, vol. 04, nº. 08, p. 32-45, jul./dez. 2017.

SOARES, Lenin Campos. O jesuíta: um tradutor de dois mundos. *Mneme – Revista de Humanidades*. UFRN. Caicó (RN), V. 05. N. 10, abr./jun. 2004. Disponível em: [www.cerescaico.ufm.br/mneme](http://www.cerescaico.ufm.br/mneme).

SOUZA, Juliana Beatriz Almeida de. Las Casas, Alonso de Sandoval e a defesa da escravidão negra. *Revista Topoi*, vol. 07, n°. 12, jan/jun. 2006.

SOUZA, Ricardo Luis de. Antonil e a escravidão sem mistérios. *História e perspectiva* (29 e 30), jul./dez. 2003 – jan./jun. Uberlândia, 2004.

SPOSITO, Fernanda. *Santos, Heróis ou Demônios? Sobre as relações entre índios, jesuítas e colonizadores na América meridional (São Paulo e Paraguai/Rio da Prata, séculos XVI – XVII)*. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, PPGH – USP, São Paulo, 2012.

TARDIEU, Jean-Pierre. La esclavitud de los negros y el plan de Dios: la dialéctica de los jesuitas del virreinato del Perú. In: NEGRO, Sandra; MARZAL, Manuel M. (orgs.). *Esclavitud, economía y evangelización: las haciendas jesuitas en la América virreinal*. PUC – Peru, Peru, 2015.

TARDIEU, Jean-Pierre. *Los esclavos de los jesuitas del Río de la Plata (Paraguay), 1767: historia de una dramática regresión*. Editorial Académica Española, 2012.

VAINFAS, Ronaldo. *Ideologia e escravidão: os letrados e a sociedade escravista no Brasil colonial*. Petrópolis: Vozes, 1986.

VASCONCELOS, Simão de. *Crônica da Companhia de Jesus*. 3º edição, Editora Vozes, Petrópolis, 1977.

VÁZQUEZ, Alejandra Borbolla. Societas Jesu, hacendados en la Nueva España. *XXV Encuentro Nacional de Investigadores de Pensamiento Novohispano*. Escuela Nacional de Antropología e Historia – ENAH, Ciudad de México, noviembre/2012.

VELLOSO, Gustavo; ZERON, Carlos Alberto de Moura Ribeiro. Economia Cristã e religiosa política: o “Memorial sobre o governo temporal do colégio de São Paulo”, de Luigi Vincenzo Mamiani. *História Unisinos*, vol. 19, n° 2, maio/agosto. Rio Grande do Sul, 2015.

VILLALTA, Luis Carlos. A educação na colônia e os jesuítas: discutindo alguns mitos. In: PRADO, Maria Lígia Coelho; VIDAL, Diana Gonçalves (Orgs.). *À margem dos 500 anos: reflexões irreverentes*. São Paulo: EDUSP, 2002.

VILLALTA, Luis Carlos. O que se fala e o que se lê: Língua, instrução e leitura. In: MELLO E SOUZA, Laura de. (Org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. Vol. 1, Companhia das Letras, São Paulo, 1997.

VIOTTI DA COSTA, Emília. Primeiros povoadores do Brasil: o problema dos degredados. *Revista textos de História*, VOL. 6. N. 1 e 2, 1998.

VIOTTI, Ana Carolina de Carvalho. Da obrigação de alimentar os escravos no Brasil colonial. *Revista Estudos Históricas*, vol. 32, nº 66, Rio de Janeiro, jan./abr. 2019.

VON WOBESER, Gisela. *El crédito eclesiástico en la Nueva España, siglo XVIII*. 2º Ed. Instituto de Investigaciones Históricas. Fondo de Cultura Económica, México, 2010.

VON WOBESER, Gisela. *La formación de la hacienda en la época colonial*. El uso de la tierra y el agua. México, Universidad Nacional Autónoma de México, Instituto de Investigaciones Históricas, 1989.

VON WOBESER, Gisela. Las haciendas como fuentes de ingreso para el sostenimiento de los colegios en la Compañía de Jesus en la época colonial. *Revista Históricas*, nº 22, UNAM, agosto, 1987.

ZERON, Carlos Alberto de Moura Ribeiro; DIAS, Camila Loureiro. A igreja e a escravidão no mundo Atlântico: notas historiográficas sobre a doutrina católica no mundo moderno e contemporâneo. *Portuguese Studies Review*, 25 (2), 2017.